

VERA LÚCIA BLUM TOMAZ 591

O ESTATUTO DAS ENTIDADES METAPSICOLÓGICAS À LUZ DA TEORIA
KANTIANA DAS IDÉIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Filosofia do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Uni-
versidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. ZELJKO LOPARIC.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

17 / 10 / 94.



CAMPINAS
Setembro/1994

T591e

23178/BC

BIBLIOTECA CENTRAL

"Não olvidemos isto: basta forjar
novos nomes, novas apreciações e
novas possibilidades para criar
com o tempo 'coisas' novas".
(Nietzsche, *A gaia ciência*, p.82).

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Dr. Zeljko Loparic', meu orientador, pela valiosa contribuição à minha formação específica.
- Ao Prof. Argemiro Oliveira Sousa, que gentilmente revisou os manuscritos para que a redação pudesse ser melhorada.
- A CAPES, pela concessão de bolsa de estudo em 1987/1989.

ÍNDICE

Resumo.....	I
Introdução.....	1
1. A metapsicologia e a questão da verdade.....	20
2. A questão do estatuto cognitivo da metapsicologia..	29
3. Psicanálise e ciência natural.....	39
4. A coisa em si e as idéias da razão.....	53
5. O emprego regulativo dos conceitos da razão.....	62
6. O emprego de analogias na modelação conceitual do incognoscível	68
7. O papel do conceito de força na ciência alemã do século XIX	75
8. A definição da metapsicologia: função explicativa ou função heurística?	93
9. Elementos da construção do modelo fisiscalista	115

10. Elementos do modelo combinado: " <i>A interpretação dos sonhos</i> "	138
11. Esquematismo analógico do conceito de pulsão	159
Conclusão.....	177
Referências	181

Tomaz, V. (1994). *O estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das idéias*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

Esta tese focaliza o estatuto cognitivo dos conceitos metapsicológicos, especialmente os conceitos energéticos, segundo a teoria kantiana das idéias.

O propósito geral deste trabalho é abordar a questão da justificação dos conceitos metapsicológicos através da concepção heurística de pesquisa empírica.

Procura-se mostrar, através dos textos freudianos, que a interpretação da metapsicologia como teoria explicativo-causal parece ser equivocada.

O reconhecimento de Freud da incognoscibilidade do inconsciente implica que as suas representações metapsicológicas não podem ser objetivamente justificadas. Ao afirmar que as hipóteses relativas à estrutura e funcionamento do aparelho psíquico (as representações metapsicológicas) são aproximações por meio de analogias da realidade incognoscível, Freud se desobriga de qualquer

compromisso ontológico com as entidades que postula. Por conseguinte, o mero uso da terminologia fisicalista não implica, em Freud, na afirmação da existência absoluta dos referentes lingüísticos.

Os conceitos metapsicológicos devem, portanto, ser considerados apenas convenções necessárias.

Procura-se mostrar como os conceitos metapsicológicos adquirem conteúdo intuitivo por meio do procedimento do esquematismo analógico.

Procura-se mostrar também que por meio de regras mentalistas de reflexão, convencionam-se o significado específico dos símbolos energéticos empregados na teoria para representar os processos psíquicos inconscientes, incognoscíveis.

INTRODUÇÃO

A psicanálise é um domínio do saber onde o complexo de questões acerca de sua natureza epistemológica parece estar em constante desdobramento. Se considerarmos a obra de Freud, não estaria sua indefinição enraizada na concepção freudiana de inconsciente?

Como observou Ricoeur, a dificuldade central da epistemologia psicanalítica está no fato dos escritos de Freud se apresentarem como um discurso misto, até mesmo ambíguo, que enuncia conflitos de força que seriam da competência de uma energética (o que justifica dizer que a psicanálise é uma ciência natural), como relações de sentido que corresponderiam à jurisdição de uma hermenêutica (cf. RICOEUR 1970, p.60).

Este discurso, pelo qual Freud expressa o inconsciente, foi colocado sob suspeita. Pois como é possível que conceitos energéticos, que são quantidades sem direção, possam ser caracterizados com diferentes qualidades e propósitos implícitos, como é o caso do conceito de energia pulsional?

Talvez pelo fato de Freud sempre ter insistido que a psicanálise é uma forma de ciência natural, alguns estudiosos do discurso psicanalítico, sem se questionarem sobre a concepção freudiana da natureza do inconsciente,

atribuíram a esta nova entidade uma função explicativa-causal em relação aos fenômenos da consciência. Conseqüentemente, interpretou-se o discurso sobre a vida mental inconsciente, que Freud denominou de "metapsicologia", como uma "teoria", no sentido de conjunto de proposições na forma de leis que sistematizam, explicam e prevêm certos fenômenos observáveis.

Sob o crivo da crítica metodológica da justificação das teorias científicas, chegou-se à conclusão que a psicanálise não satisfaz as exigências mais elementares de uma teoria científica. E se ela quiser se constituir em genuína ciência natural, deve ser depurada de seus excessos antropomórficos, ou seja, da linguagem mentalista, transformando-se em uma teoria neurobiológica do comportamento.

Entre os psicanalistas que não partilham da crença de Freud de que a psicanálise é uma ciência natural, a metapsicologia é vista como irrelevante. A tese da irrelevância contém argumentos derivados do pressuposto de que os conceitos metapsicológicos foram concebidos para dar fundamento neurobiológico aos sintomas do comportamento humano. De modo geral, o argumento da irrelevância apresenta-se da seguinte maneira: a metapsicologia contém hipóteses biológicas e fisiológicas enunciadas na linguagem da psicologia. Não obstante disfarçada, a metapsicologia é fisiologia. A psicanálise lida com intenção e significado. Intenção e significado não se subordinam à lógica das

explicações científicas naturais. Logo, a metapsicologia é irrelevante para os dados da investigação psicanalítica.

Embora não seja o nosso propósito discutir o direito de reformular o discurso psicanalítico, seja ele modificado em termos de uma genuína explicação (energética modernizada), seja ele modificado em termos de uma autêntica teoria do sentido, precisamos entrar neste terreno para perceber que muitas das críticas feitas ao discurso psicanalítico desenvolveram-se sobre o pressuposto, tacitamente aceito, de que a energética foi concebida para fundamentar os fatos clínicos observados. Ora, assumir que a energética teria uma função explicativa é presumir que Freud interpretava realisticamente as entidades energéticas que compõem a bateria de conceitos do inconsciente, como se o uso de entidades realisticamente interpretadas fosse uma característica fundamental na produção do conhecimento científico.

Mas, será que da convicção de Freud de que a psicanálise é uma forma de ciência natural podemos deduzir a sua crença de que a metapsicologia tem a função de explicar os fenômenos clínicos?

Nossa resposta é não e tentaremos justificá-la no contexto das concepções filosóficas da ciência que, com seus modos próprios de encarar a atividade científica, atribuem um papel diferente às teorias científicas. Encontramos basicamente três pontos de vista sobre o estatuto cognitivo das teorias científicas, sistematizados por Nagel (1968) e

Popper (1982). O ponto de vista **essencialista** proclama que as teorias verdadeiramente científicas descrevem as essências ocultas das coisas, realidades que existem por trás das aparências. Estas teorias não têm necessidade de explicações adicionais, sendo elas mesmas explicações últimas. O objetivo da ciência é encontrar essas explicações que formam as teorias verdadeiras. Estas descrevem o mundo, suas regularidades e leis e explicam definitivamente os fatos observáveis. O ponto de vista **instrumentalista** nega que a explicação seja um objetivo da ciência, para uns (Duhem) porque a ciência não pode descobrir as essências ocultas, que embora existam, não podem ser perceptíveis pela ciência humana; para outros (Mach) porque não existem essências por trás das coisas físicas (cf. POPPER 1982, pp. 131-132). Segundo a concepção instrumentalista, as teorias são primariamente instrumentos lógicos para organizar a experiência e para ordenar as leis experimentais. As teorias não são enunciados, elas pertencem a uma categoria distinta de expressões lingüísticas. As teorias funcionam como regras ou princípios de acordo com os quais se analisa o material empírico, se extraem inferências e certos materiais da experiência podem ser representados simbolicamente, isto é, conceituados. Como regras de inferência, a teoria permite tirar conclusões acerca de fatos observáveis a partir de premissas fáticas dadas, não sendo ela mesma conjunto de premissas a partir das quais se obtêm conclusões, como afirma o essencialismo. Para o instrumentalismo, a função

básica das teorias é heurística: são esquemas conceituais criados deliberadamente para dirigir, de maneira efetiva, a investigação experimental e para pôr de manifesto conexões entre questões relativas à observação, que de outro modo ficariam desconexas. As teorias, como outros instrumentos, têm uma referência fática, ou seja, uma referência aos fenômenos para cuja exploração foram criadas e nos quais têm um papel eficaz. Se a teoria formula relações entre propriedades que manifestamente não caracterizam, ou não podem caracterizar coisas existentes, não tem sentido dizer que a teoria é verdadeira ou falsa (cf. NAGEL 1968, pp. 129-139). A questão da decisão acerca da verdade ou falsidade de uma teoria leva-nos à apreciação do terceiro ponto de vista, que Popper denomina de *terceira visão* e segundo a classificação de Nagel, a concepção **realista**¹. A terceira visão sustenta que as teorias são e permanecem hipóteses, são conjecturas (*dóxa*) em contraposição ao conhecimento indubitável (*epistéme*). O cientista estaria sempre em busca de uma teoria verdadeira sem nunca alcançá-la. Portanto, as

¹De acordo com a classificação de Nagel, temos também três pontos de vista acerca do estatuto cognitivo das teorias científicas: a concepção realista, que engloba o essencialismo e a terceira visão de Popper, visto que afirmam ser possível considerar as teorias como enunciados literalmente falsos ou verdadeiros. Segundo essa concepção, deve-se atribuir uma realidade física aos objetos que a teoria postula. O segundo ponto de vista estaria representado pelo instrumentalismo. E como uma espécie de posição intermediária entre realismo e instrumentalismo, teríamos a posição descritivista, onde as teorias são vistas como uma formulação resumida, embora elíptica, de relações de dependência entre sucessos e propriedades observáveis. Embora não se possa caracterizar a teoria como falsa ou verdadeira, literalmente, é possível caracterizar a verdade da teoria, na medida em que ela possa ser traduzida para enunciados acerca da observação. O descritivismo tem pontos em comum com o instrumentalismo, se entendermos por descrição a descrição do mundo empírico comum. Deste modo, as teorias que não descrevem nesse sentido não passam de instrumentos convenientes para a descrição dos fenômenos. Tanto o instrumentalismo como o descritivismo recusavam as suposições do racionalismo clássico e tentavam emancipar a ciência de toda dependência, com respeito a compromissos metafísicos não verificáveis (cf. NAGEL 1968, pp. 118-129 e pp. 139-149 e cf. POPPER 1982, p. 131).

teorias que os cientistas têm a sua disposição são descrições e explicações provisórias do mundo. Embora por razões lógicas nunca se pode saber com certeza se os resultados das investigações feitas são verdadeiros, pode-se comprovar com segurança que uma teoria é falsa. Portanto, as teorias são conjecturas altamente informativas da realidade do outro lado dos fenômenos que, embora não possam ser comprovadas como definitivamente verdadeiras, resistem a testes rigorosos. De acordo com a terceira visão, portanto, a finalidade das teorias científicas é oferecer explicações para as regularidades dos fatos observáveis. *Explicar o conhecido pelo desconhecido*, eis o lema da ciência para esta concepção.

De posse das principais teses do essencialismo, do instrumentalismo e do realismo, é fácil perceber que, por tratar-se de questão controversa, não existe um único critério de legitimação para uma determinada disciplina. O que pode ocorrer é a comunidade filosófico-científica de uma determinada época aceitar esta ou aquela visão filosófica da ciência e os critérios de validação que dela decorrem.

Examinando mais de perto o ponto de vista instrumentalista, verificamos que, além de ser uma concepção sobre o progresso científico, é também uma crítica de origem kantiana da interpretação realista das entidades hipotéticas, que o cientista postula para o desenvolvimento empírico da ciência. Segundo a concepção instrumentalista,

as entidades hipotéticas devem ser tomadas pelo que são: especulações, ficções heurísticas (Kant) ou experimentos em pensamento (Mach), justificados pela sua eficácia heurística. Por conseguinte, nem a verdade, nem o conhecimento da verdade é uma condição necessária das hipóteses heurísticas. Dessa maneira, não nos surpreendeu que certos filósofos da ciência, pelo fato da metapsicologia não ser testável, considerassem a psicanálise mito, especulação ou metafísica. Porém, quando estes termos são utilizados em sentido depreciativo, oculta-se o fato de que a ciência não pode prescindir da especulação para o seu desenvolvimento. O que está em jogo ao aplicar o critério da testabilidade às hipóteses metapsicológicas é a suposição de que Freud teria introduzido o inconsciente psíquico-energético como entidade inobservável, que explicaria o comportamento consciente observável. Por conseguinte, é sobre a presunção de que a metapsicologia é teoria explicativa causal que recai a interdição metodológico-científica.

Como já dissemos, o instrumentalismo é uma concepção de ciência, entre outras. Mas ele é também uma crítica ao essencialismo fundado na filosofia do racionalismo clássico. Entre o racionalismo clássico e o instrumentalismo de Mach, não podemos esquecer o grande clássico da epistemologia, Kant, patrono da ciência alemã do século XIX. Depois da crítica kantiana da razão seria muito difícil para a ciência defender a posição dogmática característica da concepção

essencialista das teorias científicas: a segurança de que a ciência pode descobrir verdades eternas sobre a essência mais íntima da natureza. Esta segurança tinha como condição necessária a interpretação ontológica das teorias físicas, como a essência objetiva das causas materiais dos fenômenos reais. A partir de Kant, a ciência tem um caráter hipotético onde o comprometimento ontológico cede lugar ou ao *ignorabimus* ou à recusa do conceito de essência.

O objetivo deste trabalho é apontar para certas características do discurso freudiano sobre a vida mental inconsciente que se contrapõem a uma leitura realista das entidades metapsicológicas.

Pretendemos alcançar esse objetivo de duas maneiras:

- tentando desvendar em alguns textos de Freud traços da epistemologia kantiana e
- tentando acompanhar a aplicação da metodologia kantiana na construção metapsicológica do inconsciente, a fim de destacar o caráter analógico da linguagem energética empregada para descrever os processos psíquicos.

No capítulo 1, procuramos examinar a crítica metodológica mais difundida em relação ao estatuto científico natural da psicanálise. Considerando as entidades metapsicológicas como entidades reais destinadas a explicar os fenômenos conscientes observados, autores como Nagel e Popper concluem que a psicanálise não passa pelo teste da justificação. Neste capítulo apontamos também para as conseqüências das virtuais tentativas de reformulação da

teoria psicanalítica para atender às exigências impostas pela concepção realista das teorias científicas.

No **capítulo 2**, retomamos o debate sobre a natureza do saber psicanalítico, a fim de detectar como alguns psicanalistas interpretam a função da metapsicologia. Para os defensores da psicanálise como uma teoria do sentido, haveria um certo engano cientificista de Freud ao projetar uma redução do mental a um modelo energético da mente, inspirado na neurobiologia. Para os defensores da psicanálise como uma ciência natural, o seu caráter científico estaria justamente no fato de Freud ter projetado uma teoria, ainda tosca, é verdade, para fundamentar e explicar os fenômenos psíquicos. Em ambos os casos temos a visão de um projetado reducionismo de Freud, como sendo o seu critério de ser científico, o que implica que a energética foi concebida como fundamento físico a explicar os fenômenos psíquicos.

No **capítulo 3**, procuramos mostrar que a produção de conhecimento científico não precisa coincidir com uma posição reducionista materialista e fazemos isso examinando o contexto da discussão, onde Freud defende a cientificidade da psicanálise. O critério de Freud era metodológico e tal como nas outras ciências empíricas, a psicanálise também se desenvolveu segundo o estilo heurístico de fazer ciência, de origem kantiana. Para boa parte dos físicos da época, entre eles citamos Mach, as teorias científicas são representações, analogias ou modelos sem nenhuma relevância

ontológica. As teorias são instrumentos cujos conceitos têm valor de convenções, que podem ser validadas pela sua eficácia heurística. Logo, nem a verdade, nem o conhecimento da verdade é uma condição necessária das hipóteses heurísticas.

No capítulo 4, introduzimos alguns aspectos da epistemologia kantiana relevantes para examinarmos certas afirmações de Freud a respeito da estrutura da metapsicologia.

A epistemologia kantiana é dualista. Ao limitar o conhecimento humano aos objetos dos sentidos, ela distingue o objeto segundo o nosso modo de intuí-lo de sua natureza em si. Quanto a sua natureza em si, o objeto não significa nada para nós e nem podemos ter dele qualquer conhecimento. Todavia pensamos a coisa em si como o fundamento necessário, a causa incondicionada da existência condicionada dos fenômenos. É a busca do incondicionado que impele a razão necessariamente a ultrapassar os limites da experiência e de todos os fenômenos e introduzir conceitos que parecem se referir a objetos em sua natureza em si. Existe, porém, uma sutileza na epistemologia kantiana que é de grande importância para evitar essa ilusão: se bem que a razão seja impelida por uma necessidade lógica a avançar para além da experiência, o que é logicamente necessário não deve ser tomado por necessidade objetiva. A suposição da existência de algo como fundamento da experiência (o objeto transcendental da idéia) é relativa a uma idéia e não pode

ser tomada por uma existência absoluta fora da idéia. Colocar para os fenômenos um fundamento é colocar um fundamento só na idéia e não na coisa em si mesma, para expressar a unidade sistemática que deve servir de norma para o uso empírico da razão.

No capítulo 5, focalizando a função e o lugar lógicos das idéias especulativas da razão, veremos que elas não podem ser tomadas como axiomas, pois cria-se a ilusão de que as idéias têm a sua fonte em um objeto real, fora do campo empírico possível e nem podem ser empregadas como hipóteses na explicação das aparências reais. As idéias especulativas da razão são ficções heurísticas, portanto, são conceitos indecidíveis tanto empiricamente como a priori. As idéias da razão referem-se a premissas incondicionadas. Essas premissas podem ser interpretadas como caracterizando objetos ideais. Para que esses objetos ideais possam desempenhar a sua função heurística, isto é, resolver problemas para os quais tais objetos foram introduzidos, eles devem ser esquematizados. A modelação intuitiva das idéias é uma condição necessária de sua aplicabilidade para as operações do entendimento e fonte principal de sua força heurística. O esquematismo analógico é um procedimento necessário para dar às idéias um conteúdo intuitivo, embora parcial, indireto e inadequado.

No capítulo 6, vemos que a necessidade de prover as idéias da razão com alguma representação intuitiva faz com que seja necessariamente permitido o uso de analogias,

antropomorfismos ou metaforizações. A este procedimento Kant denomina simbolização do conceito, que é uma apresentação intuitiva de acordo com uma mera analogia. A este modo de apresentação do objeto da idéia podemos chamar de conhecimento. Todavia, este conhecimento não é um princípio para a determinação do objeto como ele é em si mesmo, mas é um princípio para determiná-lo praticamente, segundo o que a idéia do objeto deve ser para nós e para o seu uso segundo certas finalidades.

Através do capítulo 7, procuramos entender por que o conceito freudiano de inconsciente é suposto como uma força e não como átomo ou substância ou mônada.

Para entender essa "preferência", convém lembrar que entre os espíritos a que Freud dedicava sua profunda admiração figurava Helmholtz, um dos maiores expoentes da ciência natural alemã do século dezenove. Biógrafos como Jones não deixam de mencionar a adesão de Freud ao modelo fisicalista de Helmholtz, que aplica o princípio da conservação da energia aos fatos fisiológicos. A influência de Helmholtz sobre Freud não foi, todavia, direta. Ela é intermediada pela presença de Brücke, a quem davam em Berlim, em tom de brincadeira, o título de "nosso embaixador no extremo leste" (BERNFELD 1944, p. 349). Brücke, como se sabe, era chefe do Instituto de Fisiologia, do qual Freud foi membro de 1876 a 1882.

Para Brücke, a fisiologia é a ciência do organismo como um todo. Organismos são sistemas de átomos movidos por

forças de acordo com o princípio de conservação de energia formulado por Helmholtz: a soma das forças permanece constante em todo sistema isolado (cf. BERNFELD 1944, p.349). Embora seja reconhecida a influência de Brücke e Helmholtz na concepção fisicalista do aparelho psíquico de Freud, para nossos propósitos, sua importância permanece indeterminada se não investigarmos como essas forças são interpretadas segundo seu estatuto cognitivo. A questão é a de saber como, precisamente, se apresenta a concepção científico-metodológica da qual Freud se vê fazendo parte.

Helmholtz, ídolo de Freud, exigia explicitamente que os fenômenos naturais fossem pensados em termos de forças como as causas dos fenômenos. O que se exigia da ciência era a aplicação de uma outra regra metodológica de Kant: produzir teorias dinâmicas dos fenômenos naturais. O conceito de força é uma suposição logicamente necessária para resolver certos problemas que a natureza apresenta e para descobrir a lei que regula a atividade dos fenômenos. Apontamos para uma certa ambigüidade no modo como Helmholtz apresenta as suas idéias, que poderia levar a uma interpretação realista do conceito de força. Mas uma vez que real (*das Wirkliche*) para Helmholtz é aquilo que produz efeitos nos nossos órgãos dos sentidos, real são os fenômenos externos. As forças naturais, como coisas que fundamentam os fenômenos, não podem ser dadas à nossa sensibilidade. Elas são apenas alegorias, como diz Helmholtz citando Goethe (cf. HELMHOLTZ 1878, p. 132).

É com Mach e Hertz que o estatuto cognitivo de representações de mundo, baseadas na idéia de força, substância e átomos, assume contornos mais definidos. Para Mach tais representações são genuínas mitologias, "*Hexensabbat*" para usar a sua própria expressão. Para Hertz uma teoria científica nada mais é do que um símbolo ou imagem (em alemão, *Bild*). Mitologias, símbolos ou imagens são termos para se referir às entidades teóricas, que remetem à Kant.

Na segunda parte do capítulo, utilizamos o texto de Shakow e Rapaport para verificar como o manifesto fisicalista contido no "programa de Helmholtz" poderia ser interpretado no campo das doenças mentais: como um programa reducionista ou como um programa metodológico que recomendava, onde e quando fosse possível, produzir teorias dinâmicas utilizando a linguagem das forças físicas para descrever os fenômenos naturais. Na continuação deste trabalho, nossa preocupação é mostrar que o compromisso de Freud com o fisicalismo sempre foi metodológico e nunca ontológico, de sorte que os predicados fisicalistas são utilizados sem nenhum compromisso ontológico com aquilo que está sendo predicado.

No capítulo 8, iniciamos o exame propriamente dito dos textos de Freud para explorar o problema do significado da metapsicologia.

De acordo com Freud, para alcançar a inteligibilidade dos atos conscientes é necessário supor a existência de atos

que a consciência não testemunha. A suposição da existência de atos psíquicos inconscientes implica em uma concepção do psíquico que não se restringe àquilo que é dado à consciência. Inconsciente é um conceito de psíquico necessário para alcançar a inteligibilidade e coerência de todos os atos conscientes. Como necessidade do entendimento, o inconsciente psíquico é para o pensamento o fundamento da existência da vida psíquica. Posto como fundamento, ele é um algo desconhecido do qual nada se sabe quanto a sua natureza. Segundo Freud, as suposições relativas à construção e funcionamento do aparelho psíquico, isto é, do inconsciente como função de dois sistemas Inc. e Pcs. são aproximações da realidade incognoscível, necessárias para subordinar sob um mesmo princípio as inferências psicológicas que se obtêm do exame das produções psíquicas particulares (cf. 1900, p. 490). Considerando que por aproximações Freud entende analogias, figurações ou metaforizações, o inconsciente psíquico não tem nenhum conteúdo empírico, embora seja caracterizado, para finalidades heurísticas, por meio de representações que tenham conteúdo intuitivo. Conseqüentemente, a suposição de processos que são de natureza psíquica e inconscientes como determinantes da vida mental do sujeito não pode ser confrontada empiricamente pelo método hipotético dedutivo, porque Freud não se referia a algo do qual se deduz a ocorrência de determinados fatos sob determinadas condições. A suposição de um inconsciente psíquico, ao contrário,

funciona como um programa de investigação na direção do sentido oculto do ato, segundo um modelo de atividade da vida mental objetivamente indecidível.

No capítulo 9, tomamos como referência textos representativos da construção da estrutura e funcionamento do aparelho psíquico a fim de ilustrar o caráter convencional e metafórico da máquina fisicalista. Consideramos o texto "*As neuropsicoses de defesa*" de 1894, anterior ao "*Projeto...*", portanto, onde Freud explicita a necessidade de construir um modelo teórico que venha suprir uma lacuna em nosso conhecimento, que é o suposto processo de separação e soldagem da representação e do afeto e cujos destinos se expressariam em sintomas diferentes. Com a distinção entre afetos e representações, que são grandezas psíquicas, Freud introduz as analogias pelas quais podem ser pensadas as relações entre essas duas grandezas: os primeiros como se fossem uma quantidade, as segundas como se fossem um corpo que delimita um lugar por onde circulam ditas quantidades. O processo de investigação dessas relações, de cujo conhecimento depende a cura analítica, instaura o processo de modelação do funcionamento da atividade psíquica. Freud fala em *representação figurativa do processo de defesa* para se referir a este primeiro modelo basicamente fisicalista. Em seguida, procuramos mostrar que a linguagem fisicalista-neurológica do "*Projeto para uma psicologia científica*" também pode ser interpretada como um artifício para tornar os processos psíquicos visualizáveis,

de modo que nem mesmo o "*Projeto...*" pode ser considerado como uma tentativa fracassada de reduzir o psíquico ao físico. Apontamos, como uma das razões do abandono do "*Projeto...*", a insuficiência de uma linguagem exclusivamente fisicalista para descrever todos os processos psíquicos, principalmente para o recalque. O "*Projeto...*" parece ser uma tentativa levada ao extremo de representar figurativamente os processos psíquicos em termos exclusivamente fisicalistas: neurônios e quantidades.

No capítulo 10, através do texto da "*Interpretação dos sonhos*", procuramos apontar para as alterações com respeito às metáforas ou analogias utilizadas para a representação dos aparelho psíquico. Se no "*Projeto...*" os processos psíquicos são modelados como se fossem físicos (a analogia é com o sistema nervoso central, o cérebro), na "*Interpretação dos sonhos*" os processos psíquicos são modelados por analogia com aparelhos projetores de imagens. Abandonada a referência exclusivamente fisicalista de modelação, descarta-se uma exigência presente no primeiro modelo, que era a adaptação da representação aos fatos neurofisiológicos. A eliminação desta exigência parece explicar porque o texto da "*Interpretação dos sonhos*" representa a emancipação de Freud em relação à neurofisiologia. Neste texto, o uso de metáforas torna-se mais profuso pois qualquer analogia é bem vinda desde que atenda a exigência de representar adequada e completamente as relações entre os fatos clínicos observados. Como o

critério da adequação das metáforas é seu poder de visualização de relações significativas dos processos psíquicos, nada impede que a energia seja antropomorfizada e as representações energetizadas.

No capítulo 11, procuramos desenvolver algumas idéias que já estavam implícitas nos capítulos anteriores e, através de uma das principais convenções da metapsicologia, que é o conceito de pulsão, a força inconsciente por excelência, procuramos ilustrar o emprego do procedimento do esquematismo analógico. Para tratar de uma entidade da razão Freud utiliza símbolos ou analogias de tipo físico e de tipo psíquico. Alcança-se a representação fisicalista por meio da transferência de intuições fisicalistas aos dados que representam o objeto da idéia da pulsão, o que torna esta representação *anschaulich*. Obtém-se a representação mentalista por meio de uma construção conhecida como "antropomorfismo simbólico", que consiste em aplicar ao objeto da idéia propriedades empíricas humanas. Para prover os conceitos das idéias com um conteúdo intuitivo a fim de tornar as idéias heurísticamente úteis, temos na metapsicologia análogos mentalistas e fisicalistas de coisas reais.

À luz da teoria das idéias de Kant, entende-se porque o problema da dupla linguagem para se referir ao inconsciente nunca foi problema para Freud. Consciente de que a ciência deve se limitar a mostrar como o mundo nos deve aparecer

(cf. FREUD 1927, p.189), não há porque se preocupar com questões relativas à natureza da coisa (o processo psíquico) que nos aparece. Freud, todavia, faz suposições acerca de algo que ele reconhece ser absolutamente desconhecido. Como as suposições referem-se a uma realidade incognoscível, não há razão para crer que tais suposições determinam o estado ontológico da realidade suposta. Se ele coloca em pé de igualdade e no mesmo modelo coisas que pertencem lógica e ontologicamente a lugares distintos, não é por outro motivo senão poder descrever, por meio de representações intuitivas, um processo psíquico de forma mais completa possível. Afinal, dirá Freud, em psicologia só podemos descrever as coisas com a ajuda de analogias (cf. 1926b, p.287). Como para ele o critério de verdade da ciência é a correspondência com a realidade (cf. 1933, p.597), pode-se dizer que o esforço da psicanálise como disciplina científica é oferecer descrições verdadeiras da realidade psíquica observável por meio de convenções e modelos analógicos.

1. A metapsicologia e a questão da verdade.

Freud fundou uma disciplina, a disciplina psicanalítica onde o nome Psicanálise designa:

- 1) um método para a investigação de processos mentais de outro modo quase inacessíveis;
- 2) um método de tratamento de perturbações neuróticas fundamentado nessa investigação e
- 3) uma série de concepções psicológicas adquiridas por esse meio e que vão se juntando umas às outras para formarem progressivamente uma nova disciplina científica (cf. FREUD 1923, p. 211).

A psicanálise é, portanto, uma linha de pesquisa definida por um método próprio composto pelo binômio livre-associação e significação das cadeias associativas; é um método de tratamento (prática) centrado fundamentalmente no fenômeno da transferência e, finalmente, designa a delimitação progressiva de um novo campo do saber científico (teoria).

Há algum tempo a psicanálise foi objeto de análise de vários teóricos da filosofia, especialmente da epistemologia. Muitos desses estudos tiveram como objetivo avaliar o estatuto científico da teoria psicanalítica e a metapsicologia acabou se defrontando com a questão da verdade de suas proposições. É famoso o debate realizado em

Washington em 1958 sobre o tema "Psicanálise, Método Científico e Filosofia". A psicanálise, ao ser submetida ao "tribunal epistemológico"¹ é condenada como não científica. Destaca-se a crítica metodológica de E. Nagel em relação à tentativa de H. Hartmann de mostrar que a metapsicologia pode ser logicamente organizada em suas partes teóricas, de tal forma que o âmbito dos fenômenos psíquicos possa ser explicado por uma rede conceitual conveniente. Segundo Hartmann, "a aspiração da pesquisa psicanalítica, além de seus propósitos terapêuticos, é desenvolver proposições na forma de leis que transcendem as observações" (HARTMANN 1959, p. 9 e cf. p. 20).

Para este autor a metapsicologia tem uma função essencialmente explicativa:

"É postulado que uma explicação satisfatória do comportamento humano inclui sua consideração em relação a todos os aspectos da metapsicologia. 'Meta', neste termo, indica uma teoria indo além da investigação dos fenômenos conscientes. A palavra, geralmente aceita na psicanálise, revelou-se enganosa para muitos fora da análise. Realmente, 'metapsicologia' é só um termo para o mais alto nível de abstração usado na psicologia analítica" (HARTMANN 1959, p.13).

Referindo-se particularmente à energética, escreve Hartmann:

¹ É a expressão utilizada por Assoun (1983, p. 41).

"A tese, segundo a qual o comportamento deve ser explicado em termos de suas catexias energéticas, é o que nós chamamos na análise o ponto de vista econômico" (idem, p.12).

Segundo Hartmann seria falso interpretar a metapsicologia como sendo análoga à metafísica; seria enganoso interpretar as proposições metapsicológicas como idéias especulativas acerca da vida psíquica. Ao recusar o caráter especulativo da metapsicologia aceitando a tese de que ela é teoria explicativa do comportamento humano, Hartmann introduz necessariamente a questão da testabilidade empírica das proposições metapsicológicas. Segundo ele, as teorias ou hipóteses conectam os constructos com dados observacionais. Os constructos são introduzidos por causa de seu valor explicativo que, embora não possam ser definidos diretamente em termos de dados observacionais, as inferências a partir dos constructos podem ser testadas pela observação (cf. HARTMANN 1959, p. 29). Noções de libido, ego, id etc. dizem respeito a entidades reais e, portanto, são capazes de ser verificadas mesmo que indiretamente. Porém, "o que provoca suspeita para os críticos da psicanálise seriam as ocasionais faltas de cautela na formulação de proposições ou o gosto de Freud por metáforas que permitiram acusar a psicanálise de antropomorfizar seus conceitos. A questão poderá ser resolvida com formulações mais cuidadosas" (ibid.). Neste caso, interpretam-se as metáforas que ocorrem no discurso psicanalítico como

acidentes de percurso, um episódio na formulação de tal discurso e não como uma opção metodológica adequada para estabelecer conexões entre os fatos observados de outro modo incompreensíveis.

Hartmann, representando a versão estrita da tendência científico-positivista de Freud, entende a psicanálise como a ciência natural do psíquico. Seu objeto são eventos do tipo do comportamento humano e a bateria de conceitos do inconsciente tem a função de designar realidades pensadas para explicar causalmente os fenômenos psíquicos. De acordo com esse ponto de vista, a metapsicologia deve sofrer uma reinterpretação de modo que seus conceitos possam ser interpretados empiricamente, o que tornaria a metapsicologia verificável.

Esta posição acabou por gerar críticas por parte de certos teóricos da filosofia da ciência, que em certo sentido poderíamos considerar irrefutáveis. É o caso da crítica efetuada por Nagel que, em função dos pontos de vista de Hartmann, parte do pressuposto que a psicanálise, entendida como teoria do comportamento humano, é uma teoria causal-explicativa semelhante à teoria molecular dos gases (cf. NAGEL 1959, p.38).

A crítica de Nagel não passa pela objeção ao uso que a psicanálise faz de noções teóricas. Ela diz respeito à capacidade de validação empírica da teoria. Quer dizer, se a teoria psicanalítica for capaz de validação empírica, então ela deve satisfazer dois requisitos: deve ser possível

deduzir conseqüências dos pressupostos da teoria somente sobre a base de considerações lógicas. A psicanálise não atende esse requisito porque não tem conteúdo definido e, assim, não se pode dizer o que a teoria estabelece ou deixa de estabelecer. O segundo requisito exige que pelo menos algumas noções teóricas devem se ajustar ao material observável por meio de regras de correspondência e definições operacionais. A psicanálise não atende essa exigência, dada sua linguagem vaga e metafórica. Sendo a teoria ambígua, todos os dados a confirmam (cf. NAGEL 1959, pp. 39-40).

Demos, parafraseando a crítica aristotélica da doutrina platônica, faz o seguinte comentário acerca dos pontos de vista de Nagel sobre a psicanálise:

"O professor Nagel parece operar com o conceito de uma ciência ideal com referência à qual todas as verdadeiras indagações devem ser testadas e estimadas como adequadas, se forem boas aproximações desse ideal. Eu penso que isto é um platonismo perigoso" (DEMOS 1959, p. 331).

De fato, Nagel não nega estar utilizando um certo modelo de análise epistemológica para a teoria psicanalítica. O problema é que ao considerá-la uma teoria hipotético-dedutiva, lhe coloca exigências próprias desse tipo de construção. De uma teoria hipotético-dedutiva exigem-se consistência e um procedimento que permita decidir por meio da experiência se uma proposição da teoria é verdadeira ou falsa. Como uma teoria hipotético-dedutiva, a

metapsicologia seria entendida como um sistema de proposições de caráter hipotético acerca do mundo não dado diretamente aos sentidos, a nossa vida mental inconsciente, que fundamentam a nossa vida consciente.

O método hipotético dedutivo é um procedimento de prova cuja finalidade é justificar enunciados de uma teoria considerada empiricamente decidível, capaz de se submeter, mesmo que indiretamente, a testes empíricos. É o método considerado padrão nas ciências empíricas principalmente depois dos trabalhos de Popper sobre a lógica da investigação científica na década de trinta. A principal preocupação de Popper, como ele mesmo relata em "*Conjecturas e refutações*", era poder traçar uma linha de demarcação entre aqueles enunciados que poderiam ser descritos apropriadamente como pertencentes às ciências empíricas e aqueles enunciados descritos como pseudocientíficos ou mesmo metafísicos. Segundo Popper, "o ponto de vista mais largamente aceito era de que a ciência se caracterizava pela sua base na *observação* e pelo *método indutivo*, enquanto a pseudociência e a metafísica se caracterizam pelo *método especulativo* ou, como disse Bacon, pelo fato de funcionar com '*antecipações mentais*' - algo muito semelhante as hipóteses" (POPPER 1982, p. 283).

Considerando o alto teor especulativo e abstrato da teoria da relatividade, Popper rejeita aquela concepção em favor do que ele chama de "refutabilidade" ou "testabilidade" de um sistema teórico como o seu critério de

demarcação (cf. idem, p. 284). Segundo este ponto de vista, "um sistema só deve ser considerado científico se faz afirmativas que podem chocar-se com as observações; de fato, as teorias são testadas pelas tentativas de provocar esses choques - isto é, pelos esforços para refutá-las. Portanto, testabilidade vem a ser o mesmo que refutabilidade, e pode ser adotada como critério de demarcação" (ibid.).

Para que se possa avaliar a importância que um critério de demarcação dessa natureza possa vir a ter para a teoria psicanalítica, é preciso levar em conta que a questão da verdade ou testabilidade de uma teoria é a questão central no contexto de uma concepção realista das teorias científicas, isto é, uma concepção que atribui realidade objetiva às entidades que a teoria postula e que considera as teorias científicas como descobertas reais de um mundo por trás do mundo das aparências. Popper escreve:

"Eu aceito o ponto de vista [...] de que só devemos dizer que uma situação é real se a afirmativa que a descreve é verdadeira. Mas seria um grande engano concluir que a incerteza de uma teoria - isto é, caráter hipotético e conjectural - diminui sua *pretensão* implícita de descrever a realidade" (idem, pp. 143-144).

Segundo Popper, sabemos que uma conjectura descreve algo real porque a teoria é testável. Não sendo testável, temos motivos para suspeitar que a teoria é puro "mito", uma "fábula" (cf. idem, p. 144).

Aceitando que a metapsicologia não é uma teoria testável, teríamos então motivo para suspeitar que ela não descreve nada real, que ela contém proposições às quais não se pode dar uma interpretação empírica. Contudo, como o critério de testabilidade pressupõe que todas as proposições teóricas que ocorrem numa teoria com pretensões científicas são descrições de entidades reais (embora não sensíveis), é natural que só são aprovadas no teste aquelas teorias que contêm proposições verificáveis. A estreiteza do critério fica por conta do fato de neutralizar o valor das proposições não verificáveis, levando-nos a crer, contrariamente ao que nos mostra Kant, que elas são absolutamente dispensáveis e inúteis na investigação empírica.

Não é de estranhar que muitos psicanalistas pós-freudianos de tradição positivista, ao se empenharem em mostrar que a teoria psicanalítica é empiricamente verificável, acabem por defender o ponto de vista de que os referentes dos conceitos metapsicológicos são entidades reais necessárias para explicar o comportamento humano.

As conseqüências resultantes desse ponto de vista têm se mostrado nocivas à psicanálise, tendo em vista o caráter híbrido da linguagem utilizada por Freud para se referir ao inconsciente. Nesse espaço, conceitos fisicalistas, tais como quantidades que fluem, investimentos e contra-investimentos de energias, convivem pacificamente com

conceitos mentalistas, como os desejos, conflitos, formações de compromisso, propósitos e intenções.

Colocar a questão da validação empírica da metapsicologia é, ao mesmo tempo, colocar a necessidade de uma opção civilizatória. Ou civilizamos a psicanálise purificando a sua linguagem energética de seus excessos mentalistas e transformamos a metapsicologia em um conjunto de constructos hipotéticos de natureza fisiológica capazes de ser significativamente conectados com algum tipo de observável, ou reformulamos a teoria psicanalítica em termos operacionais, que permitam verificar o comportamento considerado, despojando-a daquilo que os behavioristas entendem como os "estados internos do organismo". Nesse último caso, termos vagos como "libido", "id", "vida mental", "catexias de energia", por não poderem ser validados experimentalmente, devem ser simplesmente abandonados (cf. ELLIS 1956, pp.135-136).

Este breve inventário nos indica quão problemática pode ser uma interpretação realista dos conceitos metapsicológicos. Problemática porque, para ter legitimidade, aquilo que Freud elaborou como uma nova disciplina científica deve se transformar tanto que acaba por se dissipar.

2. A questão do estatuto cognitivo da metapsicologia.

No capítulo anterior apresentamos a principal crítica metodológica científica dirigida à psicanálise, quando se considera a metapsicologia como uma teoria explicativa causal do comportamento. Portanto, como um modelo realista dos processos psíquicos. E apontamos também para as conseqüências funestas resultantes das virtuais tentativas de reformulação de suas construções teóricas para atender às exigências de cientificidade impostas pela concepção realista das teorias científicas.

Neste capítulo apresentaremos algumas discussões em torno da natureza epistemológica da metapsicologia onde destacaremos o tipo de vínculo que comumente se estabeleceu, depois de Freud, entre metapsicologia e ciência natural.

Para encaminhar a questão, começaremos utilizando o texto de Monzani (1989), que ilustra alguns estudos que apontaram para o dilema da psicanálise: trata-se de uma teoria mecanicista fisicalista (o que justifica dizer que ela é uma ciência natural) ou trata-se de uma teoria do sentido, uma hermenêutica (o que justifica dizer que ela é uma ciência humana)? De Binswanger, passando por Hyppolite, Paes de Barros, entre outros, até chegar a Ricoeur, entre os autores citados e comentados por Monzani, coloca-se o problema de descobrir o que é essencial no discurso

psicanalítico, considerando que teoria do sentido e teoria energética são mutuamente excludentes.

Enquanto que para Binswanger e Paes de Barros o energetismo constitui a essência do discurso psicanalítico, para Hyppolite e Ricoeur o discurso da energia não faz sentido numa teoria que é positivamente teoria do sentido.

A diferença entre Binswanger e Paes de Barros está no propósito de cada um em relação à constatação de um núcleo mecanicista fisicalista na teoria psicanalítica. A constatação feita por Binswanger de que "o trabalho de Freud teria se constituído numa extensão do mecanicismo até *regiões aparentemente as mais livres do espírito humano*" (apud MONZANI 1989, p. 65) tem a intenção de diagnosticar o problema da psicanálise para então poder lhe oferecer o remédio certo (a hermenêutica do *Dasein*). Para Paes de Barros "a metapsicologia freudiana se revela como uma série de construções hipotéticas de natureza neuro-energética, evolucionista, destinadas a explicar os dados empíricos, psicológicos e psicopatológicos, obtidos com o auxílio de novas técnicas investigativas, as técnicas psicanalíticas" (apud MONZANI 1989, p.77). Nesta linha de interpretação, a metapsicologia seria de ponta a ponta teoria energética destinada a dar uma fundamentação física aos fenômenos psíquicos. Em outras palavras, as manifestações psíquicas seriam explicadas em termos de seus fundamentos neuro-energéticos.

A outra faceta do discurso psicanalítico, a interpretação do sentido, é destacada por Hyppolite e Ricoeur. Para o primeiro, a psicanálise é explicação compreensiva, é uma teoria da existência humana. A representação energética não passa de ranço positivista que é necessário abandonar. O lado bom da teoria psicanalítica é o seu lado hermenêutico. Segundo Monzani, a posição de Ricoeur apresenta-se um pouco mais nuançada. Embora alinhe a psicanálise entre as disciplinas hermenêuticas, Ricoeur procura mostrar que o discurso misto da energética e relações de sentido está bem fundado e constitui a razão de ser da psicanálise. Entretanto, a desmontagem que Monzani faz do texto "*De l'interprétation*" o leva a concluir que "toda a tentativa de Ricoeur é um longo ensaio cujo objetivo último é retirar toda problemática da energética do plano psíquico" (MONZANI 1989, p.94 e 1991, p. 124), ficando a energia, ou o ponto de vista econômico confinado ao somático (ibid.)¹. Ao fim e ao cabo, estaríamos todos entre o dilema de "escolher entre o Freud hermeneuta e o Freud energetista,

¹Embora não seja o nosso propósito polemizar com as conclusões de Monzani, não podemos deixar de citar algumas afirmações de Ricoeur que parecem contrapor-se àquelas conclusões. Ao final da "Analítica" podemos ler que "a linguagem da força jamais poderá reduzir-se à linguagem do sentido [...] a tópica e sua ingenuidade naturalista se adequam à essência mesma do desejo como indestrutível e imortal, ou seja, como algo sempre prévio à linguagem e à cultura". Em segundo lugar, conclui que é "impossível realizar essa econômica pura à margem do representável e do dizível; não poderemos hipostasiar o inefável do desejo sob pena de ficarmos aquém de uma 'psico-logia'" (RICOEUR 1970, p. 131). Ricoeur reconhece que a psicanálise jamais encara forças desnudas, mas sempre forças em busca de um sentido (idem, p. 132) e talvez por isso elas não podem ser da ordem do somático. Aventurar-nos-íamos a dizer que o problema que Monzani vê no texto de Ricoeur reside no fato deste último fazer uma leitura da metapsicologia que assume o caráter metafórico da energética. Num texto tardio, Ricoeur afirma que as metáforas econômicas não podem ser substituídas por metáforas filológicas e nem as metáforas econômicas podem substituir seus complementos. As metáforas econômicas não podem perder seu caráter metafórico e colocarem-se como uma teoria a ser considerada literalmente (cf. RICOEUR 1977, p. 852).

entre a psicanálise entendida como uma hermenêutica, uma teoria do sentido, sua produção, manifestação e deciframento; e a psicanálise como um discurso mecanicista, herdeiro da maquinaria conceitual positivista do fim do século, mergulhado num energetismo que reduz o sujeito humano a um puro jogo de forças cegas" (MONZANI 1989, p. 73).

Redução do sujeito humano a jogo de forças cegas. Eis uma interpretação da metapsicologia, associada à idéia da psicanálise como uma ciência natural, que podemos encontrar com certa freqüência na literatura secundária.

Todavia, nem todos os intérpretes da obra de Freud estão de acordo em relação ao seu presumido reducionismo, como é o caso de Parkin, por exemplo. Segundo ele, o reducionismo seria resultado de um mal-entendido sobre a relação entre a teoria clínica (dinâmica) e metapsicologia. Ao invés de uma relação de oposição entre significado e mecanismo, a metapsicologia colocou "o problema da inter-relação do psíquico e do físico, isto é, o problema da relação entre mente e corpo" (PARKIN 1979, p.483). Nessa linha de interpretação "o ponto de vista dinâmico contém as hipóteses clínicas do significado, enquanto que o ponto de vista econômico contém as hipóteses materiais do mecanismo" (ibid.). Em outras palavras, o ponto de vista dinâmico estaria se referindo aos processos psíquicos e o ponto de vista econômico aos processos somáticos (cf. idem, p. 487). Embora a posição de Parkin rejeite uma interpretação

reducionista da metapsicologia, ela implica uma leitura realista da energética que, adiantamos, parece não se sustentar a partir da leitura de alguns textos de Freud.

Entre aqueles que enxergam um presumido realismo de Freud, podemos citar Gill, que insistiu na tese da separação entre a metapsicologia e a teoria clínica. Na medida em que ele não partilha da crença de Freud de que a psicanálise é uma ciência natural, ele considera a metapsicologia como irrelevante. Gill defende a idéia de que a psicanálise deve se desenvolver como uma teoria do sentido sem referência a processos materiais somáticos. Caso contrário, "se a metapsicologia é empregada para explicar proposições clínicas, o esforço de apresentar as proposições psicanalíticas em termos da física e química, ou em termos de conceitos biológicos como estrutura, função e adaptação, torna-se inevitavelmente reducionista" (GILL 1976, p.85). O ponto que pretendemos destacar na argumentação de Gill é o fato deste partir da idéia de que Freud teria concebido a metapsicologia como uma teoria explicativa, de natureza biológica e fisiológica enunciada na linguagem da psicologia. Ele propõe que "o termo metapsicologia deveria ser restrito às *proposições sobre o substrato material*, tanto neurológicas como biológicas do funcionamento psíquico" (GILL 1976, p.71, grifo nosso). Mesmo reconhecendo a insistência de Freud sobre sua permanência em solo psicológico, a tentativa de Gill é mostrar que "por metapsicologia, Freud denotou um conjunto de suposições

biológicas e neurológicas, as quais ele empregou na teoria psicanalítica" (GILL 1976, p.72). A sua argumentação tem como eixo a idéia de que, pelo fato dos pontos de vista metapsicológicos serem colocados em um arcabouço científico natural, Freud estaria fazendo uma tentativa reducionista de converter o discurso psicológico (sentido e intenção) a um universo alheio a ele (espaço, força e energia) (cf. GILL 1976, p.72). A tese de que "é possível uma psicologia 'pura' baseada em dados tais como os da situação psicanalítica e que ela pode ser uma ciência válida por seus próprios méritos" (GILL 1976, p. 103) é basicamente uma proposta alternativa à suposta redução dos dados clínicos à neurologia ou biologia. Deste modo, "a pesquisa metapsicológica deve ser reservada aos neuropsicólogos" (GILL 1976, p. 103). Parece-nos que Gill está correto ao afirmar que a metapsicologia contém suposições derivadas de outras ciências tais como a biologia ou a neurologia, entretanto, daí a concluir que essas suposições compõem o conjunto das hipóteses fundamentais acerca do substrato físico destinadas a explicar as proposições clínicas, parece-nos questionável e conduz a alguns embaraços, em relação aos textos de Freud, que Gill não se furta a enfrentar. Segundo Gill, o maior obstáculo para demonstrar que sua interpretação é correta é a inconsistência de Freud: em suas observações gerais dirigidas à questão, ele insistiu que permanecia em solo psicológico, enquanto que em outras ocasiões, a respeito de questões específicas, ele fazia

formulações que apontavam para uma direção contrária, freqüentemente no contexto do termo "metapsicologia" (cf. GILL 1976, pp.77-78).

Não seria aqui o caso de nos perguntarmos se ao invés de uma inconsistência real, ao insistir que estava em solo psicológico, Freud não estaria chamando a atenção do leitor para o caráter modelador das hipóteses biológicas e neurológicas? Em outras palavras, que elas não passam de hipóteses de trabalho e por isso não podem ser tomadas por hipóteses fundamentais?

Gill também reconhece a consciência de Freud do caráter especulativo da metapsicologia e sua referência à "bruxa metapsicologia". Todavia, por achar que Freud interpretava realisticamente as entidades metapsicológicas, Gill explica as freqüentes referências à metapsicologia como especulativa e a prontidão de Freud para abandoná-la, pelo fato da metapsicologia não incluir as hipóteses puramente psicológicas (cf. GILL 1976, p.83).

Um dos motivos por que Gill defende o abandono da metapsicologia é a sua alegação de que as suposições neurológicas e proposições a respeito do substrato material dos fenômenos psíquicos não são autênticas explicações. Por se situarem em um universo do discurso científico natural, e pelo fato desse universo não ser derivável do método específico da psicanálise e nem ser por ele testável, as suposições metapsicológicas são pseudo-explicações (cf. GILL 1976, pp.85-86). Gill reconhece o caráter metafórico das

suposições cujo teor é neurológico. Ele reconhece também que as metáforas por si só não causam danos, todavia, quando tomadas literalmente por explicações tornam a psicanálise ilegítima (cf. GILL 1976, p.97). Curiosa solução esta que visa eliminar interpretações ilegítimas pela eliminação da matriz que gera tais interpretações. Parece-nos que Gill não leva em conta o valor das analogias metafóricas no processo de construção de modelos (metapsicologia) para descobrir relações entre aquilo que se observa na clínica (teoria clínica). E nem poderia pois para ele, a posição oficial de Freud foi suficientemente clara. São necessárias duas teorias e a metapsicologia é a teoria que explica a teoria clínica (cf. GILL 1977, p.582).

Considerando especificamente o conceito de energia psíquica, conceito essencialmente metapsicológico, Gill afirma que não há nenhuma evidência de que Freud pretendia usar o conceito apenas como uma metáfora, a despeito da insistência contrária de autores como Modell e Beres. A origem do engano, de achar que para Freud a energia psíquica é somente uma metáfora, está na idéia errônea de que ele abandonou o uso literal do conceito de energia nas suas teorizações posteriores ao "*Projeto...*". O conceito de energia psíquica era tão literal para Freud ulterior ao "*Projeto...*" como no próprio "*Projeto...*" (cf. GILL 1977, p.588). Gill recusa os termos energéticos porque os entende como conceitos reducionistas e por isso representam uma ameaça à prática psicanalítica. A transferência, que é um

conceito clínico, entraria em colapso, "pois se vemos o paciente em termos científicos-naturais como um objeto definido por uma interação de forças resultantes de energias agindo em estruturas, dificilmente podemos ver a nós mesmos e ao paciente como agentes responsáveis envolvidos em uma interação pessoal significativa" (GILL 1977, p.594). Se é verdade que Freud interpretava realisticamente a energia pulsional, é espantoso que ele não tivesse percebido uma inconsistência tão trivial em seu sistema teórico-prático.

Entre aqueles que defendem a idéia de que a psicanálise tem necessidade de uma metateoria que seja testável, podemos citar Rosenblatt e Thickstun. Eles propõem um arcabouço conceitual mais coerente para articular os elementos da teoria clínica. Pretendem substituir o modelo das forças pelo modelo cibernético do processamento de informações. Essa substituição é necessária, dizem os autores, porque a teoria da energia psíquica não satisfaz os mínimos critérios de uma metodologia aceitável. Entre outros problemas da "teoria da energia psíquica" podemos citar: a contradição interna, o uso incorreto da metáfora como fato, a pseudo-explicação (cf. ROSENBLATT e THICKSTUN 1977, p.537). Entre as críticas apresentadas por esses autores, uma interessa-nos particularmente porque ela necessariamente brota da abordagem realista da metapsicologia. Como exemplo de contradição interna, eles citam o conceito de energia que, sendo um conceito quantitativo, não tem direção. Todavia, é apresentado como impregnado de qualidades e objetivos

implícitos, como energia libidinal, energia agressiva, etc. (cf. ROSENBLATT e THICKSTUN 1977, p. 538). Swanson, que também supõe que Freud considerava realisticamente o conceito de energia psíquica, afirma que o conceito é impossível, no sentido em que ele viola as leis de conservação da física (cf. SWANSON 1977, p. 612). É interessante observar que esses autores reconhecem que as teorias devem ser distinguidas de modelos, que são essencialmente analogias que podem tolerar inconsistências inaceitáveis em uma teoria (cf. KAPLAN 1981, p.8). Críticas e observações desse tipo não deixam de ser didáticas, uma vez que admitem que os excessos metafísicos e antropomórficos da psicanálise são *patológicos* quando concebemos a metapsicologia como uma teoria realista do aparelho psíquico. Resta-nos averiguar se era esta a concepção de Freud.

3. Psicanálise e ciência natural.

Começaremos investigando o entendimento de Freud acerca do estatuto cognitivo das entidades metapsicológicas, a partir de algumas observações suas relativas ao estatuto científico natural da psicanálise. Tentando situar tais observações no contexto da discussão epistemológica de sua época, procuraremos apontar para os elementos que nos permitem afirmar que a questão da cientificidade da psicanálise não está necessariamente vinculada a uma concepção da metapsicologia como teoria explicativa, o que pressupõe compromissos de natureza ontológica com as entidades que a "teoria" postula.

Freud mesmo nunca duvidou que a psicologia fosse uma ciência natural. "Que mais ela pode ser?" perguntava Freud no fim de sua vida (FREUD 1938b, p. 282). Ele ainda dizia que os processos psíquicos poderiam ser objeto de pesquisa científica do mesmo modo que os acontecimentos observáveis da natureza (cf. FREUD 1933, p. 587) . A profissão de fé no monismo metodológico, um dos dogmas do positivismo, pareceria ser suficiente para anular um dos polos do dilema e, portanto, o próprio dilema. Mas será que respeitar a posição de Freud de que a psicanálise é uma ciência natural implica necessariamente assumir a metapsicologia e, particularmente, o seu aspecto tópico-econômico como um

mecanicismo reducionista onde o homem é o resultado de um jogo de forças cegas como supõe Binswanger (MONZANI 1989, p.67)? Ou como um "materialismo da energia" como crê Hyppolite (*apud* MONZANI 1989, p. 70)? Ou como pensa Paes de Barros, "como construções hipotéticas de natureza neuro-energética destinadas a explicar os dados empíricos" (*apud* MONZANI 1989, p. 77)?

Parece-nos que não. Tentaremos justificar a nossa posição examinando o contexto onde Freud defende a cientificidade da psicanálise. Este contexto é analisado por Loparic' e deixa entrever que a questão da cientificidade (que passa por discussões relativas a regras metodológicas) está desvinculada da questão do papel da energética na ciência psicanalítica (que passa por discussões acerca de compromissos ontológicos).

Segundo Loparic', a defesa freudiana é uma resposta às objeções metodológicas externas contra a psicanálise, que apontam para a falta de clareza e precisão dos conceitos básicos psicanalíticos, bem como a insuficiência e o caráter provisório dos seus princípios (cf. LOPARIC' 1985, p. 37).

Freud opõe as ciências naturais -"ciências construídas sobre a interpretação da empiria"- ao que ele chama de "teorias especulativas" (FREUD 1914a, pp. 44-5) ou "ciências do espírito" (FREUD 1925a, p.85). A principal característica dessas últimas é que elas pretendem conceber um domínio de fatos no quadro de um sistema intelectual que, por isso mesmo, deve dispor de conceitos básicos claros e definições

rigorosas. Enquanto os conceitos gerais e mais abstratos constituem a base do sistema das teorias especulativas, nas teorias científicas eles constituem a "superestrutura do edifício, podendo ser substituídos e retirados sem nenhum prejuízo" (FREUD 1914a, p. 45).

A psicanálise como ciência empírica, argumenta Freud em outra oportunidade, "não é como as filosofias, um sistema que parte de alguns poucos conceitos básicos claramente definidos, que busca compreender todo o universo com a ajuda deles e uma vez acabado, não dispõe de mais espaço para novas descobertas ou melhor entendimento. Ao contrário, ela se mantém próxima dos fatos em seu campo de estudo, avança às apalpadelas com a ajuda da experiência, é sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou modificar suas teorias. Não há incongruência se (...) seus conceitos mais gerais carecem de clareza e se seus postulados são provisórios; ela deixa para os resultados do trabalho futuro suas definições mais precisas" (FREUD 1923, p. 229).

Ao responder às objeções dirigidas à teoria psicanalítica Freud estaria, ao mesmo tempo, destacando as diferentes maneiras como tem sido concebido o progresso da ciência. Segundo uma das concepções, a ciência cresce dedutivamente, dentro de um sistema fechado. Uma outra concepção entende que as informações científicas sobre a natureza são acumuladas dentro de programas de pesquisa científica, por meio da observação cuidadosa de fatos e de sua posterior elaboração conceitual (cf. LOPARIC' 1985,

p.37). Para os metodólogos da tradição racionalista, as teorias científicas devem se desenvolver como as filosofias: a partir de certos conceitos básicos bem definidos procura-se deduzir o mundo inteiro. De acordo com Loparic⁷, as teorias assim construídas se assemelhariam aos sistemas axiomáticos das ciências formais. Para Freud, as primeiras conceituações das observações não têm, nem poderiam ter, a forma de um sistema axiomático, porque, como mostra a história das ciências empíricas, a indeterminação inicial dos conceitos básicos é necessária para abrir espaço para novas descobertas. Assim é que ocorre com as ciências mais desenvolvidas como a física, por exemplo (cf. FREUD 1925a, p. 85). A clausura do conceito seria perigoso para o desenvolvimento da pesquisa empírica e, como mostra o exemplo da física, mesmo os conceitos básicos bem definidos sofrem constantes modificações de conteúdo (cf. FREUD 1915a, p. 81).

A respeito da semelhança entre o progresso da análise e o progresso do trabalho científico Freud descreve como as ciências empíricas procedem na sua atividade de solução de problemas:

"Introduzem-se expectativas iniciais no trabalho que, no entanto, devem poder ser rechaçadas. Cá e lá aprende-se algo novo pela observação mas, de início, as peças não combinam umas com as outras. Fazem-se suposições, elaboram-se construções auxiliares que são abandonadas se não forem confirmadas; precisa-se de muita paciência e disposição para

aceitar qualquer dado surpreendente; renuncia-se às primeiras convicções para não deixar de perceber, sob sua pressão, aspectos inesperados. No final todo esse esforço é recompensado, os achados dispersos se juntam, obtém-se uma visão geral sobre um fragmento inteiro do devir psíquico, o problema está resolvido e pode-se começar a resolução de outro. Na análise devemos apenas renunciar à ajuda que a experimentação oferece à pesquisa" (FREUD 1933 pp. 600-601).

A concepção freudiana sobre o progresso do trabalho científico pressupõe que sem hipóteses, por mais vagas, imprecisas e provisórias que sejam, não há mais do que desordem nas observações porque, por si mesmos, os dados carecem de significação e inteligibilidade. Além disso, uma vez que as suposições iniciais devem poder ser rechaçadas, não é necessário ter hipóteses verdadeiras a priori para se fazer alguma descoberta real.

Esta concepção sobre o progresso científico se opõe frontalmente ao estilo axiomático tradicional do fazer científico. A concepção tradicional ou o racionalismo clássico sustentava que os sistemas explicativos das ciências empíricas devem crescer como os sistemas das ciências formais: a partir de premissas claras e evidentes obtém-se dedutivamente conhecimentos indubitáveis sobre o mundo. O dogmatismo é uma das características dessa concepção que interpretava os postulados e conceitos básicos como descrições da essência ou natureza das coisas.

Sobre a questão das diferentes concepções do progresso científico é oportuno observar que o método axiomático em ciências, na sua versão pré-kantiana, havia sido criticado por Mach porque toma os pressupostos e suposições fundamentais da ciência vindo a ser como fundações axiomáticas (verdades claras e evidentes) para aquilo que são proposições problemáticas e toma as construções auxiliares como fundações reais dos fatos observados. Para Mach, a interpretação das construções auxiliares como os ingredientes últimos da realidade deixa implícita a idéia de uma explicação causal dos fatos observados pelos fatos supra-sensíveis, o que leva a problemas desprovidos de sentido, pois, questões sobre a existência e propriedades reais das entidades hipotéticas não podem ser decididas nem por argumentos, nem pela experiência (cf. LOPARIC' 1984, pp. 41-42).

De acordo com Mach, nem mesmo na geometria os primeiros conhecimentos e até os mais complicados foram obtidos pelo caminho da dedução. Este caminho faz parte de um nível mais elevado do desenvolvimento científico que já pressupõe um saber constituído que necessita de simplificação, ordenação e sistematização. Os primeiros conhecimentos da geometria produziram-se, ao contrário, como nas ciências naturais: através da necessidade prática da observação cuidadosa, através de medições, contagens, estimativas, através da intuição e só mais tarde pela derivação do já conhecido. Nem mesmo o geômetra, para fazer descobertas, dispensa o uso das

especulações (experimentos em pensamento) guiadas pela comparação, indução, similaridades e analogias (cf. MACH 1905, p. 262).

Não se pode negar que entre esse texto de Mach e os textos de Freud citados neste capítulo existe uma semelhança, segundo o modo como encaram o início da atividade científica, que não é apenas casual. Assoun (1963) já havia observado que o leitor familiar de Freud epistemólogo parece vítima de um verdadeiro efeito de paramnésia ao percorrer o "*Conhecimento e erro*" de Mach, especialmente o prefácio. Ele interpreta tal efeito como evidência da familiaridade de Freud com a epistemologia de Mach de seu reconhecimento de que essa epistemologia reflete a sua prática científica (cf. ASSOUN 1963, p. 87).

Embora tais observações possam parecer um pouco exageradas, elas não são infundadas levando-se em conta que ambos pertencem à vertente não axiomática da ciência, onde nem a verdade, nem o conhecimento da verdade é uma condição necessária das hipóteses ou postulados mais gerais de uma teoria. Apesar de Mach rejeitar o termo "coisa em si" por considerar cognitivamente supérfluo, do ponto de vista da concepção metodológica do fazer científico, sua recusa do essencialismo, embutido na concepção axiomática tradicional, o aproxima de Kant.

Podemos resumir as posições que estão em jogo quando Freud defende a psicanálise como ciência natural, dizendo que de um lado está o estilo axiomático de fazer ciência, de

tradição racionalista, pré-kantiana. Esta posição sustenta que as definições constituem princípios, são proposições primitivas que não podem ser derivadas de outras proposições e formam a base de uma demonstração. Esta base constitui o fundamento de toda ciência. A concepção axiomática tradicionalmente interpretou as definições ou princípios básicos como descrições da essência ou natureza das coisas.

De outro lado está o estilo heurístico do fazer científico, de tradição kantiana, aceito por Mach e Freud. A concepção heurística sustenta que os fundamentos de toda ciência empírica são as observações. Entretanto, embora a ciência inicie com as observações, não são elas toda a fonte do conhecimento. Para efetuar descobertas em seu domínio de estudos o investigador introduz entidades hipotéticas, faz suposições acerca das relações entre essas entidades. Todavia, não existe acordo entre os partidários dessa concepção quanto a interpretação das entidades hipotéticas introduzidas.

Conforme a vertente convencionista (Mach), o uso de idéias especulativas é justificadamente permitido para se obter conhecimento acerca dos fenômenos. Todavia, o cientista deveria deixar de oferecer uma interpretação metafísica ou realista das entidades hipotéticas e passar a tomá-las pelo que são: construções auxiliares, instrumentos provisórios e arbitrários que se situam logicamente no mesmo nível dos modelos matemáticos de representação dos fatos. O cientista evitaria, assim, a ilusão de considerar a relação

entre construções do pensamento (especulações) e fatos observados como uma relação explicativa-causal. Como existem similaridades entre as relações observadas entre os fatos e as relações definidas sobre os objetos do modelo, a sua construção seria heurísticamente útil para, a partir das relações definidas pelo pensamento, descobrir relações entre os fatos. Deixando de oferecer uma interpretação realista das entidades hipotéticas ou inobserváveis teóricos, estes seriam justificados pela sua eficácia heurística. Por conseguinte, nem a verdade, nem o conhecimento da verdade é uma condição necessária das hipóteses heurísticas, bem como nenhum compromisso com a realidade ontológica do modelo (cf. LOPARIC' 1984, pp. 43-44).

Estas considerações sobre as discussões acerca das vias da descoberta científica nos mostra que o simples fato de Freud defender a psicanálise como ciência natural não nos permite deduzir que o ponto de vista energético da metapsicologia funciona como teoria explicativa da empiria psicanalítica.

Conforme a segunda vertente do estilo heurístico de fazer ciência, as teorias ou conjecturas não só funcionam como guias para a descoberta de novos fatos, pois devem também explicá-los. Segundo Hempel, para uma teoria ter poder explanatório é necessário que ela especifique dois tipos de princípios, os princípios internos e os princípios de transposição. Os princípios internos caracterizam as entidades e os processos básicos invocados pela teoria, bem

como as leis a que supostamente obedecem. Os princípios de transposição indicam como esses processos estão relacionados aos fenômenos empíricos conhecidos e que a teoria então pode explicar, predizer ou retrodizer. Ainda segundo Hempel, os princípios de transposição são também condição necessária da verificabilidade da teoria (cf. HEMPEL 1974, pp. 92-97). Segundo Pap, é um truismo da metodologia científica que a teoria não pode servir como uma explicação dos fenômenos observáveis a menos que a teoria seja empiricamente testável e que ela não é empiricamente testável a menos que seu vocabulário abstrato seja direta ou indiretamente, parcial ou completamente interpretado em termos de observáveis (cf. PAP 1959, p. 283). Por conseguinte, o compromisso com o conhecimento da verdade das entidades hipotéticas comumente introduzidas no processo de investigação científica é uma condição necessária das teorias com pretensões explicativas (o que pressupõe o compromisso ontológico com as entidades introduzidas).

Consideremos, por hipótese, que Freud não quisesse assumir nenhum compromisso com a questão da verdade dos enunciados metapsicológicos. Se isso for verdade, poderíamos então afirmar que Freud não tinha pretensões de explicar os fenômenos psíquicos pela metapsicologia. E o fato da metapsicologia não ter função explicativa de modo algum desautorizaria a psicanálise como ciência natural, desde que esta seja entendida como sistema descritivo-convencional da

experiência que busca a ordem ou leis que regem os fenômenos.

Podemos concluir que, interpretando a metapsicologia como conjunto de princípios heurísticos, como preceitos orientadores da pesquisa, como fazia Mach em relação aos constructos hipotéticos da ciência física, não é necessário nos perguntar pela sua verdade. Entretanto se a interpretarmos também como uma teoria explicativa que pretende nos informar algo sobre a natureza dos fenômenos psíquicos, de modo que o mecanicismo represente a opinião de Freud de que a psicologia é redutível a processos energéticos, então a questão da verdade é pertinente e se faz necessária.

Outro ângulo que desautorizaria uma interpretação explicativa-reducionista da energética é a concepção do inconsciente como uma força ou sistema positivamente voluntarioso. O que quer que seja que circule pelo sistema inconsciente, que Freud denomina de força, energia, pulsão, não tem as características das forças cegas supostas como a causa do movimento das coisas físicas. Ao contrário, e mesmo horrorizando nossas metas conscientes, as pulsões têm as suas próprias que entram em acordo quando são incompatíveis entre si. Não conhecem a negação. Diferentemente das coisas físicas, não se submetem à ação do tempo. O inconsciente é atemporal. Regido por leis próprias, ele delimita uma esfera das coisas *humanas* livre das leis que regulam as coisas físicas.

Que espaço será esse que é livre das determinações segundo as leis da natureza física mas que também não é da ausência total de leis?

Para Freud esse espaço, o inconsciente, é metapsíquico: "nós simplesmente o colocamos como real". Conforme testemunho de Binswanger, Freud afirmava que nós procedemos como se o inconsciente fosse qualquer coisa de real, como o consciente. Ele acreditava que da mesma maneira que Kant postulou por trás dos fenômenos a coisa em si, ele postulava o inconsciente por trás da consciência, que é acessível à nossa experiência (cf. BINSWANGER 1970, p. 275).

Imediatamente ficamos tentados a identificar o inconsciente com aquele espaço supra-sensível kantiano, o espaço da causalidade mediante a liberdade, necessário para o estudo da moral e das ações humanas que escapam às determinações temporais-causais.

Como mostra a solução da terceira antinomia¹, a tese, que afirma a liberdade, pode ser aplicada à relação entre númeno e fenômeno e a antítese, que afirma o determinismo, é limitada à relação entre os fenômenos.

Esta linha de raciocínio esbarra, entretanto, com a distinção que Kant faz entre liberdade empírica psicológica e liberdade moral. A primeira diz respeito à liberdade dos atos de vontade em relação aos fatores externos, mas são

¹ Tese: existem fenômenos do mundo para cuja explicação necessitamos de admitir uma causalidade mediante a liberdade.

Antítese: não há liberdade alguma, tudo no mundo acontece meramente segundo leis da natureza (CRP B 472).

determinadas por representações e sentimentos. Esta liberdade é idêntica à determinação interna, necessidade causal psicológica. Neste caso, embora a determinação seja psíquica, ela é da ordem fenomenal.

A liberdade moral é independência de pulsões (*Trieben*) e desejos (*Begierden*), é determinação da vontade unicamente pela razão prática. Esta liberdade é a de um ser livre da subordinação à lei causal, ao mecanismo da natureza interna e externa. Liberdade e determinismo são compatíveis no mesmo ser. O mesmo ser que é determinado em suas ações como fenômeno pode, como númeno, como caráter inteligível, ser livre, ser subtraído de condições causais-temporais. Liberdade não é, para Kant, ausência de leis, é apenas liberdade das leis naturais (cf. EISLER 1964, p. 160).

Dado que o inconsciente diz respeito a esse espaço que circunscreve a vontade patológica (o homem como fenômeno), ele não pode ser identificado com o seu oposto, que é o espaço da vontade livre, o homem como númeno. Embora o inconsciente freudiano tenha algumas características do objeto numenal ou inteligível de Kant (a atemporalidade, por exemplo), ele circunscreve um grupo de leis, que embora não físicas, não são propriamente as leis da liberdade. O inconsciente não é, propriamente falando, um objeto numenal. Entretanto, dificilmente poderíamos dizer que é fenomenal, o que, aliás, é admitido pelo próprio Freud.

Percebemos, assim, que na raiz dos problemas de definição epistemológica da psicanálise está a concepção

freudiana de inconsciente, que não parece ser um conceito nem numenal e nem fenomenal; que não parece ser nem físico, nem moral. Mas, como entender este conceito cujo objeto se caracteriza por propriedades mutuamente excludentes, como é o caso de uma quantidade que flui segundo objetivos próprios e onde pensamentos são ocupados por diferentes tipos de energia?

Não é o caso de pensar que isto que "nós simplesmente colocamos como real e procedemos como se fosse real" é justamente por isso ideal ou ficcional? A vantagem de consultar Kant para entendermos a concepção freudiana da função da metapsicologia vem do fato de ele ter elaborado uma teoria das idéias da razão como um sistema de máximas e ficções heurísticas.

4. A coisa em si kantiana e as idéias da razão.

Nos capítulos anteriores tentamos explicitar uma representação que comumente se faz da metapsicologia, partilhada por analistas e não analistas, que, por razões distintas, contestam o caráter científico natural da psicanálise.

Situando a defesa de Freud da cientificidade da psicanálise no contexto das concepções filosóficas e metodológicas do fazer científico do século dezanove e examinando certos aspectos da epistemologia de Mach, representante típico da concepção heurística de ciência, colocamos em dúvida a legitimidade da imagem da metapsicologia como uma teoria explicativa causal. Levantamos a suspeita de que Freud, ao contrário do que freqüentemente se pensou, teria concebido a metapsicologia como uma teoria ficcional, onde é perfeitamente *normal* o uso de metáforas, antropomorfismos e analogias dos mais diferentes tipos.

Neste capítulo e nos dois seguintes procuraremos aprofundar a nossa compreensão da concepção heurística do desenvolvimento da ciência recorrendo à teoria das idéias da razão de Kant, patrono da ciência natural alemã do século dezanove. Focalizando a função e o lugar lógicos dos conceitos especulativos na produção do conhecimento,

destacaremos as razões que tornam esses conceitos não só inevitáveis mas também imprescindíveis. Começaremos examinando algumas noções fundamentais da filosofia kantiana: a coisa em si, o objeto transcendental, o nùmeno e as idéias da razão.

O entendimento, segundo Kant, refere as representações a algum objeto, como objeto dessas representações. Fenômenos são representações. Logo, o entendimento refere os fenômenos a um algo como objeto da intuição sensível. Este é o objeto transcendental, que significa apenas um algo = X, do qual nada sabemos, nem podemos saber (cf. KRV A 251).

O objeto transcendental é o pensamento completamente indeterminado de algo em geral (cf. KRV A 253). O objeto transcendental = X seria aquela permanente sobra de aspectos do objeto que nenhuma intuição pode esgotar. Por isso podemos dizer que o objeto transcendental = X é uma incógnita, segundo as possibilidades de representações empíricas ou dados sensíveis que podem ser referidos ao objeto.

O objeto transcendental, escreve Kant, não é objeto do conhecimento em si mesmo, mas apenas a representação dos fenômenos sob o conceito de um objeto, determinável através da multiplicidade das representações empíricas. Ele (o conceito de algo em geral) é determinável pelas categorias por meio do que é dado na sensibilidade, a fim de conhecer empiricamente os fenômenos sob conceitos de objetos (cf. KRV A 251).

O objeto transcendental, segundo Kant, não pode se chamar númeno (cf. KRV A 253), porque, ao contrário deste, aquele *não pode separar-se dos dados sensíveis* (KRV A 250).

Quanto ao conceito de um númeno, ele significa "apenas o pensamento de algo em geral, pelo qual se abstrai toda forma da intuição sensível" (KRV A 252).

Tradicionalmente se interpretou o númeno como a afirmação da existência de objetos genuínos e distintos dos fenômenos. Tais objetos numerais seriam objetos de uma intuição, embora não sensível. De qualquer modo, objetos de uma intuição (intelectual) e comporiam os objetos de um suposto mundo inteligível. Contrapondo-se às meras aparências, o mundo numenal constituiria o domínio dos objetos reais e verdadeiros. Kant rejeita esta interpretação do conceito de um númeno afirmando não se tratar de um conceito positivo e nem um conceito determinado de alguma coisa qualquer. Ele significa apenas o pensamento de algo em geral pelo qual se abstrai toda forma da intuição sensível. Kant adverte também que o fato de pensar um algo em geral, liberado da intuição sensível, não é suficiente para significar o númeno como um objeto genuíno distinto do fenômeno. Seria necessário supor também uma outra classe de intuição (não sensível) em que possa dar-se tal objeto. Como não se pode demonstrar que a intuição sensível é a única possível, bem como a possibilidade de outra classe de intuição, o conceito de um númeno permanece problemático (cf. KRV A 252).

Parece-nos que podemos distinguir o objeto transcendental do númeno, em sentido negativo, dizendo que este significa a consideração do objeto independentemente das formas da intuição e o objeto transcendental refere-se ao pensamento de algo = X, que é o objeto da intuição sensível. O objeto transcendental possui um sentido empírico (as sucessivas objetivações de aspectos do algo = X), embora o conceito de objeto transcendental = X seja *não empírico* (KRV A 109), que seria a unificação do diverso, segundo regras necessárias.

Na segunda edição da "*Crítica da razão pura*", Kant afirma que "quando denominamos certos objetos, como fenômenos, de entes dos sentidos (*phaenomena*), distinguindo o nosso modo de intuí-los de sua natureza em si, contrapomos a estes entes dos sentidos quer os mesmos objetos em sua natureza em si (conquanto nela não os intuamos), quer outras coisas possíveis que não sejam objetos do nosso sentido (enquanto objetos pensados apenas pelo entendimento), chamando-os entes do entendimento (*noumena*)" (KRV B 306).

De acordo com esse texto, tanto o objeto fenomenal em sua natureza em si, como outras coisas possíveis não-objeto dos sentidos são entes do entendimento (*Verstandswesen*) ou númenos. Estes diferem das entidades fenomenais porque são pensados como separados dos dados sensíveis e inteiramente independentes da sensibilidade (cf. LOPARIC' 1988, p.123). A questão que Kant coloca é saber se os conceitos puros do entendimento não possuem nenhuma significação com respeito a

esses entes do entendimento e se não poderiam constituir um modo de conhecimento deles. A esta questão Kant responde negativamente, porque neste caso o uso das categorias não está restringido pelas condições da sensibilidade. Por isso, "em significação positiva, a divisão dos objetos em *phaenomena* e *noumena*, e do mundo em mundo dos sentidos e mundo do entendimento, não pode absolutamente ser admitida, embora uma divisão dos conceitos em conceitos sensíveis e conceitos intelectuais possa sê-lo. Com relação aos conceitos intelectuais, efetivamente, não se pode determinar nenhum objeto e, portanto, tampouco fazê-los passar por objetivamente válidos" (KRV B 311).

Embora o entendimento *deve pensar* coisas (númeno) *sem esta relação com nosso modo de intuição*, estas coisas não podem ser conhecidas, porque para conhecer é preciso das categorias esquematizadas (cf. KRV B 307).

De acordo com Kant, "o entendimento pensa necessariamente um objeto em si mesmo, mas somente como o objeto transcendental, que é a causa do fenômeno (por conseguinte, não sendo ele mesmo fenômeno), e não pode ser pensado nem como magnitude, nem como realidade, nem como substância etc." (KRV B 344). Ora, Kant afirma aqui que o entendimento pode pensar causas, sem esquematizá-las, mas nesse caso, elas não podem ser pensadas e, menos ainda, conhecidas nem como magnitude, nem como realidade, nem como substância etc.. Esta seria uma causa numenal.

Distintos dos objetos ideais do entendimento, que podem ser objetivados pela intuição (categorias esquematizadas) ou não, como é o caso dos *noumena*, temos, em Kant, os objetos ideais da razão. Estes são distintos das categorias porque jamais poderão ser objetivados pela intuição. E são distintos dos *noumena* porque são positivamente incondicionados (cf. LOPARIC' 1988, p.124), como é o caso das forças fundamentais. Além disso, os objetos ideais da razão podem ser esquematizados, evidentemente que não diretamente, mas por meio símbolos ou analogias.

A despeito da diferença entre os objetos da idéia e os númenos, em certo sentido existe uma similaridade entre ambos apontada pelo próprio Kant. Tanto o númeno como os objetos da idéia da razão são objetos que não caem na intuição de modo algum, são portanto, não objetos de uma intuição sensível. Nem os númenos, nem as forças fundamentais, ou outros objetos das idéias são objetos reais. Eles são *nada*, isto é conceito sem objeto na intuição e não podem ser contados entre as possibilidades, embora nem por isso possam ser declarados impossíveis (cf. B 347). Enquanto que o númeno é um conceito *problemático* do entendimento (cf. B 310), os objetos das idéias, entre eles, as forças fundamentais são *ens rationis*, não podendo ser contados entre as possibilidades porque são simples *ficções* (cf. KRV B 347 e 348). Essas ficções referem-se ao incondicionado, que é uma exigência de busca da razão.

É a busca do incondicionado que impele a razão necessariamente a ultrapassar os limites da experiência e de todos os fenômenos (cf. KRV B XX). Como não se pode esperar que o incondicionado possa ser encontrado nas coisas que são dadas, porque o que é dado é sempre condicionado a uma outra coisa como sua causa, "a inferência prolonga-se até uma causa que não é contingente e por isso existe necessariamente e sem condição" (KRV B 612). Assim, é justamente como coisas em si mesmas, incognoscíveis, mas admitidas por necessidade lógica, que pensamos o incondicionado.

Kant fala em "objeto dos conceitos de nossa razão" (KRV B 593) formado pela totalidade das condições no mundo dos sentidos. Parece-nos que podemos dizer que a totalidade das condições, o incondicionado é o objeto dos conceitos da razão ou das idéias, uma vez que a idéia é um conceito da razão, cujo objeto não é dado na experiência.

Segundo Kant, já que o incondicionado é colocado fora de toda experiência possível, as idéias se tornam transcendententes e além de servirem para completar o uso empírico da razão, "elas para si mesmas constituem objetos". Tais idéias transcendententes possuem um *objeto puramente inteligível*, que se pode admitir como um *objeto transcendental*, do qual nada se sabe e não temos como justificar a sua realidade. Dado que a razão exige a busca da totalidade das condições empíricas, admitimos uma *realidade auto-subsistente que pensamos por analogia* com os

conceitos da experiência para formarmos algum conceito sobre coisas inteligíveis, que em si escapam ao mínimo conhecimento (cf. KRV B 594).

Segundo Kant, existe uma grande diferença entre se algo é dado à razão como um *objeto pura e simplesmente* ou se só como um *objeto na idéia*. No primeiro caso, os conceitos dirigem-se à determinação do objeto; no segundo caso, trata-se apenas de um *esquema* ao qual diretamente não é conferido objeto algum, nem mesmo hipoteticamente. A este esquema, ordenado segundo as condições da máxima unidade da razão e relativo ao conceito de uma coisa em geral, Kant também se refere como *objeto fictício da idéia*, enquanto fundamento ou causa do objeto da experiência (cf. KRV B 698). Se bem que "não podemos introduzir entes do pensamento como objetos reais e determinados", podemos admiti-los como uma "realidade que vale somente como a realidade de um esquema do princípio regulativo da unidade sistemática de todo o conhecimento da natureza; por conseguinte, devem servir de *fundamento apenas como entes análogos a coisas reais*, mas não como coisas reais em si mesmas" (KRV B 702, nosso grifo).

Assim, se colocamos um ente ou um objeto como correspondente à idéia significa que colocamos para os fenômenos um fundamento *só na idéia* e não na coisa em si mesma para satisfazer o máximo uso da razão *relativamente aos fenômenos*.

Kant também se refere às entidades meramente supostas pela razão como *objeto transcendental da nossa idéia* (cf. KRV B 707). Este objeto deve ser suposto, sem contudo podermos afirmar sua realidade efetiva porque não temos como justificar a sua realidade com base nos conceitos de realidade, substância, causalidade etc. (cf. KRV B 707). A suposição da existência de entes que não são dados à experiência possível é "simplesmente relativa" (KRV B 707) e pensada com vista à unidade sistemática do mundo do sentido; é um simples algo na idéia com respeito ao qual não possuímos nenhum conceito sobre o que seja em si (cf. *ibid.*).

5. O emprego regulativo dos conceitos da razão.

A razão é a fonte das idéias, dos conceitos puros da razão. Tais conceitos, dada uma particular "dialética" parecem ser conceitos de objetos cognoscíveis. As idéias referem-se ao incondicionado, à totalidade das condições, que parecem ser objetos do conhecimento. Contudo, as antinomias da razão mostram que as idéias não podem ser conceitos de objetos empíricos. Se tomadas enquanto tais mostram-se contraditórias e ilusórias. As idéias não podem ser tomadas como conceitos constitutivos de objetos. A fertilidade do uso das idéias da razão está no seu emprego regulativo, isto é, servem para ordenar os conceitos do entendimento, indicando como devemos pensar para alcançar a maior unidade do conhecimento. As idéias da razão "possuem um uso excelente e imprescindivelmente necessário, ou seja, o uso regulativo que consiste em dirigir o entendimento para um certo objetivo, com vistas ao qual as linhas de orientação de todas as suas regras confluem para um único ponto. Embora na verdade seja apenas uma idéia (*focus imaginarius*), [...] ela serve para propiciar [aos conceitos do entendimento] a máxima unidade ao lado da máxima extensão" (KRV B 672).

As idéias são necessárias para a razão desempenhar sua função prescritiva em relação ao conhecimento empírico, a

fim de que este possa ser organizado progressivamente na direção de um sistema unitário e coerente.

A atitude da razão em relação ao corpo do conhecimento é prescrever e procurar realizar sua sistematização, isto é, exibir a conexão de suas partes em conformidade com um princípio único. A unidade da razão sempre pressupõe uma idéia, a saber, a *idéia da forma do todo do conhecimento, um todo que é anterior ao conhecimento determinado das partes e contém as condições que determinam a priori para cada parte sua posição e relação com outras partes*. Deste modo o conhecimento deixa de ser um mero agregado contingente para se constituir num sistema conectado de acordo com leis necessárias (cf. KRV B 673)

Desde que não é dado aquilo que a razão pensa como a totalidade de um mundo sensível, considerada como coisa em si, suas idéias não podem ser tomadas como *axiomas*, pois se tomadas enquanto tais cria-se a ilusão de que as idéias têm sua fonte num objeto real, fora do campo empírico possível. Contudo, a *validade das idéias da razão* é preservada como um *problema* para o entendimento, logo para o sujeito, levando-o a empreender e continuar na direção do regresso nas séries das condições de um dado qualquer condicionado, de acordo com a totalidade prescrita pela idéia (cf. KRV B 536).

Loparic', em sua investigação minuciosa da filosofia especulativa de Kant, reconstrói a teoria da razão como um "*sistema de ficções e máximas heurísticas*" (LOPARIC' 1983, p. 77) e aponta para os quatro dogmas básicos dessa teoria.

O primeiro dogma, conforme destacamos acima, afirma que "as idéias não representam condições universais de acordo com as quais os objetos são constituídos na intuição pura ou empírica, mas coloca-nos séries potencialmente infinitas de problemas empíricos que dizem respeito a aspectos ideais ou sistemáticos da natureza" (LOPARIC' 1988, p. 112). Como a razão é a origem das idéias, a razão especulativa é fonte de um *programa completo de pesquisa empírica indefinida* (idem, p.113).

Conforme o segundo dogma da teoria kantiana das idéias especulativas, as séries completas ou totalidades incondicionadas de premissas verdadeiras, às quais as idéias se referem, podem ser interpretadas como caracterizando objetos ideais. É isto que torna possível que num segundo momento as próprias idéias sejam aplicadas a tais objetos (cf. idem, p. 113). Loparic' observa ainda que nada nos proíbe introduzir objetos incondicionados e aplicar idéias a eles, desde que observemos uma condição: a suposição dos referentes incondicionados ou objetos das idéias só pode ser relativa, nunca absoluta. Uma suposição relativa consiste em pensar uma entidade que existe como correspondendo a uma idéia e não como existindo em si mesma, como fora da idéia, como faz uma suposição absoluta. Pelo procedimento de suposições relativas "tornamos a idéia real" (*realisieren die Idee*), "colocamos para a idéia um objeto real (*wirklicher Gegenstand*)", mas somente "como algo que nós

absolutamente não conhecemos em si mesmo" (cf. KANT KRV B 704-5; LOPARIC' 1988, p. 114 e 1987, p. 583).

Os objetos das idéias compõem uma espécie particular de objetos, que não se confundem nem com os objetos empíricos e nem com objetos metafísicos. Conforme observa Loparic', o caráter ficcional dos objetos da razão revela-se quando nós percebemos que são irrespondíveis questões acerca da possibilidade, realidade ou propriedades de tais objetos. Modernamente poderíamos dizer que a questão da verdade e da testabilidade dos objetos da razão revela-se sem sentido, o que não é o caso quando se trata de objetos empíricos. Em relação aos objetos metafísicos, tradicionalmente foi considerado perfeitamente admissível formular hipóteses acerca desses objetos. Kant não admite hipotetizar sobre os entes da razão e os *exclui de qualquer explicação legítima das aparências reais* (cf. LOPARIC' 1988 p. 115). Segundo ele, "os conceitos da razão são meras idéias, e não têm um objeto que possa ser encontrado em nenhuma experiência. Apesar disso, eles não significam objetos que, tendo sido inventados, conseqüentemente devem ser possíveis. Os conceitos da razão só são pensados problemáticamente, a fim de que fundemos com referência a eles (como ficções heurísticas), os princípios regulativos do uso sistemático do entendimento no campo da experiência. Fora dessa relação são meros entes do pensamento, cuja possibilidade não é demonstrável e portanto *não podem ser tomados, através de*

uma hipótese, como fundamento para explicar fenômenos reais" (KRV B 799, grifo nosso).

Kant opõe aos conceitos ostensivos (conceitos constitutivos de objetos) as idéias como conceitos heurísticos. São conceitos que mostram não como um objeto é constituído mas como sob a sua direção (da idéia ou conceito heurístico) nós devemos buscar a constituição e conexão dos objetos da experiência. As idéias da razão, embora não se relacionem ou não determinem nenhum objeto correspondente a elas, como regras do uso empírico da razão, leva-nos à unidade sistemática sob a *pressuposição relativa de um tal objeto na idéia*. É deste modo que as idéias contribuem para a extensão do conhecimento empírico sem mesmo estar numa posição que corre contra tal conhecimento. Kant conclui que é uma máxima necessária da razão proceder sempre de acordo com tais idéias (cf. KRV B 699).

É esta propriedade das idéias da razão, sua função heurística para o avanço da pesquisa científica, que justifica relacionar as idéias da razão aos conceitos teóricos das ciências modernas (cf. LOPARIC' 1988, p. 115).

Para que as idéias da razão desempenhem sua função heurística, elas devem ser *esquematisadas* (terceiro dogma da teoria das idéias). Isto significa que às idéias pode ser dada uma representação intuitiva, embora indireta, parcial e inadequada por meio de um procedimento chamado esquematismo analógico. Isto quer dizer, segundo Loparic', que os objetos das idéias podem ser providos de conteúdos intuitivos que os

tornam "análogos de coisas reais" (KRV B 702; cf. LOPARIC' 1988, p. 116).

O quarto dogma principal da teoria das idéias de Kant afirma a necessidade das idéias. Esta necessidade é justificada pela efetividade heurística das idéias quando referidas a objetos ideais (idéias objetivadas) e esquematizadas. Com este procedimento se obtêm guias para a solução de problemas empiricamente insolúveis (cf. LOPARIC' 1988, p. 117).

Aprendemos com a prova de que as idéias são indispensáveis (a dedução transcendental das idéias da razão) que mesmo as proposições não verificáveis são imprescindíveis, posto que o conhecimento empírico é mais seguro dentro de seus próprios limites e pode progredir mais do que seria possível na ausência de tais idéias, através do mero uso dos princípios do entendimento (cf. KRV B 699).

6. O emprego de analogias na modelação conceitual do incognoscível.

Como vimos, as idéias são conceitos necessários, cujo objeto não pode ser dado em nenhuma experiência. Tais conceitos, embora não tenham objeto para o qual se possa obter uma intuição correspondente, não são vazios em todas as relações. Admitem-se conteúdos, que são parciais e incompletos, aos conceitos da razão, de modo que podemos falar de uma determinação aproximativa do incognoscível (a totalidade das condições), para propósitos práticos.

No "*Prolegômenos*" podemos ler:

"Como não podemos jamais conhecer os entes do pensamento por aquilo que podem ser em si mesmos, isto é, determinados, devemos, entretanto, admití-los na relação ao mundo dos sentidos e conectá-los pela razão, podendo, ao menos, pensar esta conexão por meio de tais conceitos, que expressam sua relação com o mundo dos sentidos" (PROL. § 57, p.173).

Quando o juízo se restringe à relação dos dados do mundo sensível com o incognoscível suposto, não se produz, na verdade, nenhum conhecimento, mas representações de um algo em si mesmo desconhecido, que indicam somente como o incognoscível deve ser para nós.

No caso da idéia de um ser superior, Kant adverte que nossas determinações do incognoscível não podem ser tomadas por determinações ontológicas, mas apenas como determinações simbólicas do objeto. Estamos dentro dos limites da razão "quando confinamos nosso juízo à relação que o mundo pode ter com um ente, cujo próprio conceito está além de todo conhecimento de que somos capazes dentro do mundo. Neste caso, não atribuímos ao ente supremo em si mesmo nenhuma das propriedades, através das quais pensamos objetos da experiência, evitando assim o antropomorfismo dogmático; mas as atribuímos à relação desse ente com o mundo e nos permitimos um antropomorfismo simbólico, que de fato, concerne somente à linguagem e não ao próprio objeto" (PROL. § 57, p.174).

A determinação para efeitos práticos do incognoscível é sempre analógica. Assim, podemos falar em conhecimento aproximativo do desconhecido por meio de analogias, do qual nunca podemos estar seguros.

Analogia em Kant é "uma semelhança perfeita de duas relações entre coisas completamente dessemelhantes" (PROL. § 58, p.175).

Kant cita como exemplo a analogia existente entre as relações jurídicas dos atos humanos e a relação mecânica das forças motrizes:

"eu nunca posso fazer nada contra alguém sem dar-lhe o direito de fazer o mesmo contra mim, sob as mesmas condições; da mesma forma nenhum corpo pode agir sobre outro

com sua força motriz sem que com isso o outro aja sobre ele da mesma maneira. Aqui o direito e a força motriz são coisas bem distintas, mas em sua relação há absoluta semelhança" (PROL. § 58, p. 175n.).

Não há problema algum, relativamente a duas coisas heterogêneas, em pensar uma delas por analogia com a outra. Retomando o exemplo citado, nós construímos um modelo de Estado de Direito por analogia com a lei da ação e reação de um sistema físico. Porém, a atração material ou a repulsão recíproca dos corpos entre si, que é uma determinação específica do sistema físico, não pode ser atribuída aos cidadãos, isto é, não pode ser tomada entre os membros de uma sociedade que é regida por regras legais (cf. CFJ B 449-450).

A construção de modelos analógicos é uma operação do pensamento que produz, para fins práticos, símbolos ou representações simbólicas dos conceitos da razão.

Segundo Kant, a demonstração da realidade de um conceito exige sempre uma intuição do objeto correspondente a esse conceito, porque somente assim pode ele tornar-se conhecimento (cf. CFJ B 240). Se os conceitos são empíricos, as intuições são chamadas exemplos. Se são conceitos puros do entendimento, as intuições são chamadas esquematas (cf. CFJ B 254).

Quanto aos conceitos da razão, por que devemos negar-lhes referentes reais?

"Uma idéia da razão não pode nunca tornar-se conhecimento porque ela contém um conceito (do supra-sensível) ao qual não pode ser dada jamais uma intuição sensível adequada" (CFJ B 240).

Exigir ou pedir que a realidade objetiva dos conceitos da razão seja evidenciada (*dargetan*) para fins de seu conhecimento teórico é ansiar por algo impossível porque a elas não pode ser dada absolutamente nenhuma intuição adequada (cf. CFJ B 254 e KRV B 692).

De acordo com Kant, toda apresentação (*Hypotypose, Darstellung*), enquanto sensificação, consiste em dar ao conceito uma interpretação sensível ou intuitiva. Ela é de dois tipos: esquemática ou simbólica. No caso da apresentação esquemática, a intuição correspondente é dada a priori. No caso da apresentação simbólica, é dada uma intuição a um conceito que somente a razão pode pensar e ao qual nenhuma intuição sensível pode ser adequada. Este conceito é suprido com uma intuição "tal que o procedimento da faculdade do juízo é mediante ela simplesmente analógico ao que ela observa no esquematismo, isto é, concorda com ele simplesmente segundo a regra deste procedimento e não da própria intuição, por conseguinte simplesmente segundo a forma da reflexão, não do conteúdo" (CFJ B 255).

Se o conceito pode ser exibido apenas indiretamente, este ato pode ser chamado de simbolização do conceito. A simbolização do conceito é um expediente que nós utilizamos para conceitos do supra-sensível que, enquanto tais, não

podem ser realmente exibidos e nem dados em qualquer possível experiência. O símbolo de uma idéia é uma apresentação do objeto da idéia por analogia¹.

As intuições dadas aos conceitos a priori são ou esquematas ou símbolos. Símbolos são apresentações indiretas do conceito, segundo uma analogia e para a qual nos servimos de intuições empíricas. Na apresentação simbólica o juízo realiza uma dupla tarefa:

1. primeiro aplica o conceito ao objeto de uma intuição sensível e depois,
2. aplica a mera regra da reflexão sobre aquela intuição a um objeto totalmente diverso, do qual o primeiro objeto é apenas o símbolo (cf. CFJ B 256).

De acordo com Loparic¹, o processo completo de interpretação por meio de símbolos consiste de dois movimentos em direções opostas: o *movimento descendente* de subsunção de um objeto sensível sob o conceito que nós interpretamos (a simbolização propriamente dita) e o *movimento ascendente* da transferência das regras da reflexão da dada intuição (objeto) ao conceito com o qual estamos lidando e ao seu objeto (esquematismo analógico ou simbólico). Refletir para Kant significa encontrar o universal, a regra, o princípio ou lei (cf. CFJ A XXVI). Conseqüentemente, escreve Loparic¹, pelo movimento

¹Cf. "On the Progress of Metaphysics since Leibniz and Wolff", *Ark.* XX, 279-80. Citado na tradução para o inglês da *Critica da Faculdade do Juízo* por Werner S. Pluhar 1987, p. 226. Hackett Publishing Company.

ascendente do esquematismo analógico nós estamos transferindo regras para a descoberta de regras, princípios ou leis teóricas ou ideais. Deste modo, a principal razão para o emprego da interpretação simbólica é *heurística*. O movimento descendente deste método é um procedimento decisivo, pois fornece os *guias da pesquisa científica* (cf. LOPARIC' 1988, p. 119).

Kant cita, como exemplo deste procedimento, a representação simbólica do Estado monárquico como uma máquina (como um moinho) se ele é governado por uma única vontade absoluta. Embora não exista nenhuma semelhança entre um Estado despótico e um moinho, existe uma semelhança entre as regras de refletir sobre ambos e sua causalidade (sobre o modo como eles operam) (cf. CFJ B 256). Por ser uma idéia prática, a idéia de um Estado monárquico não pode ser diretamente esquematizável. Se nós o concebemos como um Estado governado por uma vontade individual absoluta, nós podemos subsumir a idéia ao conceito intuitivo de uma máquina. A representação é simplesmente simbólica, uma vez que não existe nenhuma semelhança material entre um Estado monárquico despótico e uma máquina como um moinho. Os conceitos destas duas entidades possuem notas características, que são mutuamente incompatíveis. Entretanto, nada impede que possamos transferir a regra da reflexão sobre relações causais do caso do moinho para o caso de um Estado despótico. Sempre nos é permitido empregar em nossas investigações sobre propriedades dinâmicas de um

objeto da idéia A, os mesmos métodos que empregamos quando nós estudamos as propriedades dinâmicas de um objeto sensível B (cf. LOPARIC' 1988, p. 119).

7. O papel do conceito de força na ciência alemã do séc. XIX.

Depois da crítica kantiana da razão seria muito difícil para a ciência manter uma posição dogmática em relação às entidades ideais introduzidas pelas teorias físicas, interpretando-as como as causas ou fundamentos definitivos e imutáveis dos fenômenos reais.

O "dualismo metodológico entre ideal e factual" (Cassirer, *apud* WURMSER 1977, p. 483) de Kant prescreve que tais entidades devem ser tomadas pelo que são: conceitos introduzidos pela razão cujo emprego regulativo é *imprescindivelmente necessário* (KANT, KRV B 672).

Um exemplo de conceito da razão, portanto, de conceito que *não é formado a partir da natureza* (KANT, KRV B 673) e que pode ser *apenas suposto* mas não pode ser tomado como real (KANT, MAN p. 433) é o conceito de força:

"(...) o objeto de um conceito para o qual não se pode obter absolutamente nenhuma intuição correspondente é = nada, isto é, um conceito sem objeto, como os *noumena*, que não podem ser contados entre as possibilidades, embora nem por isso tenha que fazer-se passar por impossíveis (*ens rationis*), ou como por ventura, certas novas forças fundamentais, que são pensadas, em verdade sem contradição,

mas também sem exemplo da experiência, não podendo por isso ser contadas entre as possibilidades" (KANT, KRV B 347).

É principalmente devido aos trabalhos de Helmholtz sobre a fisiologia dos sentidos que a concepção materialista mecanicista recua em favor de uma filosofia neo-kantiana da ciência. Os trabalhos de Helmholtz indicavam que uma filosofia da ciência adequada deveria dar conta da atividade do pensamento no desenvolver-se do conhecimento científico, algo que o materialismo mecanicista não fazia (cf. SUPPE 1977, p. 8). Poderíamos dizer, parafraseando Shakow e Rapaport (1964, p. 50), que o materialismo mecanicista tinha por epistemologia o empirismo humeano (a verdade do mundo externo nos é dada pelos sentidos), ao passo que o programa científico de Helmholtz tinha por epistemologia a epistemologia kantiana (são fatores inerentes à natureza humana que organizam sua experiência e relação com o mundo externo).

Entre os fatores inerentes à natureza humana, ou à "atividade própria do espírito", Helmholtz destaca as definições, classificações, formas da representação, hipóteses (HELMHOLTZ 1878, p. 111). Ora, estas não são outra coisa senão a expressão da capacidade inerente ao ser humano de conceituar (*Begreifen*). A atividade de formar conceitos é o método pelo qual nosso pensamento conforma-se ao mundo, ordena os fatos, prevê o futuro (cf. *idem*, p. 133). Helmholtz exige que se pensem os fenômenos naturais

identicamente com a busca das forças que são as causas dos fenômenos (*apud* KÖNIG 1968, p. 96).

Em sua análise do conceito de ciência em Helmholtz e Mach, König faz o seguinte comentário:

"Aqui parece que Helmholtz não se desfaz completamente do conceito metafísico de causa como Mach diretamente o quer eliminar da física. Entretanto, ele adverte contra a utilização de formações abstratas vazias como elementos hipotéticos que não são dados pela experiência ao se manter a exigência da ciência natural de se descobrir verdades absolutas" (KÖNIG 1968, p. 98).

Quando Helmholtz adverte contra a formação de conceitos abstratos como elementos nocivos para o progresso do conhecimento científico, ele está censurando não propriamente a atividade de formação conceitual mas o apego rígido ao conceito, que passa então a obscurecer os fatos:

"No que diz respeito ao obscurecimento, isto acontece de fato, quando nós permanecemos no reino dos conceitos abstratos e não esclarecemos o seu sentido fatural, isto é, nós não esclarecemos quais as novas relações legais observáveis entre os fenômenos seguem daí" (HELMHOLTZ 1878, p. 133).

Ao destacar a atividade do pensamento no esforço da ciência de compreender as relações legais que regem os fenômenos do mundo e ao recusar hipotetizar sobre a existência dos objetos das idéias, que levaria ao obscurecimento dos fatos, Helmholtz indica que está se

movimentando em solo kantiano. Citando Goethe, Helmholtz expressa a idéia, também kantiana, de que aquilo que não pode ser apresentado pelo sistema de sinais de nossos órgãos dos sentidos, ou seja, aquilo que não produz efeitos em nossa sensibilidade (*das Wirkliche*) não tem consistência, é apenas uma alegoria (HELMHOLTZ 1878, p. 132). Símbolos ou ficções na linguagem kantiana.

É importante lembrar também que a exigência de interpretar a natureza em termos de forças que são a causa dos fenômenos representava uma exigência metodológica de Kant (cf. KANT, MAN, pp.431-433), cuja visão da mecânica newtoniana como paradigma de toda teoria científica era largamente partilhada pela maioria dos cientistas dos séculos dezoito e dezenove (cf. MISCHEL 1969, p. 437).

Não podemos negar, todavia, passagens na obra de Helmholtz que parecem contradizer a idéia de que o conceito de força é para este autor somente uma ficção. Segundo König,

"[...] ele explica em 1853 no *Goethes naturwissenschaftliche Arbeiten*, que é necessário para toda explicação dos fenômenos naturais dar o passo do campo da sensibilidade para o 'não perceptível, apenas através do conceito de determinada coisa', pois um fenômeno natural só então estará completamente explicado fisicamente se se tiver reduzido o fenômeno 'às forças naturais nele atuantes e que são seus fundamentos. E nunca as forças em si, somente seus efeitos podem ser percebidos'" (KÖNIG 1968, pp. 98-99).

König destaca que esse pensamento parece conter um conceito de força completamente realista, mas argumenta que uma avaliação justa do pensamento de Helmholtz deve separar a crença de que é possível descobrir uma verdade absoluta de um componente puramente realista que simplesmente quer se afastar do convencionalismo. Com seu conceito realista de força, Helmholtz estaria expressando a idéia de que "o cientista natural não pode proceder de modo puramente arbitrário, portanto, de modo puramente lógico ou puramente especulativo" (KÖNIG 1968, p. 99).

Em nossa opinião, para Helmholtz, do mesmo modo que para Kant, as forças são ficções heurísticas. Pois se Helmholtz define como real (*das Wirkliche*) aquilo que produz efeitos em nossos órgãos dos sentidos e se ele reconhece que as forças em si não podem ser percebidas, somente os seus efeitos, então as forças naturais, como coisas que fundamentam os fenômenos são apenas alegorias (cf. HELMHOLTZ 1878, p. 132).

Todavia, o conceito de força não é vazio em todos os sentidos, pura invenção. Ao conceito pode ser dado um conteúdo intuitivo, embora parcial e inadequado, se concebermos a lei dos fenômenos através de uma forma de antropomorfismo: a lei como "imposição sobre nossa vontade e o curso dos processos naturais, como um poder do mesmo valor que a nossa vontade" (HELMHOLTZ 1878, p. 131). Este análogo da vontade humana, a lei, chamamos força.

Por ser uma metáfora, o conceito deve ser entendido como símbolo da realidade e por esse motivo, embora Helmholtz explicitamente recomende uma redução dos fenômenos às forças que são seus fundamentos, esta redução, parece-nos, não deve ser tomada no sentido literal. A seguinte passagem parece reforçar esta idéia:

"Toda redução dos fenômenos a substâncias e forças fundamentais afirma que algo imutável e definitivo foi encontrado. Nós não temos o direito de fazer uma afirmação incondicionada deste tipo; nem as lacunas de nosso saber, nem a natureza da inferência indutiva, da qual depende nossa percepção da realidade, permite-nos tal afirmação" (HELMHOLTZ 1878, p. 133).

Considerando que o próprio Helmholtz sustenta que aquilo que apresentamos como invariante última do nosso pensamento, isto é, o conceito de força como causa das modificações observadas, funciona como princípio regulativo do nosso pensamento (cf. *ibid.*), podemos dizer que a função primária do conceito é regulativa, isto é, se a finalidade da ciência é descobrir as leis empíricas da natureza, então ela deve supor a existência de forças.

É com Mach e Hertz que o estatuto de representações de mundo baseadas na idéia de força, matéria, átomos assume contornos mais claramente definidos.

Mach, conforme indicamos no primeiro capítulo, recusa o realismo do outro lado dos fenômenos. Na verdade, é o conceito mesmo de coisa em si que ele rejeita.

Conseqüentemente as entidades hipotéticas introduzidas pelo pensamento são logicamente equivalentes aos símbolos matemáticos de representação dos fatos, cujo uso é justificado para descobrir relações entre os fatos.

Para Mach, representações de mundo em termos de forças, átomos, energia nada mais são do que diferentes mitologias (mitologia da matéria ou força, mitologia atomista mecânica, mitologia dinâmica da natureza) que vieram substituir a antiga mitologia animista-demonológica. Tais mitologias são "um imponente conciliábulo de feiticeiros das ousadas representações modernas. São filhas da fantasia que lutam pela existência procurando sufocar umas às outras. Muitas dessas crias da fantasia precisam ser abandonadas pela crítica inexorável em vista dos fatos, antes que uma possa se desenvolver e existir por longo tempo" (MACH 1905, p. 107).

Nem mesmo o positivista Mach recusa a especulação, desde que disciplinada pela recusa de uma interpretação ontológica das entidades que ela introduz. Especular, fantasiar faz parte da atividade científica. Anticientífico é, tomar a fantasia por realidade.

E para que a fantasia é necessária? Mach responde:

"Para que possamos apreciar esse processo é só pensar que se trata de reduzir os processos naturais a elementos conceituais mais simples. Mas a conceituação (*Begreifen*) da natureza precisa ser precedida pela sua apreensão

(*Erfassung*) por meio da fantasia, para dar um conteúdo intuitivo aos conceitos" (MACH 1905, p. 107).

Para Hertz, a fantasia ou, "a atividade livre do pensamento" (Cassirer, *apud* KÖNIG 1968, p. 111) também desempenha papel essencial na construção de modelos da natureza, de modo que nenhuma ciência pode operar sem símbolos intelectuais criados pela razão. Massa, força são exemplos de imagens ou símbolos dos objetos externos. Tais imagens são modeladas de tal forma que as conseqüências lógicas do modelo são sempre imagens das conseqüências na natureza das coisas representadas. A relação entre símbolos e fatos é somente funcional, de modo que entre a coisa representada e seu modelo não precisa haver nenhuma similaridade. A função do modelo é somente predizer conseqüências no mundo externo (cf. WURMSER 1977, pp. 472-3).

Não obstante os princípios metafísicos da ciência natural possam ser distintos para Helmholtz, Mach e Hertz¹, trouxemos à luz justamente esses expoentes da ciência alemã para mostrar como os principais elementos do sistema kantiano da razão, diríamos, a concepção de metafísica como uma metodologia e o conceito de força como metafísico, se faziam presentes antes, durante e depois da gestação da psicanálise.

¹Passamos ao largo deste tema uma vez que sua investigação está além dos objetivos desta dissertação.

É evidente que a constatação da existência de um certo clima epistemológico em uma determinada época não é suficiente para garantir adesão ideológica de seus contemporâneos. Mas é uma pista, que direciona nossa leitura dos textos de Freud. E a pista parece ser boa se lembrarmos da profunda admiração de Freud por Helmholtz, aclamado como o "gigante intelectual" por Maxwell (cf. KÖNIG 1968, p.90). Depois da publicação do trabalho "*Da conservação da energia*" (1847), onde o princípio da conservação da energia é aplicado aos fatos fisiológicos, nenhum cientista da natureza, entre eles os fisiologistas, poderia desconhecer Helmholtz como aquele que abriu o caminho para a aplicação dos princípios da física à fisiologia. Quando Freud inicia os estudos na escola médica em Viena em 1873, o modelo de Helmholtz ainda era fascinante para os jovens estudantes. Segundo Bernfeld, embora o movimento fisicalista não estivesse mais vivendo o seu apogeu, ainda assim, o Instituto de Fisiologia de Brücke continuava famoso. Para se ter uma idéia da aderência de Brücke à escola de Helmholtz, não é demais recordar que aquele era alcunhado, em tom de brincadeira, "o embaixador da escola de Helmholtz em Viena". Ademais, Brücke fazia parte do que Bernfeld chama de pequeno clube privado, que era a *Berliner Physikalische Gesellschaft*. Essa sociedade foi criada em 1845 para destruir de uma vez por todas o vitalismo (cf. Bernfeld 1944, p. 349).

Para Brücke, a fisiologia é a ciência do organismo como um todo. Os organismos distinguem-se das máquinas (seres inanimados, mas dotados de atividade), porque possuem a faculdade de assimilação. Todavia, todos são fenômenos do mundo físico, são sistemas de átomos, movidos por forças, de acordo com o princípio de conservação de energia formulado por Helmholtz: a soma das forças permanece constante em todo sistema isolado (cf. BERNFELD 1944, p. 349).

Segundo Bernfeld, a apresentação em 1926¹ de Freud da psicanálise, segundo o ponto de vista dinâmico, é a melhor forma de descrever o espírito e o conteúdo das "Conferências sobre fisiologia" de Brücke (cf. BERNFELD 1944, p.350).

É assim que Bernfeld salienta a importância dos anos que Freud permaneceu no Instituto de Brücke (de 1876 a 1882), de sorte que não há como negar a influência de Helmholtz, via Brücke, na concepção freudiana do psiquismo como um aparelho, portanto, uma concepção fisicalista do psíquico.

Tendo como fundo a concepção de ciência em voga no final do século XIX, podemos afirmar que foi justamente a concepção metafísica, ou, expressando-nos no jargão psicanalítico, foi a concepção metapsicológica do inconsciente como campo de forças pulsionais determinantes da vida psíquica o passo essencial para Freud afirmar que a psicanálise faz parte da *Weltanschauung*² científica da

1)"...forças que ajudam ou inibem umas a outras, se combinam, formam compromissos etc. ..." (FREUD 1926, p. 301).

2)Freud define *Weltanschauung* como "uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência de maneira unitária a partir de uma suposição superior dominante que, por

virada do século. Uma vez que utilizamos o termo "metafísica" como equivalente lógico do termo "metapsicologia", convém não perder de vista os dois sentidos do termo. No sentido dogmático, a metafísica é o conhecimento a priori da coisa em si, do supra-sensível. A crítica kantiana da razão pura mostra que esse conhecimento é impossível. No sentido kantiano, que é o sentido que temos em vista quando utilizamos o termo, a metafísica como ciência só é possível como sistema dos pressupostos a priori, condições da própria experiência. A metafísica contém conceitos e princípios a priori (as idéias da razão), que prescrevem a conexão da multiplicidade de representações empíricas, segundo uma certa lógica. Nesse sentido, a ciência natural sempre pressupõe uma metafísica da natureza (cf. KANT, MAN pp. 374-375).

Segundo Bernfeld, "‘unidade da ciência’, ‘ciência’, ‘forças físicas’ não eram apenas idéias regulativas ou hipóteses do empreendimento científico; elas tornaram-se quase objeto de paixão. Elas tornaram-se mais do que métodos de pesquisa; elas tornaram-se uma *Weltanschauung*" (BERNFELD 1944, p. 354).

consequente, não deixa nenhuma pergunta em aberto e onde tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo." Sobre a questão da psicanálise e *Weltanschauung*: "Na qualidade de ciência especializada, ramo da psicologia - psicologia profunda ou psicologia do inconsciente, ela é praticamente incapaz de construir por si mesma uma *Weltanschauung*: ela tem de aceitar uma *Weltanschauung* científica. A *Weltanschauung* da ciência, porém, já diverge muito de nossa definição. É verdade que também supõe a unidade da explicação do universo, mas o faz apenas como um programa, cuja realização é adiada para o futuro." (FREUD 1933, p.586).

Segundo Jones, o verdadeiro espírito científico no século dezenove consistiu em "substituir o númeno (a coisa em si) de Kant pelo conceito de força" (JONES 1976, p. 378). Nas palavras de Bernfeld: "as causas reais são simbolizadas na ciência pela palavra 'força'" (BERNFELD 1944, p. 349). Tanto Jones quanto Bernfeld referem-se ao importante movimento científico que ficou conhecido como "o programa de Helmholtz", onde o conceito de força, como vimos, tem papel de destaque na construção de teorias científicas.

Rapaport e Shakow procuram esmiuçar a natureza do compromisso da psicanálise com o programa de Helmholtz¹. Estes autores afirmam que o programa era o reflexo da filosofia contida na "carta de 1842", escrita por du Bois-Reymond:

"Brücke e eu nos comprometêramos solenemente a impor esta verdade, a saber, que somente as forças físicas e químicas, com exclusão de qualquer outra, agem no organismo. Nos casos que não podem ser explicados, no momento, por essas forças, deve-se empenhar em descobrir o modo específico ou a forma de sua ação, utilizando o método físico-matemático, ou então postular a existência de outras forças, equivalentes em dignidade, às forças físico-químicas inerentes à matéria, redutíveis à força de atração e repulsão" (du Bois-Reymond, citado por SHAKOW e RAPAPORT 1964, p. 34).

¹ O que se segue sobre este assunto é basicamente uma reprodução literal do pensamento de Shakow e Rapaport.

A luz deste juramento, o programa de Helmholtz poderia ser realizado de três maneiras: 1) através de uma fisiologia fisicalista genuína (que nunca foi realizado durante todo o período de Helmholtz); 2) através da fisiologia experimental ou da psicologia experimental que usavam a física e a química como ferramentas e 3) através da psicologia clínica que usava métodos observacionais objetivos. Conforme Shakow e Rapaport, para aqueles que estavam (ou ainda estão) ansiosos por levar adiante a primeira parte do programa (que equivale ao segundo caminho enunciado acima), o empreendimento freudiano representou um abandono do programa científico.

Para Freud, o passo essencial para a realização desse programa era poder incluir nele o estudo do significado das manifestações da vida mental humana, tanto patológicas como normais. Não parece haver dúvida de que ele estava convencido de que os problemas com os quais tinha que lidar na clínica eram problemas afetivos. A eles Freud tentou aplicar a orientação contida no programa ou manifesto fisicalista tanto quanto foi possível. Entretanto, diante de seus fenômenos não podia dispor do rigor da experimentação como a psicologia fisiológica, por exemplo. No entanto, sua posição antivitalista e o uso da observação como ponto de partida de sua construção teórica eram os ingredientes básicos para Freud defender a cientificidade da psicanálise. Ainda segundo o texto de Shakow e Rapaport, para Freud a parte do programa 'igual em dignidade' assumiu a forma do

postulado de um extremo determinismo psíquico. Assumindo a existência de forças "iguais em dignidade", Freud fez da realidade psíquica objeto de estudo psicológico tão digno quanto o estudo dos "*impingements* da realidade externa" (cf. SHAKOW e RAPAPORT 1964, pp. 47-49).

O exame do comprometimento de Freud com o programa de Helmholtz mostra que para ele o campo das ações humanas não poderia escapar ao domínio dos métodos utilizados pelas ciências naturais para a produção de teorias científicas. A observação da presença de uma qualidade quantitativa nos sintomas histéricos (a presença de representações excessivamente intensas) sugeria a possibilidade de uma quantificação. Entretanto, Freud jamais vinculou o método científico natural à tarefa de expressar as relações quantitativas em termos numéricos. O compromisso era apenas metodológico: como na esfera física a representação quantitativa se mostrava extremamente fecunda para evidenciar aspectos relacionais da realidade física, procedimento análogo poderia ser aplicado à esfera psíquica para, quem sabe, poder descobrir relações entre aquilo que se nos apresenta como fragmentário e disperso na vida psíquica.

A abordagem fisicalista contida no programa de Helmholtz poderia ser interpretada de duas maneiras no campo das doenças mentais. Segundo uma interpretação mais estreita, o fisicalismo tinha um sentido reducionista: "todas as entidades medicamente explicativas possíveis

deveriam possuir uma referência física" (cf. FORRESTER 1983, p. 300). A explicação dos fenômenos psíquicos deveria, portanto, ser fisiológica. Outra interpretação possível, a privilegiada por Freud, qualificaria o fisicalismo como uma regra metodológica para a produção de teorias científicas. De acordo com esta interpretação, o fisicalismo prescreve que todos os fenômenos naturais (físicos e psíquicos) devem ser abordados em termos do movimento das forças (atividade), portanto, via representações dinâmicas. Esta seria a representação mais conveniente para descrever e descobrir relações não perceptíveis entre os fenômenos.

Desde muito cedo Freud percebeu que na origem dos sintomas histéricos estavam idéias esquecidas impedidas de terem acesso à consciência. Interpretando o sintoma como a expressão de jogo de forças intencionais das quais a pessoa nada sabe, Freud oferece uma explicação em termos de seu mecanismo. Sem dúvida que com sua hipótese psicológica (também conhecida como teoria da defesa), Freud mostra sua preferência por explicações de natureza dinâmica: jogo de forças entre representações antagônicas que resultaria em uma divisão da consciência. É a aceitação da regra metodológica que prescreve que toda explicação causal deve ser dinâmica que conduz à abordagem do psíquico ou melhor, da memória inconsciente, por meio da noção fisicalista de força¹. Esta noção se mostra frutífera porque pode dar conta

¹ Na psicanálise as duas grandezas dinâmicas são a pulsão e a resistência. (Freud 1925a, p.60).

da suposta continuidade entre o patológico e o normal estabelecendo uma relação dinâmica entre o estado normal da consciência e lembranças patogênicas excluídas da consciência.

Em sua "Autobiografia" Freud, retomando a questão divergente entre ele e Breuer, deixa claro que tanto a suposição dos estados hipnóides, como a explicação dinâmica das forças inconscientes são suposições de caráter arbitrário, convencional: "sobre a questão do quando um processo anímico se torna patogênico, isto é, quando é que se torna impossível lidar com ele normalmente, Breuer *preferiu* o que poderia ser chamado de teoria fisiológica; ele pensava que os processos que não podiam encontrar um resultado normal eram aqueles que haviam se originado durante estados mentais hipnóides inusitados. Isto provocou uma nova questão, a questão da origem desses estados hipnóides. *Eu, pelo contrário, supus antes um jogo de forças*, o efeito de propósitos e tendências, como eles devem ser observados na vida normal" (FREUD 1925a, p. 54, grifo nosso).²

²) Em "Sobre a história do movimento psicanalítico" podemos ler: "a primeira diferença entre Breuer e eu surgiu na questão do mecanismo mais íntimo da histeria. Ele *preferiu*, por assim dizer, *ainda* uma teoria fisiológica [...]. Eu expliquei a coisa menos cientificamente, eu *pressentia* por todo lado tendências e inclinações analogamente àquelas da vida diária e concebi a divisão psíquica como resultado de um processo de defesa, que na época eu chamei de 'defesa' e mais tarde de 'recalque' (FREUD 1914b, p. 147. Grifo nosso). O fato de Breuer ter *preferido ainda* uma teoria fisiológica é mais um indicio a favor de nossa hipótese de que a interpretação de Freud do programa de Helmholtz por volta da publicação dos "Estudos sobre a histeria" *ja não era mais* reducionista, o que implica que em algum momento anterior pudesse ter sido.

É evidente que a explicação para a origem dos fenômenos patológicos da consciência é psicológica. É evidente também que essa explicação conduz à idéia de uma memória inconsciente, que é o resultado de uma divisão da consciência, que por sua vez é produto de um confronto entre representações antagônicas.

É possível concluir que a concepção do inconsciente como uma força é uma convenção, derivada da abordagem dinâmica dos fenômenos psíquicos, para se referir àquelas representações que, enquanto não forem lembradas, supomos existir atuantes como propósitos inconscientes.

Dizer que a grande novidade de Freud foi postular a existência de um inconsciente psíquico seria dizer meia verdade. Para sermos mais exatos, a grande novidade introduzida por Freud foi abordar a intencionalidade dos atos, (que Brentano já havia demonstrado ser a propriedade que torna os fenômenos psíquicos irreduzíveis aos fenômenos físicos) por analogia com as relações dinâmicas das forças em movimento.

É o que Freud deixa claro no seguinte trecho das "*Conferências*":

"Não queremos apenas descrever e classificar as aparências, mas concebê-las como sinais de um jogo de forças dentro da alma, como expressão de tendências dirigidas para fins e que trabalham umas de acordo com as outras ou umas contra as outras. Esforçamo-nos por elaborar uma *concepção dinâmica* das aparências psíquicas. Nessa nossa concepção, os

fenômenos percebidos devem ficar em segundo plano, atrás das tendências apenas supostas" (FREUD 1916-17, p. 86).

Não obstante pensadas por analogia com o movimento mecânico das forças físicas, as representações são forças intencionais e por isso irredutíveis às propriedades físicas. Assim, se podemos falar em explicação causal psicológica, ela só pode ser em sentido analógico. Sendo os sintomas determinados por representações com fins contrários, temos aqui um conceito de causalidade que contrasta com a causalidade eficiente. Por conseguinte, a menos que se subverta o sentido do conceito psicanalítico de causalidade, o fisicalismo não pode ser tomado literalmente.

8. A definição da metapsicologia: função explicativa ou função heurística?

No capítulo um, abordamos a questão invariavelmente colocada a qualquer teoria com pretensões de explicar os fenômenos de seu campo de investigação: como verificar a verdade da teoria que, para explicar o observável, emprega entidades não observáveis?

Na concepção do realismo hipotético-dedutivo, o conhecimento das entidades que não são dadas diretamente à percepção consiste na aceitação de hipóteses, a partir das quais é possível deduzir conseqüências que possam ser testadas pelo experimento. Dessa perspectiva, Nagel procura mostrar que as hipóteses psicanalíticas não possuem conteúdo fatural porque são concebidas de modo tão vago que são incapazes de teste.

Voltando a atenção para os principais pressupostos dessa concepção, vimos que autores como Nagel e Popper assumem que a metapsicologia é uma teoria explicativa do comportamento humano e que aquilo que se aceita como existência independente dos referentes dos constructos hipotéticos é indiretamente cognoscível.

Entretanto, não parecem ser estas as teses de Freud em relação à metapsicologia. O fato de Freud não se referir à metapsicologia como uma teoria explicativa já é um indício

de sua familiaridade com a principal crítica epistemológica de Kant e Mach em relação às entidades não dadas empiricamente e consideradas como reais: a questão da justificação da existência de tais entidades.

Neste capítulo, pretendemos explorar o problema do significado da metapsicologia, focalizando certas afirmações de Freud que parecem se contrapor a uma interpretação realista das entidades que a teoria postula.

De acordo com a vertente não axiomática da ciência, na sua versão instrumentalista, as teorias funcionam como regras ou princípios de acordo com os quais se analisa o material empírico, se extraem inferências e de acordo com os quais o material da experiência pode ser conceituado. A função básica das teorias é heurística: são esquemas conceituais criados deliberadamente para dirigir a investigação empírica e para pôr de manifesto conexões entre os dados observados. As teorias têm uma referência fática, visto serem criadas para explorar e resolver problemas empíricos. O uso de especulações é justificadamente permitido para obter conhecimento acerca dos fenômenos. Todavia, o cientista deve deixar de oferecer uma interpretação realista das entidades hipotéticas e passar a tomá-las pelo que são: construções auxiliares ou instrumentos lógicos de representação dos fatos. Na concepção instrumentalista, portanto, nem a verdade, nem o conhecimento da verdade é uma condição necessária das hipóteses ou postulados básicos da ciência.

Levando em conta os resultados obtidos de nosso exame das principais considerações epistemológicas da vertente heurística da ciência, da qual Freud fazia parte, procederemos à leitura de certos textos freudianos sobre esse pano de fundo kantiano.

Conforme podemos ler no parágrafo final da introdução do capítulo sete da "*Interpretação dos sonhos*", as suposições acerca da estrutura e funcionamento do aparelho psíquico, ou seja, as hipóteses metapsicológicas, não poderiam ter função explicativa porque *explicar é reduzir ao conhecido* e aquilo sobre o qual se conjectura é justamente o que não se conhece (cf. FREUD 1900, p. 490). Em relação à tese da possibilidade de conhecer a realidade postulada do outro lado dos fenômenos, Freud tende para um genuíno agnosticismo científico: "o real permanecerá sempre incognoscível" (FREUD 1938a, p. 73).

Segundo Freud, a metapsicologia refere-se à consideração da vida mental a partir de três pontos de vista, a fim de tornar a descrição ou apresentação (*Darstellung*) do fenômeno psíquico a mais completa possível:

"Proponho que, quando tivermos conseguido descrever um processo psíquico segundo suas relações dinâmicas, tópicas e econômicas, passemos a nos referir a isso como uma apresentação metapsicológica" (FREUD 1915b, p.140).

Na perspectiva dinâmica, a psicanálise trata os processos psíquicos como forças que ajudam ou inibem umas as outras, se combinam, entram em acordo umas com as outras.

Essas forças são originalmente da natureza das pulsões. Do ponto de vista econômico, a psicanálise supõe que os representantes psíquicos das pulsões são investidos com determinadas quantidades de energia e supõe que o aparelho psíquico tem a tendência de impedir o represamento dessas energias e manter o mais baixo possível a soma total das excitações de que ele se acha carregado. A consideração tópica concebe o aparelho psíquico como um instrumento composto e procura determinar em quais pontos do aparelho se realizam os vários processos mentais (cf. FREUD 1926, pp.301-2).

Ao se referir à metapsicologia como um conjunto de pontos de vista sob os quais se descrevem os fenômenos psíquicos, Freud está dizendo que não é possível uma descrição direta daquilo que é percebido sensorialmente. Por conseguinte, não podemos proceder sem empregar conceitos e idéias sem correspondência no mundo fenomênico.

Ao apresentar a temática de como a Psicanálise chegou a uma divisão do inconsciente em um pré-consciente e um inconsciente propriamente dito, Freud escreve:

"Poderia ser suficiente a observação que parecia legítimo completar as teorias, que são expressões diretas da experiência, com hipóteses que são úteis para o domínio do material (*Bewältigung des Stoffes*) e dizem respeito a relações que não podem se tornar objeto da experiência direta. [...]. A estruturação do inconsciente relaciona-se com a tentativa de pensar o aparelho psíquico como sendo

construído por sistemas ou instâncias cujas relações mútuas são expressas espacialmente sem ser procurada uma ligação com a anatomia real do cérebro. (O chamado ponto de vista tópico). Representações tais como estas ou parecidas pertencem a uma superestrutura especulativa da psicanálise, da qual qualquer parte pode ser trocada ou eliminada sem dano ou arrependimento, tão logo tenha se demonstrado insuficiente. Resta o suficiente para relatar sobre aquilo que está mais próximo da observação" (FREUD 1925a, pp. 62-63).

De acordo com esse texto, Freud considera as teorias como descrições conceituais de um determinado campo de fenômenos, que se expandem por meio de hipóteses (ou especulações) sobre relações não diretamente observáveis. Na medida em que Freud estabelece a utilidade como critério de escolha ou eliminação de hipóteses cuja finalidade é regular (dominar) o material empírico, ele neutraliza, em princípio, a questão da verdade das hipóteses metapsicológicas. Como espécie de regras do jogo criadas pela razão ou prescrições provisórias para organizar o mundo da experiência, não tem sentido perguntar pelo seu valor de verdade. Ademais, as construções metapsicológicas foram reconhecidas como aproximações do real incognoscível. Desde a "*Interpretação dos sonhos*" Freud já havia chamado a atenção para o caráter convencional das representações (*Hilfsvorstellungen*) tópica e dinâmica dos processos psíquicos, deixando claro que as

aproximações da realidade incognoscível, ou convenções, são metaforizações (*Gleichnisse*) (cf. FREUD 1900, pp. 578-9).

O aparelho psíquico é, segundo Freud, uma *representação auxiliar*, como tantas outras nas ciências. Não obstante ele demonstre um certo menosprezo¹ em relação à *filosofia do como se* de Vaihinger, Freud não nega que o aparelho psíquico seja uma ficção:

"Eu considero superficial recorrer aqui ao 'como se' que se tornou tão popular. O valor de uma 'ficção' dessa espécie (como o filósofo Vaihinger a denominaria) depende de quanto se pode alcançar com sua ajuda" (FREUD 1926b, p. 286).

Preferindo a expressão "representação teórica útil" (FREUD 1916-17, p. 292), Freud assevera que o aparelho psíquico é provisoriamente uma representação auxiliar, como a representação do manequim de Ampère nadando em uma corrente elétrica, útil para o entendimento das observações (cf. *idem*, p. 294).

Em relação ao conceito de pulsão, um dos conceitos centrais da metapsicologia, Freud assume que o conceito é uma convenção necessária para a ordenação do material clínico:

"O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando daí ao seu

¹A rejeição de Freud da *filosofia do como se* de Vaihinger parece estar relacionada, essencialmente, às idéias religiosas. Estas, segundo Freud, são idéias derivadas do desejo humano, são ilusões, por isso, estão fora da jurisdição da razão e não possuem valor prático. Freud recusa-se a se comportar como se acreditasse na existência de ficções que derivam do desejo humano (cf. FREUD 1927, pp. 162).

agrupamento, sua classificação e sua conexão. Mesmo na fase da descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias - que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência - são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem de início possuir necessariamente certo grau de indefinição (...). Enquanto permanecem nessa condição, compreende-se o seu significado através de repetidas referências ao material da experiência, do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções - embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas, mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico (...). Um conceito básico convencional dessa espécie, que no momento ainda é algo obscuro, mas que nos é indispensável na psicologia, é o de uma *pulsão*" (FREUD 1915a, p. 81).

As características que Freud atribui ao conceito de pulsão: indeterminação quanto ao seu conteúdo (o conceito de pulsão não contém nenhuma intuição determinada), função regulativa e caráter convencional, são atribuídas por Kant a ficções heurísticas que são as idéias da razão especulativa. As pulsões tais como as forças físicas de atração e repulsão são entes da razão, isto é, são conceitos para os quais não se pode obter uma intuição adequada correspondente. Por isso

esses conceitos e as proposições em que ocorrem são indecidíveis, tanto empiricamente como a priori.

O fato de Freud afirmar que os conceitos básicos da ciência têm o caráter de convenções e que podem ser descartados, uma vez que não sejam mais capazes de dar conta da experiência foi reconhecido por autores como Hartmann, por exemplo. Todavia, isto não parece ter sido suficiente para evitar uma leitura da metapsicologia como a descrição de um mecanismo real operando no interior do organismo e que possui eficácia causal. Hartmann argumenta que Freud certamente acreditou que aquilo que ele pensava abranger por meio desses conceitos básicos produzia efeitos que podiam ser observados. Por conseguinte, os conceitos básicos estariam se referindo a alguma coisa real no sentido comum da palavra (cf. HARTMANN 1959, p. 29). Ora, interpretar realisticamente conceitos e idéias sem correspondência no mundo fenomênico implica admitir a existência de algo fora desse mundo, como referentes dessas idéias. O fato de atribuir ao inconsciente uma causalidade (cf. FREUD 1900, p. 580; 1905, p. 139) não significa necessariamente que Freud o afirmava como alguma coisa real. Vimos em Kant que a razão pensa necessariamente uma causa incondicionada do fenômeno, como seu fundamento. Como essa causa não é fenômeno, não podemos pressupor em si mesma a realidade efetiva desse objeto com base nos conceitos de realidade, substância etc. (cf. KANT KRV B 344 e B 707). Mas nada impede que por motivos heurísticos, tais como, descobrir o significado dos

sonhos (cf. FREUD 1905, p.151) e resolver o problema dos sintomas histéricos, venhamos a admitir uma realidade auto-subsistente que não podemos em si mesma conhecer, mas somente pensar por analogia com os conceitos da experiência (cf. KANT KRV B 594).

Em relação ao objeto do discurso metapsicológico, o inconsciente, em várias oportunidades Freud deixou clara a sua opinião de que ele pertence à esfera da coisa em si kantiana:

"O inconsciente é o psíquico efetivamente real, embora em sua natureza interna seja tão desconhecido para nós quanto o real do mundo exterior: ele nos é apresentado por meio dos dados da consciência de um modo tão incompleto quanto o mundo externo mediante as informações dos nossos órgãos dos sentidos" (FREUD 1900, p. 580).

Quinze anos mais tarde, referindo-se a Kant, Freud escreve:

"Nada nos resta na Psicanálise senão considerar os processos psíquicos em si mesmo inconscientes e comparar sua percepção pela consciência com a percepção do mundo externo pelos órgãos dos sentidos. Esperamos até extrair dessa comparação um ganho em nosso conhecimento. A suposição psicanalítica da atividade psíquica inconsciente nos aparece [...], como a continuação da correção imposta por Kant em nossa concepção da percepção externa. Como Kant nos advertiu - não considerar as condições subjetivas de nossa percepção, não considerar nossa percepção como sendo idêntica ao

percebido incognoscível, também a Psicanálise adverte: não colocar a percepção da consciência no lugar do processo psíquico inconsciente, que é o seu objeto. Como o físico, o psíquico também não precisa ser em realidade como nos aparece. Mas nós nos prepararemos com satisfação para a experiência de que a correção da percepção interna não oferece tão grande dificuldade como a correção da percepção externa, que o objeto interno é menos incognoscível do que o mundo externo" (FREUD 1915b, pp. 129-130).

E em 1938, a mesma linha de pensamento, referindo-se à concepção do psíquico em si inconsciente, Freud afirma que "*os processos com os quais [a Psicanálise] se ocupa são em si tão incognoscíveis como os das outras ciências*". E acrescenta que os conceitos e suposições referentes a esse incognoscível têm somente a pretensão de "*construções intelectuais auxiliares*", que esperam por modificações e determinações futuras mais precisas (FREUD 1938a, pp. 22-3). E no mesmo artigo, quatro capítulos adiante, novamente o espírito kantiano atravessa as palavras de Freud ao dizer que por trás das qualidades que nos são dadas diretamente pela percepção, está o objeto da percepção em sua face oculta. Na busca daquilo que é mais independente da nossa capacidade receptiva, supõe-se uma melhor *aproximação* com o estado de coisas real. Contudo, "*o real permanecerá sempre incognoscível*" (FREUD 1938a, pp. 72-73).

Se o inconsciente é realidade incognoscível, como é possível fazer afirmações sobre ele sem contradizer-se a si mesmo?

Poderia parecer que, ao identificar o inconsciente com o psíquico propriamente real, Freud estaria introduzindo um mundo meramente inteligível de seres verdadeiros e genuínos por oposição à consciência como o reino das sombras enganosas. Entretanto, ao consentir que o inconsciente nos é desconhecido quanto a sua natureza e, ao mesmo tempo, nos é apresentado apenas de forma incompleta para a nossa consciência, Freud está aceitando o dualismo kantiano que atribui ao mesmo objeto dupla significação: como fenômeno e como coisa em si.

No texto de 1915, quando Freud adverte que não devemos colocar a percepção da consciência no lugar do processo psíquico inconsciente, que é o seu objeto, ele aponta para a consideração do duplo aspecto dos processos psíquicos inconscientes, a saber, como eles aparecem, segundo nossas representações na consciência: o objeto fenomenal e como ente do pensamento (númeno), necessariamente pensado pelo entendimento sem esta relação com nosso modo de intuição, por conseguinte como coisa em si mesma.

Temos assim, em Freud, uma teoria fenomenal dos processos psíquicos inconscientes, onde os fenômenos psíquicos inconscientes são representados por meio de conceitos, tais como, defesa, conflito, recalque, resistência. Por meio de conceitos antecipa-se aspectos do

objeto ou incógnitas em termos de dados, as chamadas lacunas da consciência, como é o caso das idéias recalçadas que podem ser recordadas. Tanto maior o conhecimento quanto mais aspectos do objeto, antecipados pelo entendimento, possam ser dados à percepção da consciência. Todavia, como nenhuma intuição pode esgotar todos os possíveis aspectos do objeto, o real permanecerá sempre desconhecido.

Ora, o inconsciente é, também, um objeto que não cai na intuição de modo algum. Quanto a sua natureza, os processos psíquicos são incognoscíveis. Nem por meio da experiência nem a priori, nada pode ser decidido quanto a questão de saber se o inconsciente é uma estrutura composta de sistemas ou forças ou se essas forças são físicas ou psíquicas.

O inconsciente, todavia, é presumido como o psíquico efetivamente real, como um aparelho composto de sistemas ou forças, que são a causa de toda atividade psíquica. Neste sentido, o inconsciente como máquina, *causa incondicionada da atividade*, é um objeto da idéia da razão, portanto, objeto de construções analógicas. É a concepção de Freud do estatuto cognitivo desse inconsciente como estrutura por onde circulam forças que nos interessa investigar. Por isso, deixaremos de lado o entendimento da psicanálise também como uma teoria fenomenal.

Através do testemunho de Binswanger ficamos sabendo que o inconsciente como máquina fisicalista era, para Freud, uma realidade apenas suposta, mas não objetivamente afirmada.

Nesse sentido, podemos dizer que o inconsciente é uma convenção ou uma mera idéia sem nenhum referente:

"O inconsciente é metapsíquico, nós simplesmente o colocamos como real!" Segundo Binswanger, Freud afirmava que nós procedemos como se o inconsciente fosse qualquer coisa de real, como o consciente. E como explorador autêntico da natureza, Freud não dizia nada sobre a natureza do inconsciente precisamente porque não sabemos nada a esse respeito. Freud acreditava que, da mesma maneira que Kant postulava por trás dos fenômenos a coisa em si, ele postulava por trás da consciência, que é acessível à nossa experiência, o inconsciente que não pode jamais ser objeto de uma experiência direta (cf. BINSWANGER 1970, p. 275).

Em relação ao problema de saber qual a verdadeira natureza do inconsciente, se em si mesmo trata-se de uma essência psíquica ou física, Freud responde ser um problema insolúvel. Eis uma questão que não temos condições de decidir a partir dos fatos. Em diferentes momentos Freud aponta para a frivolidade de uma discussão em torno de tal questão:

"Em todo caso, está claro que a questão de saber se os estados latentes da vida mental devem ser concebidos como inconsciente psíquico ou como físico ameaça transformar-se numa querela verbal" (FREUD 1915b, p. 127; cf. 1925a, p. 62).

Em outra oportunidade Freud dizia:

"Não se pode levantar nenhuma objeção contra aquele que, mesmo possuindo todo esse conhecimento [das manifestações da vida inconsciente], mantivesse a convicção da igualdade entre o consciente e o psíquico e, conseqüentemente, negasse ao inconsciente o atributo de ser psíquico - exceto a objeção de que tal separação se revela muito pouco prática" (FREUD 1913, p. 116).

E na "*Autobiografia*":

"A questão - o que é o inconsciente em si - não tem mais sentido nem é mais útil do que a questão tradicional sobre a natureza da consciência" (FREUD 1925a, p. 62).

A aceitação da tese do dualismo kantiano e da incognoscibilidade da coisa em si implica aceitar que as entidades que são postuladas por trás dos objetos fenomenais, as entidades metapsicológicas, não devem ser tomadas como conceitos constitutivos de objetos. Ora, tratando-se de objetos na idéia, as entidades metapsicológicas são análogos de coisas reais a representar a realidade desconhecida, a coisa em si.

Apesar de ou por causa do agnosticismo acerca da natureza do inconsciente, Freud optou pelo inconsciente psíquico (dinâmico intencional) e ao mesmo tempo procurou descrevê-lo como se fosse físico, como um sistema por onde circula a energia pulsional. Dado que a empiria psicanalítica procura resolver o problema do significado das manifestações patológicas da vida mental humana, Freud não pode deixar de optar pelo inconsciente psíquico e assim

procedeu por razões práticas: poder formar algum conceito sobre algo incognoscível por analogia com as intenções e propósitos conscientes. É o que Freud deixa claro no seguinte trecho de seu principal artigo metapsicológico sobre o inconsciente:

"Os estados latentes da vida anímica nos são totalmente inacessíveis de acordo com suas características físicas, nenhuma representação fisiológica, nenhum processo químico pode nos dar uma idéia de sua essência. Por outro lado, sabemos com certeza que possuem abundantes pontos de contato com processos mentais conscientes; com o auxílio de um pouco de trabalho, podem ser transformados em processos mentais conscientes ou substituídos por eles e todas categorias que empregamos para descrever os atos mentais conscientes, tais como representações, propósitos, intenções e assim por diante, podem ser aplicados a eles. [...] Assim, não hesitaremos em tratá-los como objeto de pesquisa psicológica e em manipulá-los na mais íntima conexão com atos mentais conscientes" (FREUD 1915b, p. 127; cf. 1913, p. 116).

Representações, propósitos e intenções são categorias mentais que compõem a linguagem própria para nos referirmos às ações humanas. Como tais categorias não são aplicáveis aos fenômenos físicos, com o inconsciente intencional abre-se um *programa de pesquisa* da vida mental que não se confunde com duas orientações de pesquisa psicológica rivais da psicanálise: o programa consciencialista e o programa fisiológico (cf. FREUD 1925b, pp. 226-7).

Contra o programa consciencialista de investigação psicológica Freud argumenta que "a concepção do psíquico em si mesmo inconsciente fez da psicologia uma ciência natural" (FREUD 1938a, p. 22). Do mesmo modo que as outras ciências naturais, também a psicanálise se ocupa com processos que em si mesmos são incognoscíveis. Entretanto, procura-se identificar as leis que regulam esses processos, suas relações mútuas e interdependências. Em outras palavras, é assim que se pode dar inteligibilidade a um domínio de fatos dos fenômenos naturais. É inevitável que nesse processo o pensamento vai forjando uma linguagem conceitual, cujos conceitos funcionam como *construções intelectuais auxiliares*, análogos ou *aproximações* da realidade incognoscível, que o cientista está tentando representar relativamente aos fenômenos (cf. FREUD 1938a pp. 22-3).

Aquilo que entre psicanálise e filosofia poderia parecer uma questão indiferente de definição - a questão se o psíquico é consciente ou inconsciente - revelou-se um passo momentoso na constituição de um programa científico de investigação psicológica, análogo ao das outras ciências naturais.

Dizer que a psicologia não precisa de um conceito de coisa em si porque seus fenômenos são conhecidos imediatamente como verdadeiros e reais em si mesmos¹ coloca a investigação psicológica dos fatos da consciência "como

¹ A imediaticidade do conhecimento dos fenômenos psíquicos, a tese da evidência do sentido do ato representavam para Brentano a superioridade da psicologia em relação às ciências naturais.

contra uma parede lisa e não podem encontrar qualquer caminho além". Sem um conceito de inconsciente não haveria, propriamente falando, *investigação científica do psíquico*, não haveria, portanto, uma psicologia científica (cf. FREUD 1938b, p. 283). Lipps, a quem Freud atribui a novidade da visão alternativa do psíquico (cf. idem, p. 286), fazia a defesa da necessidade de um conceito de inconsciente na psicologia justamente para que esta pudesse se constituir como ciência da legalidade das ocorrências psíquicas (cf. LIPPS 1897).

A analogia que Freud estabelece entre ciências tais como a física ou a química funda-se na idéia de que tais ciências, para produzir o conhecimento de seus respectivos campos dos fenômenos, precisam do conceito de coisa em si. Schlik, um dos metodólogos de origem kantiana mais respeitados da época e contemporâneo de Freud, dirá que para podermos chegar a um conhecimento científico temos de admitir como reais também aquelas coisas que não são dadas, sob pena de desaparecerem todas as ciências empíricas. Uma vez que o dado nunca apresenta uma conexão completa e a elaboração de leis só se torna possível quando se preenchem os vazios do dado com o não dado, então sem admitir a existência de coisas e processos que não são dados (sentido da coisa em si para Schlik), não haveria mais nenhuma ciência com leis (*in* STEGMUELLER 1976, p. 285).

É principalmente no artigo metapsicológico sobre o inconsciente que Freud expõe os motivos que o levaram à

necessidade de um conceito de inconsciente e estes motivos são de natureza heurística. A suposição é necessária, escreve Freud, porque os dados da consciência são lacunares. Freqüentemente percebemos a ocorrência de atos psíquicos cuja explicação pressupõe a existência de outros atos não testemunhados pela consciência. Toda uma classe de atos conscientes (atos falhos, sonhos, sintomas neuróticos) permaneceria desconectada e ininteligível se mantivéssemos a presunção de que precisamos experienciar, pela consciência, o que ocorre em termos de atos psíquicos. Se interpolamos os atos inconscientes deduzidos de nossa suposição, tais atos conscientes passam a ter uma posição em um contexto que podemos indicar. *Ganho em sentido e contexto é um motivo perfeitamente justo para avançarmos para além da experiência direta* (cf. FREUD 1915b, pp. 125-6).

A defesa da necessidade de um conceito de inconsciente para promover o avanço da pesquisa empírica na psicologia não é suficiente para garantir à psicanálise um lugar próprio como ciência natural. Veremos que é também por motivos heurísticos que Freud defende a necessidade de um conceito de inconsciente, mas que seja de natureza *psíquica*.

Conforme já indicamos neste capítulo, a lógica da suposição de um inconsciente psíquico diz que, visto não podermos decidir, a partir de fatos, se o inconsciente é algo físico ou psíquico, a opção por um ou outro predicado é arbitrária e tem por isso caráter convencional. O caráter convencional do inconsciente será retomado nos próximos

capítulos, a partir dos conceitos de aparelho psíquico e pulsão.

As convenções ou as idéias da razão ou conceitos heurísticos, embora não tenham significado cognitivo porque não possuem objetos aos quais possam se referir, indicam como se deve conectar e organizar os dados brutos da experiência. O conceito de inconsciente psíquico teria, então, sua utilidade e necessidade reconhecidas em função do quanto, com o conceito, se pode ampliar o conhecimento da história de vida ou de sofrimento mental do paciente. Como programa de pesquisa, o conceito indicaria o que deve ser procurado na experiência bruta, que é a fala desordenada do paciente.

A psicanálise é uma ciência natural, dirá Freud. Como tal, deve supor que os fenômenos de seu domínio de estudos são determinados. É a resposta à questão da natureza daquilo que determina as manifestações mentais que separa a investigação psicanalítica do programa materialista da "ciência oficial" (cf. FREUD 1925b, p. 226 e 1923, p. 216).

Existe um grande número de manifestações gestuais e verbais, bem como formações de pensamento, escreve Freud, "que não foram até o momento objeto de estudo da psicologia, porque *não se via neles* outra coisa além do resultado de perturbações orgânicas" (grifo nosso). Fenômenos tais como os atos falhos e sonhos, entre outros, quando não eram deixados de lado como coisas sem importância, buscava-se dar a esses fenômenos explicações *fisiológicas*, que em nenhum

caso mostraram-se satisfatórias. "A psicanálise, ao contrário, conseguiu demonstrar que todos esses fenômenos tornam-se inteligíveis e podem ser encaixados em uma seqüência de acontecimentos psíquicos que já conhecemos. Assim, se por um lado a psicanálise restringiu o modo de pensar fisiológico, por outro lado trouxe uma grande parte da patologia para a psicologia" (FREUD 1913, p. 103). Assim a psicanálise com seu ponto de vista psicológico, ilumina um campo de dados impossível de enxergar sem o conceito que prescreve o que devemos procurar. Sob a luz do conceito de inconsciente psíquico, classes de fenômenos deixam de ser objeto de estudo da fisiologia para se constituir em objeto de estudo da psicanálise. Com o conceito de inconsciente psíquico, a investigação se dirige para aspectos do fenômeno psíquico, cujo estudo seria estéril sob o ponto de vista ou explicação fisiológica.

Em relação ao fenômeno dos sonhos, Freud escreve que "a pesquisa médica considera os sonhos como um fenômeno somático sem sentido e significado[...] A psicanálise eleva os sonhos à condição de atos psíquicos que possuem sentido e intenção e com um lugar na vida mental do indivíduo, apesar de sua estranheza, incoerência e absurdo. Entre essas duas concepções dos sonhos, não existe mediação. Contra a concepção fisiológica fala sua esterilidade. Em favor da concepção psicanalítica, vale o argumento dela ter traduzido com sentido milhares de sonhos e iluminado os

pormenores mais íntimos da vida psíquica humana" (idem, p. 107).

Com seus pressupostos, Freud crê que a psicanálise dá conta daquilo que pretende investigar. Interessa à psicanálise o sentido do ato psíquico. Com o conceito de inconsciente psíquico é possível fazer uma fenomenologia do ato seja ele absurdo e aparentemente sem sentido ou não. A pesquisa ou explicação fisiológica é insuficiente para a inteligibilidade do fenômeno psíquico, daí a necessidade de ter claro o que a psicanálise entende por fenômeno psíquico:

"Tudo o que podemos observar na vida psíquica pode-se ocasionalmente designar de fenômeno psíquico. Trata-se então de saber se a manifestação psíquica particular é resultado direto de influências corporais, orgânicas, materiais (neste caso seu exame não cabe à psicologia) ou se a manifestação é derivada primeiro de outros processos anímicos, por trás dos quais, então, em algum lugar, inicia a série de influências orgânicas. É esta última situação que temos em vista quando designamos um fenômeno como um processo anímico e por isso é mais conveniente dizer: o fenômeno é significativo, possui sentido. Por sentido, entendemos significado, propósito, tendência e posição em uma série na continuidade psíquica" (FREUD 1916-17, pp. 80-81).

Orientada pelo conceito de inconsciente psíquico, todos os êxitos da psicanálise no campo prático, que constitui seu campo de investigação por excelência, confirmam a suposição e minam as concepções rivais. O reconhecimento de que o

inconsciente é encontrado somente através de modelos imaginários implica que a única questão válida para a aceitação ou recusa do modelo é a questão prática da sua utilidade ou fertilidade na solução de problemas que dizem respeito à intencionalidade do ato.

Concordamos com Kanzer, cujo estudo da relação entre Freud, Lipps e a psicologia científica o leva a concluir que a proposição central da psicologia científica - a existência do inconsciente psíquico - e sua metapsicologia desenvolveram-se como um *programa* para a pesquisa clínica cuja base se dava em um substrato indeterminado, que não deveria se confundir com os processos biológicos, químicos ou fisiológicos aos quais a psicologia das idéias, propósitos e intenções não poderia ser aplicada (cf. KANZER 1981, p. 400).

É a leitura da metapsicologia sobre o pano de fundo kantiano que leva autores como Modell a afirmarem que Freud referiu-se à metapsicologia como a "bruxa metapsicologia" - "sem especulação metapsicológica e teorização, quase teria dito fantasiar, não se dá um passo adiante" (FREUD 1937, p. 366) - em reconhecimento de sua natureza puramente imaginária, ficcional (cf. MODEL 1981, p. 393).

9. Elementos da construção freudiana do modelo fisicalista

Uma questão que está logicamente relacionada à função da metapsicologia é o estatuto cognitivo das entidades fisicalistas que a teoria propõe.

Se fosse verdade que a metapsicologia tem função explicativa, a linguagem fisicalista deveria ser tomada pelo seu valor literal, cujos referentes são fundamentos dos fenômenos psíquicos. Se, entretanto, pudermos mostrar que o fisicalismo é tão somente uma linguagem simbólica, conveniente para oferecer representações intuitivas dos processos psíquicos, teremos fortes razões para afirmar que a função da metapsicologia é heurística e não explicativa.

Segundo o testemunho de Jones, Freud teria "acariciado a esperança de que chegaria um dia em que aplicando aos processos psíquicos conceitos físicos e fisiológicos tais como o de energia, tensão, descarga, excitação, seria possível compreender melhor os processos psíquicos" (JONES 1976, p. 380). Jones vê no "*Projeto...*" uma tentativa levada ao extremo de realizar esse intento. O reconhecimento de que a expressão dos processos psíquicos em linguagem puramente fisicalista (com conceitos da fisiologia do cérebro) gerava mais complicação do que elucidação do funcionamento do aparelho psíquico teria levado Freud a seguir a sugestão de

Breuer¹ contida implicitamente no capítulo que escreveu nos "*Estudos sobre a histeria*": "os processos psíquicos deviam ser tratados na linguagem da psicologia" (JONES, *ibid.*).

Poderia parecer que com o abandono do "*Projeto..*" Freud teria abandonado também a pretensão de abordar os processos psíquicos como se fossem físicos e que com a publicação da "*Interpretação dos sonhos*", onde definitivamente fica estabelecida a hipótese do inconsciente psíquico, a linguagem mentalista tivesse expelido por completo as representações de caráter quantitativo.

O fato é que a linguagem fisicalista não desaparece, ao contrário, juntamente com a linguagem mentalista ela compõe a estrutura do edifício psicanalítico. Vejamos como essas linguagens se enraizam no interior da teoria.

Em 1894, Freud escreveu um artigo onde pela primeira vez introduz a questão da impossibilidade de uma verificação das afirmações que se referem ao funcionamento dos processos inconscientes. Trata-se do artigo "*As neuropsicoses de defesa*".

James Strachey observa que "com esse primeiro artigo sobre as neuropsicoses de defesa, Freud deu expressão pública, se não direta, ao menos implicitamente, a muitas das noções teóricas sobre as quais todo o seu trabalho posterior se baseia" (*in* FREUD 1894, p. 75). Datam desse período as primeiras formulações psicanalíticas resultantes

¹ *Estudos sobre a histeria*, p. 237. (Edição Standard Brasileira, v.II).

de suas investigações psicológicas dos fenômenos histéricos, obsessões e fobias, as neuroses em geral e de onde surgem "as várias inferências clínicas e, por trás delas, algumas hipóteses mais gerais que emprestam coerência às descobertas clínicas" (ibid.). É no outono de 1895 que Freud fez uma primeira tentativa de "exposição sistemática de suas concepções teóricas" (ibid.). Sabe-se que tal tentativa, conhecida em 1950 como o "*Projeto para uma psicologia científica*" foi deixada incompleta e inédita por Freud. É somente cinco anos mais tarde que Freud apresenta ao público algo equivalente, conhecido como o capítulo VII da "*Interpretação dos sonhos*".

Podemos encontrar neste texto de 1894 uma justificativa para a construção de uma teoria metapsicológica dos processos psíquicos: a necessidade de formar uma opinião aproximada do processo de separação e soldagem entre afetos e representações, de modo a poder organizar e descrever conceitualmente a maior variedade possível de estados psíquicos.

O primeiro parágrafo contém a exposição da metodologia de seu trabalho teórico: do "estudo detalhado de inúmeros pacientes nervosos" (fobias e obsessões), pode-se chegar "a uma tentativa de explicação desses sintomas", que por sua vez é o recurso para "chegar com êxito à origem das idéias patológicas desse tipo em casos novos e diferentes" (FREUD 1894, p. 57).

Da empiria avançar para a teoria e desta novamente para a descoberta de novos dados empíricos é um percurso metodológico que poderia ser descrito sumariamente como um processo de "indução heurística": da observação de alguns fatos ou aspectos de um mesmo fato, construir no pensamento a completação do fato em relativo às suas condições e totalidade. Essas construções no pensamento são utilizadas como guias ou recursos para descobertas em casos do mesmo tipo ou em casos novos e diferentes. Segundo Freud, a teoria psicológica das obsessões e fobias permitiu que se chegasse com êxito à origem sexual das neuropsicoses (cf. *idem*, p. 65).

Freud escreve que ao mesmo tempo que elabora a teoria psicológica das fobias e obsessões, sua observação dos pacientes acarretou uma modificação na teoria da histeria. Esta modificação se justifica porque leva em conta uma importante característica que é comum à histeria e às fobias e obsessões (cf. *idem*, p. 57). E continua: "além do mais, tive a oportunidade de penetrar numa indiscutível forma de doença mental e de descobrir, ao mesmo tempo, que o ponto de vista por mim adotado tentativamente estabeleceu uma conexão inteligível entre essas psicoses e as duas neuroses em questão. Ao fim deste artigo formularei uma hipótese de trabalho, da qual fiz uso em todos os três casos" (*ibid.*).

Tem-se a impressão de que a empiria é fonte quase inesgotável de descobertas e por esse motivo Freud tem como meta a elaboração de hipóteses ou, para usar a expressão

freudiana, "pontos de vista" cada vez mais gerais capazes de abranger, sistematizar e conectar inteligivelmente aspectos e formas diferentes das manifestações psicopatológicas. A idéia de que os fenômenos são expressões diversas de uma mesma totalidade psíquica parece ser, desde o início, o princípio orientador que subjaz à descrição teórica dos dados clínicos.

A conexão entre as três diferentes formas de psicopatologia se estabelece no ponto de origem de sua formação, que é comum às três: "uma ocorrência de incompatibilidade na vida ideativa" (idem, p. 59). O ego do paciente é confrontado com uma experiência, uma idéia, ou sentimento (geralmente de natureza sexual), que se opõe a sua vida moral, gerando um afeto tão aflitivo que o sujeito decidia esquecê-lo. Dois anos mais tarde Freud escreve que pode agrupar a histeria, as obsessões e certos casos de confusão alucinatória aguda sob o nome de "neuropsicoses de defesa", porque "tais afecções revelaram ter um aspecto em comum. Este consistia em que seus sintomas emergiam através do mecanismo psíquico de defesa (inconsciente) - isto é, emergiam como uma tentativa de reprimir uma idéia incompatível que se opunha aflitivamente ao ego do paciente" (FREUD 1896b, p. 187).

Não se dando o esquecimento, aquilo de que o ego tentou se livrar permanece sob a forma de lembranças (inconscientes) que conduzem a reações patológicas, que produzem a histeria, ou uma obsessão, ou uma psicose

alucinatória. É no momento em que Freud tenta formar uma opinião sobre o trajeto que vai do "esforço voluntário" para esquecer (defesa ou conflito psíquico) ao início do sintoma neurótico, que ele faz uso do que chama "hipótese de trabalho". Escreve Freud:

"Quanto ao trajeto entre o esforço voluntário do paciente e o início do sintoma neurótico, formei uma opinião que pode ser expressa, em termos das abstrações psicológicas correntes, como se segue. A tarefa que o ego se coloca, em sua atitude defensiva, de tratar a representação incompatível simplesmente como *'non-arrive'*, não pode ser cumprida. Tanto os traços de memória como o afeto referente à idéia estão lá de uma vez por todas e não podem ser erradicados. Mas é possível chegar a um cumprimento aproximado da tarefa, se o ego logra tornar fraca essa poderosa idéia, privando-a do afeto - a soma de excitação - do qual ela está carregada. A idéia fraca não terá então virtualmente nenhuma exigência a fazer quanto ao trabalho de associação. *Mas a soma de excitação que tenha sido retirada dela tem que ser utilizada de outra forma*" (FREUD 1894, p. 61).

Da teoria da defesa até a formação do sintoma, Freud supõe um processo que até certo ponto é comum às três neuroses em questão: separação da idéia de seu afeto (que na linguagem fisicalista pode também ser descrito como soma de excitação). Dependendo do destino seguido pelo afeto (soma de excitação), teremos como resultado uma das três

manifestações da neurose. Na histeria a soma de excitação é transformada em algo somático (conversão do afeto - mecanismo de defesa na histeria). Nas obsessões e fobias a soma de excitação (afeto) permanece na esfera psíquica e "se liga a outras idéias que não lhe sejam incompatíveis" (idem, p. 64) - o que Freud chama de "falsa conexão", cujas idéias se desenvolvem como obsessivas (deslocamento do afeto - mecanismo de defesa na neurose obsessiva). Nas psicoses alucinatórias idéia e afeto ligam-se a um fragmento da realidade à medida que o ego pretende escapar deles. Ao alcançar esse resultado o ego também se separa parcial ou totalmente da realidade (rejeição do afeto e representação - mecanismo de defesa nas psicoses) (cf. idem, p. 72).

O que não pode ser verificado é justamente o processo que se dá entre a repressão da experiência inaceitável (idéia sexual) e a emergência do sintoma. Referindo-se especificamente às obsessões e fobias, Freud escreve:

"Entre o esforço voluntário do paciente, que consegue reprimir a idéia sexual inaceitável e a emergência da idéia obsessiva que, embora tendo pouca intensidade, é agora suprida por um afeto incompreensivelmente forte, subsiste um hiato que a teoria aqui desenvolvida parece preencher. A separação da idéia sexual de seu afeto e a ligação deste último a uma outra idéia - adequada mas incompatível - são processos que operam fora da consciência. Pode-se apenas presumir sua existência, mas não se pode prová-la através de qualquer análise clínico-patológica. Talvez fosse mais

correto dizer que tais processos não são absolutamente de natureza psíquica, mas processos físicos, cujas conseqüências psíquicas, que se apresentam expressas pelos termos 'separação da idéia de seu afeto' e 'falsa conexão' deste último, tenham de fato ocorrido" (idem, pp. 65-66).

Portanto, o que não pode ser verificado é a parte da teoria das obsessões e fobias, que se refere ao processo envolvido na produção de tais manifestações. Elo intermediário entre o esforço voluntário de reprimir uma idéia incompatível e a produção do sintoma propriamente dito, o suposto processo de separação e soldagem do afeto cumpriria a função de dar aos fatos psicanalíticos uma ordem e inteligibilidade. A função heurística da suposição é clara: orienta a investigação clínica em direção da busca de representações originariamente ligadas ao afeto, em detrimento de outras direções teoricamente possíveis.

Se bem que Freud se incline a supor os processos inconscientes como sendo de natureza física, ele já levanta aqui a questão da incognoscibilidade do inconsciente como processo do qual depende as diferentes formações psíquicas.

Inconsciente é, portanto, uma suposição que diz respeito a um processo em si mesmo desconhecido, cuja investigação teórica (ou metapsicológica) é orientada e estruturada através de uma hipótese de trabalho, da qual Freud se utiliza desde a teoria da ab-reação.

Segundo Freud, "nas funções mentais deve ser distinguida alguma coisa - uma quota de afeto ou soma de

excitação - que apresenta todas as características de uma quantidade (embora não disponhamos de meios para medi-la) capaz de crescimento, diminuição, deslocamento e descarga e que se espalha sobre os traços de memória das idéias, tal como uma carga elétrica se expande na superfície de um corpo" (idem, p. 73). A hipótese se justifica pela "sua utilidade na coordenação e explicação de uma grande variedade de estados psíquicos" (ibid.).

Sendo a hipótese de trabalho um estratagema que se utiliza enquanto se mostrar útil, o estratagema, que é fisicalista, não pode ser tomado como fazendo parte do conteúdo material daquilo que com seu auxílio se pretende investigar e representar: como devem funcionar os processos inconscientes de modo a produzirem tais e quais resultados possíveis de serem observados.

Com a distinção entre afetos e representações, que são grandezas psíquicas, Freud introduz os recursos ou as analogias pelas quais podem ser pensadas as relações entre essas duas grandezas: os primeiros, como se fossem quantidades que fluem (noção de movimento), as segundas, como se fossem um corpo por onde circulam quantidades (noção de extensão). O processo de investigação teórica dessas relações, de cujo conhecimento depende a cura analítica, instaura o processo de modelação do funcionamento da atividade psíquica.

Através do texto de 1894, "*As neuropsicoses de defesa*", podemos ver que a representação fisicalista, com a qual se

leva a cabo a investigação das relações de grandezas essencialmente psíquicas, não significa nada mais, nada menos do que uma *representação figurada*, para tornar o mental *anschaulich* por meio de termos científico-naturais (cf. FREUD 1897, p.276).

Em relação ao texto do "*Projeto para uma psicologia científica*", presume-se, segundo alguns autores, que Freud o teria escrito visando uma representação *real* do aparelho psíquico (cf. RICOEUR 1970, p.78; GILL 1977, p.588 e SWANSON 1977, p. 605), de sorte que, de uma concepção ficcional, Freud teria passado para uma concepção realista de aparelho psíquico.

Posto que o "*Projeto...*" é um discurso articulado em termos quase que exclusivamente neurológicos, ele foi interpretado como uma tentativa de explicar causalmente o comportamento em termos de seu substrato neurofisiológico (cf. SWANSON 1977, pp. 604-5).

A partir do próprio texto de Freud, tentaremos levantar algumas razões pelas quais até mesmo o mais fisicalista dos escritos de Freud pode ser interpretado como modelo analógico do funcionamento psíquico sem qualquer pretensão explicativa.

Na introdução do "*Projeto...*" Freud explicita o objetivo de seu trabalho e o procedimento utilizado para lograr tal fim. Podemos ler:

"O propósito deste projeto é fornecer uma psicologia científico-natural, isto é, apresentar (*darstellen*) os

processos psíquicos como estados determinados quantitativamente de partes materiais especificáveis e com isso torná-los intuitivos (*anschaulich*) e consistentes (*widerspruchsfrei*). O projeto contém duas idéias centrais:

1. aquilo que distingue a atividade do repouso deve ser concebido como quantidade (Q), que está sujeita às leis gerais do movimento; 2. supor os neurônios como partículas materiais" (FREUD 1950, p. 305).

Ao ler esta introdução, nos perguntamos sobre o significado do adjetivo *científico-natural* desta psicologia que será escrita. Ser científica significaria buscar na fisiologia do cérebro os fundamentos para explicar os processos psíquicos, ou ser científica significa a aspiração (não discutiremos se legítima ou ilegítima) de, *com termos físicos*, tecer uma rede conceitual conveniente para descrever e completar no pensamento séries de descobertas de fenômenos que na prática clínica são expressas em termos de vivências mentais? Entendemos por rede conceitual conveniente a articulação de conceitos com o propósito de capturar dados que, de outra maneira, seriam descobertas empíricas inescrutáveis ou destituídas de significado.

O parágrafo introdutório do "*Projeto...*" contém a idéia de que uma psicologia que pretenda o rótulo de científica deve ser escrita em linguagem fisicalista e, sobretudo, deve expressar seus fenômenos por meio de mudanças quantitativas regidas pelas leis do movimento mecânico.

A justificativa do uso de entidades tais como Q e N pelo propósito de tornar os processos psíquicos intuitivos, implica que tais processos são de natureza tal que deles não podemos ter uma visualização. Assim, quantidade e neurônio não devem significar nada além do que recursos para visualização. Concebidos como capazes de se auto-regularem, os processos psíquicos são pensados por analogia com o mecanismo neurológico do sistema nervoso central, cuja reflexão sobre sua atividade, em termos das leis que regulam o fluxo da quantidade, é aplicada ao funcionamento psíquico. A *Darstellung* do funcionamento mental pode ser entendida como um procedimento de sensificação por meio da aplicação de intuições empiricamente fisicalistas a processos que não podem ser objetivamente exibidos, não obstante possam ser incompletamente vividos.

A teoria neurológica do "Projeto.." pode, portanto, ser entendida como um modelo analógico ou simbólico, isto é, uma apresentação indireta dos processos psíquicos por meio de analogias fisicalistas, cujas intuições empíricas são os neurônios e quantidades.

Este modo de ler o "Projeto..." recebe apoio nas afirmações de Freud de que sua teoria da função do psíquico é um trabalho que envolve "fantasia", "tradução" e "adivinhação" (cf. FREUD 1950, p. 107, grifo nosso). A

tradução por sua vez diz respeito à conversão da experiência psicológica para a teoria¹.

Embora Freud afirme que a elaboração da primeira parte do "*Projeto...*" é basicamente um trabalho de dedução a priori de alguns supostos básicos (cf. idem, p. 348), a idéia de quantidade é uma representação proveniente fundamentalmente da análise do material clínico. Parece claro que a idéia de um fluxo de quantidades, ou a concepção quantitativa aparece nessa modelação como símbolo necessário uma vez que é derivado das "observações clínico-patológicas, sobretudo onde se trata das idéias excessivamente intensas, como na histeria e nas neuroses obsessivas" quando a qualidade quantitativa "surge com mais clareza do que o normal" (idem, p. 305). Esta é uma concepção que, segundo Freud, tem raízes na empiria clínica. Já a entidade material, neurônio, não parece ter o mesmo valor de Q. Concepção derivada da histologia, não haveria nada nas observações clínico-patológicas que induzisse a essa concepção. A concepção neuronal não parece necessária para representar as diferentes funções psíquicas. Com efeito, se para Freud interessa o conhecimento que os neurólogos ou histólogos têm acerca dos neurônios, esse conhecimento é para justificar certas construções do modelo. O que

¹ Cf. FREUD 1950, p. 309: experiência da memória; p. 319: correspondência das propriedades conhecidas da consciência com modificações nos neurônios da percepção (wN) e pp. 320-21: evitação do desprazer, que é uma tendência da vida psíquica, estaria identificada com a tendência primária à inércia. O desprazer corresponderia, no sistema, a um aumento de \bar{U} . O prazer corresponderia à sensação de descarga.

interessa para Freud é formar uma representação da combinação ou relação de N e Q. Dessa relação decorre a idéia de neurônio ocupado de certa quantidade e neurônio vazio, representação mestra do funcionamento psíquico. Parece-nos que o fato de Freud substituir os neurônios por representações (ocupadas e vazias) no capítulo metapsicológico da *"Interpretação dos sonhos"* é altamente indicativo do caráter ficcional do *"Projeto..."*. Pois, se Freud acreditava que a teoria deve ser, em essência, um retrato da realidade, então para chegar a uma teoria bem fundamentada deveria, do ponto de vista metodológico, se concentrar na tarefa de descobrir como são os neurônios que formam a rede do aparelho neurológico e não na tarefa de inventar modos práticos e simples de representação conceitual das funções psíquicas. Para esclarecer melhor este ponto, tomemos o próprio texto de Freud.

Sabemos pelo *"Projeto..."* que a excitação nervosa (Q, ou o fluxo de quantidade) pode ser resistida ou facilitada, conforme "barreiras de contato" formadas pelo sistema de neurônios. A hipótese das barreiras de contato é introduzida pela sua fertilidade no entendimento da memória. Uma das principais características do tecido nervoso é a memória, isto é, a sua capacidade de ser permanentemente modificado por ocorrências únicas que, segundo Freud, "contrasta tão flagrantemente com o comportamento de uma matéria, que permite a passagem de um movimento ondulatório para logo voltar ao seu estado primitivo" (idem, p. 308). Ora, Freud

está dizendo que a memória ou seu substrato neuronal não pode ser algo material, pois ela não possui a característica que define a matéria. Para Freud a memória é um problema essencialmente psicológico (cf. idem, p. 308). Posto que a memória não é da ordem da matéria, pelo menos os neurônios que formam o sistema mnemônico não podem ser tomados como entidades materiais. Se é verdade que os neurônios se tornam permanentemente alterados após receberem uma impressão (excitação) conservando seus traços mnemônicos, como é possível que novas excitações encontrem as mesmas condições de recepção exatamente da mesma forma que as excitações anteriores? Os neurônios deveriam então ser pensados como influenciados e inalterados ao mesmo tempo. Motivos lógicos impedem que essa "solução" seja adotada. Uma representação logicamente possível leva a admitir duas classes distintas de neurônios, de modo que uma classe (neurônios *phi*) teria a característica de admitir uma corrente de excitação sem que ocorressem mudanças e uma segunda classe (neurônios *psi*) teria a característica de ser permanentemente influenciada pela excitação. O caráter ficcional dessa construção é apontado por Freud:

"Daí surgiu a atual distinção entre "células perceptivas e células mnêmicas; distinção, porém, que não se aplica a nenhum outro contexto e nada pode invocar a seu favor" (idem, p. 308).

Que Freud tinha consciência de que estava esquematizando um objeto ideal, fica claro quando escreve:

"Contudo, quem se ocupa cientificamente com construção de hipóteses só pode começar a levá-las a sério se se adaptam, em mais de um sentido, aos nossos conhecimentos e se a arbitrariedade da construção *ad hoc* pode ser atenuada em relação a eles" (idem, p.311).

Ora, para uma especulação desempenhar sua função heurística, ela deve ter elementos que satisfaçam a algumas condições empíricas. Ao que tudo indica, essas condições poderiam ser satisfeitas se a construção até então "*ad hoc*" pudesse ser avaliada pelas considerações ou ponto de vista da biologia, minimizando, assim, o sabor da "arbitrariedade" do modelo. Em outras palavras, a comparação daquilo que é inventado com o que existe concretamente no mundo é o método que reduz os excessos do pensamento especulativo, evitando, destarte, os erros grosseiros em relação àquilo que a especulação pretende representar. Como sabemos, do ponto de vista morfológico (histológico), nada há que justifique a distinção entre as duas espécies de neurônios *psi* e *phi*. O ponto de vista biológico que procura compreender o desenvolvimento de um sistema pela função a que serve, poderia justificar a divisão baseada na característica da permeabilidade e impermeabilidade dos sistemas (cf. idem, pp.311-312). É justamente do ponto de vista da biologia que Freud deriva as duas "possibilidades de teste" de sua teoria (cf. idem, p. 312 e p. 314).

Se Freud estivesse considerando como reais os sistemas *psi* e *phi* e após tê-los identificado, a partir do ponto de

vista da biologia, com a substância cinzenta do cérebro e com a substância cinzenta da medula espinal respectivamente, seria de se perguntar porque Freud insistiria em manter a terminologia *psi* e *phi*. Ou Freud estaria multiplicando conceitos sem necessidade, ou o ponto de vista biológico deve ser considerado somente como um ângulo a partir do qual é possível justificar uma divisão topológica no interior do aparelho idealizada para descobrir propriedades funcionais do psíquico.

Um dos problemas teóricos que Freud procura resolver no "*Projeto...*" é o problema de encontrar um mecanismo capaz de receber e descarregar estímulos e também receber e reter estímulos. Uma possibilidade é admitir a existência de duas classes de neurônios com propriedades distintas, uma classe composta por neurônios permeáveis e outra classe composta por neurônios impermeáveis às Qs que recebem. Esta construção teria, segundo Freud, o sabor da arbitrariedade, caso não pudesse satisfazer algumas condições empiricamente especificáveis. Estas condições são obtidas por analogia com estruturas anatômicas conhecidas da biologia: a substância cinzenta da medula espinal, que se encontra unicamente em contato com o mundo externo e a substância cinzenta do cérebro, um sistema ao qual estão relacionados o desenvolvimento do sistema nervoso e as funções psíquicas. Ora, o sistema *psi* teria, assim, na substância cinzenta do cérebro um análogo anatômico no que diz respeito à posição relativa do sistema. Esta propriedade puramente empírica

garantiria que o modelo que está sendo construído não é pura fantasia. Entretanto, uma representação que garante somente a posição relativa dos sistemas não é suficiente para justificar a propriedade de permeabilidade de *phi* e impermeabilidade de *psi*. Uma segunda condição se faz necessária e é dada pela diferença de magnitude de *Q*. Transferindo propriedades empíricas de grandezas físicas (*Q*) para o modelo psíquico, obtém-se uma representação da diferença de funcionamento entre *phi* e *psi* pela diferença da magnitude da quantidade a que os dois sistemas estão sujeitos. Este é o momento em que Freud introduz e justifica biologicamente as condições que deverão ser levadas em conta para entender o funcionamento psíquico: as condições tópicas e as condições econômicas.

Como já vimos no início deste capítulo, a intenção expressa de Freud era oferecer uma psicologia científico-natural, isto é, representar os processos psíquicos em termos da mecânica do movimento das quantidades.

Segundo os editores do "*Aus den Anfängen der Psychoanalyse*", estaria previsto um quarto capítulo do "*Projeto...*", que deveria tratar da psicologia do recalçamento, mas este trabalho não foi completado. Afirmam que ao trabalhar esse problema teriam se fortalecido em Freud as considerações contra a fertilidade do modo de consideração tentado no "*Projeto...*" (*in* FREUD 1950, p. 299).

Apesar de os editores não especificarem qual modo de consideração foi considerado pouco fértil por Freud, não é difícil perceber, pelas cartas a Fliess e mesmo por certas considerações referentes ao recalque, que o que não ia bem era de fato uma explicação essencialmente mecânica-quantitativa principalmente para o recalque.

Na carta datada de 08. 10. 95 pode-se ler:

"O que não vai bem para mim não é a mecânica disso - porque eu teria paciência -, mas a explicação do recalque, cujo conhecimento clínico tem feito grandes progressos. [...] Mas a explicação mecânica fracassa..." (idem, p. 112).

No texto do "Projeto...", após ter explicado mecanicamente a atração do desejo, Freud escreve:

"Mais difícil de explicar é a defesa primária ou recalque, o fato de uma imagem mnemônica hostil ser abandonada o mais rápido possível pela ocupação. Todavia a explicação poderia ser que a vivência de dor primária foi interrompida através da defesa reflexa. O aparecimento de um outro objeto no lugar do objeto hostil era um sinal de que a vivência de dor teria terminado e o sistema *psi* tenta, aprendendo biologicamente, reproduzir em *psi* o estado que indica o cessar da dor. Com a expressão 'aprendendo biologicamente' nós introduzimos uma nova base explicativa, que deve ter valor independente, se bem que ela não exclua, mas exija uma redução a princípios mecânicos (momento quantitativo). No caso apresentado, pode ser o aumento de quantidade (Q_n) que aparece toda vez com a ocupação da

lembrança hostil, que pressiona para a atividade de descarga que aumenta, por conseguinte, para o escoamento da lembrança" (idem, p. 329)

A explicação mecânica da defesa primária ou recalque permite entender o abandono ou desocupação da quantidade da lembrança hostil, por uma pressão decorrente de um acréscimo de quantidade. Entretanto, para que isso seja possível, em termos mecânicos, é preciso admitir ter havido uma ocupação anterior da lembrança hostil, que levasse ao aumento de quantidade e por conseguinte à liberação de desprazer. Em outras palavras, o mecanismo de evitação de desprazer provoca desprazer.

Freud parece ter percebido que tal mecanismo não seria vantajoso da perspectiva de um organismo vivo, porque mais adiante no texto afirma não saber como a defesa primária possa ser representável mecanicamente. Ou seja, não sabe como representar a não ocupação pela ameaça de desprazer. Segundo Freud, a aquisição biológica do sistema neuronal é representada por uma ameaça de desprazer cujo efeito consiste na não ocupação daqueles neurônios que conduzem a liberação de desprazer, em outras palavras, neurônios que levam à liberação de desprazer não são ocupados (cf. FREUD 1950, p. 369).

A possibilidade de poder simbolizar o mental por meio de figuras energéticas deve ter despertado em Freud a esperança de que o domínio da investigação psicológica também poderia se submeter ao padrão mecanicista da

investigação do universo. Tal esperança logo se viu frustrada, dadas as dificuldades de uma representação exclusivamente mecânica-quantitativa do recalque, um dos pilares da teoria psicanalítica.

Uma modificação substancial do modelo do aparelho psíquico é tentada em uma carta a Fliess de 6 de dezembro de 1896. Nesta carta, é suposto que o mecanismo psíquico formou-se por camadas que se sobrepõem umas às outras, de modo que o material disponível dos traços de memória experimentam um rearranjo, uma reescrita, segundo novas relações. A novidade é que aqui a memória não teria mais uma estrutura monolítica, como no "*Projeto...*", mas uma estrutura formada por subestruturas ou registros, em diferentes tipos de sinais, onde *U_b* e *V_b* (os sistemas que compõem o futuro aparelho psíquico da "*Interpretação dos sonhos*") são registros com características próprias. Trata-se não mais de estruturas neuronais, mas de estruturas formadas por sistemas de fixação de sinais que representariam a realização psíquica de épocas de vida sucessivas. A passagem do material psíquico de um sistema ao outro se daria por tradução do material psíquico na fronteira de um período de vida a outro. As características das psiconeuroses se explicariam pela não tradução de certos materiais psíquicos pois, segundo Freud, cada transcrição posterior inibe a anterior e lhe desvia o processo de excitação. Onde falta a transcrição posterior, a excitação é realizada segundo leis que valiam para o período psíquico

anterior. A falta dessa transcrição é uma falha ou fracasso da tradução. Em termos clínicos, o fracasso da tradução chama-se recalque. O motivo do fracasso seria a liberação de desprazer, que surgiria com a tradução (cf. FREUD 1950, pp. 151-2).

Tendo em vista o que foi discutido neste capítulo, poderíamos apontar pelo menos duas razões, relacionadas entre si, que levaram Freud ao abandono do "*Projeto...*". Embora seu propósito seja representar mecanicamente por meio de quantidades e neurônios todos os processos psíquicos, as dificuldades encontradas na representação da defesa primária ou recalque apontam para os limites de suas pretensões. Outra razão para o abandono do "*Projeto...*" diz respeito aos limites de um modelo do psíquico baseado exclusivamente no modelo neurofisiológico do sistema nervoso central. Considerar o psíquico por analogia com o funcionamento físico do cérebro impõe duas exigências para a construção do modelo: uma delas refere-se à adaptação da teoria aos fatos clínicos; a outra é alusiva à adaptação da teoria aos fatos neurofisiológicos. Quando as duas exigências não podem ser satisfeitas ao mesmo tempo, Freud opta sempre pela primeira, o que dá ao modelo aspecto fantástico, quando comparado com o conhecimento da neurofisiologia.

Ao abandonar o "*Projeto...*", Freud está abandonando também, para efeito de representação da vida mental, analogias ou símbolos provenientes exclusivamente do conhecimento da neuroanatomia, de modo que passará a

desprezar inteiramente o fato de que o aparelho psíquico de que trata na "*Interpretação dos sonhos*", também nos é conhecido como preparado anatômico (cf. FREUD 1900, p.512).

De acordo com nossa leitura do "*Projeto...*", a emancipação de Freud da neurologia significa apenas emancipação da exigência de construção de modelos em termos exclusivamente fisicalistas. Nesse sentido, a representação plástica do aparelho psíquico é livre da anatomia e a busca de analogias deverá seguir as *próprias necessidades*, que são inerentes ao modelo e à experiência clínica (cf. FREUD 1915b, pp. 133-134).

10. Elementos do modelo combinado: a "*Interpretação dos sonhos*"

Se no "*Projeto...*", o propósito manifesto de Freud é fornecer uma representação mecânica quantitativa em termos exclusivamente fisicalistas para os dados clínicos, o mesmo não se observa no capítulo sete da "*Interpretação dos sonhos*". A diferença não está somente na terminologia utilizada no novo modelo, mas na regra da reflexão que orienta a articulação da rede conceitual para a organização dos dados clínicos.

No "*Projeto...*", os processos psíquicos são representados como se fossem algo de natureza física. Ao desconhecido são dadas intuições fisicalistas e, na medida do possível, é utilizada a regra da reflexão do movimento mecânico das quantidades. Na "*Interpretação dos sonhos*", os processos psíquicos são representados como se fossem algo de natureza mental. Ao mental é aplicada boa parte dos símbolos fisicalistas empregados no "*Projeto...*". Entretanto, tais símbolos adquirem uma conotação especificamente psicológica por expressarem fundamentalmente a vivência do desejo. As quantidades, como veremos, são quantidades desejantes, cargas de desejo, por assim dizer. Nesse sentido, sem dúvida nenhuma que o texto da "*Interpretação dos sonhos*" parece, à

primeira vista, ter-se "degenerado em metáforas"¹ em relação ao texto do "Projeto...".

Na "*Interpretação dos sonhos*", o aparelho psíquico é idealizado por analogia com aparelhos ópticos, de modo que a idéia de imagem ou formação psíquica ocupando um espaço não precisa estar necessariamente vinculada à idéia de um substrato material, que delimita esse espaço. Além disso, se os diferentes aparelhos ópticos são construídos para realizar funções diferentes (um telescópio realiza uma função que a máquina fotográfica não realiza), o aparelho psíquico deve ser o mesmo para realizar funções psíquicas diferentes (por exemplo, memória, percepção, formações oníricas etc.). Se um mesmo aparelho deve desempenhar funções diferentes, o passo lógico é supor que as funções estão relacionadas a partes distintas do aparelho ou combinações no funcionamento dessas partes. Freud escreve:

"Estas analogias devem apenas auxiliar nossos esforços em tornar inteligíveis as complicações do funcionamento mental, na medida em que decompomos a função psíquica e remetemos a função particular a partes componentes específicas do aparelho" (FREUD 1900, p. 513).

A analogia do aparelho psíquico com aparelhos ópticos é permanente na obra de Freud, a partir da publicação da "*Interpretação dos sonhos*" (cf. 1938a, p.6; 1926b, p. 286). O valor da analogia está no fato de destacar a possibilidade

¹ é a expressão utilizada por Pribram e Gill (cf. 1976, p. 169).

de pensar o *funcionamento* do aparelho psíquico, independentemente de qualquer consideração acerca de sua constituição material (cf. 1926b, p. 286) ou comprometimento com qualquer ontologia.

No texto da "*Interpretação dos sonhos*", Freud declara formal e explicitamente o que demonstráramos estar implícito no texto do "*Projeto...*": que o inconsciente é incognoscível segundo sua natureza interna (FREUD 1900, p. 580). Portanto, qualquer que seja a linguagem utilizada para representá-lo, esta não deve ser tomada como sua determinação ontológica. A representação do inconsciente (do psíquico) como função de dois sistemas especiais - Inc. e Pct. (cf. 1900, p. 582) deve ser considerada apenas como uma construção teórica, modelo imaginário ou especulação (cf. 1900, p. 541) pois, como diz Freud, "os sistemas não são nada psíquicos e não serão nunca acessíveis a nossa percepção psíquica" (1900, p. 579). Os sistemas pertencem àquela categoria de objetos que Kant denominou de objetos ideais aos quais é dada uma interpretação sensível por meio de analogias.

Todavia, o reconhecimento do inconsciente como objeto ideal ou realidade psíquica incognoscível em si é inconsistente com a afirmação de que "a interpretação dos sonhos é a via régia para o conhecimento do inconsciente na vida anímica" (1900, p. 577). Em razão dessa possível inconsistência relativa ao conceito de inconsciente, é necessário que nos detenhamos um momento na avaliação dos

possíveis significados do conceito antes de avançarmos na lógica da modelação do desconhecido.

Quando Freud afirma que "a interpretação dos sonhos é a via régia para o conhecimento do inconsciente na vida animica", não passa despercebido o fato dele referir-se ao inconsciente como o reprimido:

"o sonho nos prova que o reprimido também continua existindo no indivíduo normal e é capaz de realização psíquica. O sonho é ele mesmo uma manifestação desse reprimido" (FREUD 1900, p. 576).

Em uma nota de rodapé, Freud informa que, embora não tenha feito distinção entre os termos 'reprimido' e 'recalcado', deveria ficar claro que *"o último [recalcado] acentua de modo mais forte a pertinência ao inconsciente do que o primeiro [reprimido]"* (idem, p.575). Poderíamos dizer que o reprimido não precisa pertencer necessariamente ao inconsciente, de modo que o que se conhece não seria o inconsciente que Freud afirma ser incognoscível.

Mas não nos parece ser o caso de discutir se o conhecimento obtido pela interpretação dos sonhos é um conhecimento dos conteúdos do pré-consciente ou do inconsciente propriamente dito, uma vez que Freud também afirma que *"o sonho é a realização (disfarçada) de um desejo (reprimido, recalcado)"* (1900, p. 175).

Uma saída para evitar inconsistências, é não esquecer que a psicanálise é uma prática e é também uma teoria. A

questão dos sonhos parece ser exemplar para pensarmos essa distinção, que é comentada por Freud:

"O que tem sido chamado de sonho descrevemos como texto do sonho, ou sonho *manifesto* e aquilo que estamos procurando, aquilo que suspeitamos estar, por assim dizer, atrás do sonho, chamamos de pensamentos oníricos *latentes*. Podemos então enunciar nossa dupla tarefa do seguinte modo: temos que transformar o sonho manifesto em sonho latente e indicar como, na vida anímica do sonhador, o sonho latente se tornou sonho manifesto. A primeira parte é uma tarefa prática, diz respeito à *interpretação do sonho*, necessita de uma técnica; a segunda é uma tarefa teórica, ela deve explicar o suposto processo do *trabalho onírico* e só pode ser uma teoria" (FREUD 1933, p. 453).

O ato de interpretar um sonho é um trabalho prático que vai daquilo que é lembrado como sonho (conteúdo onírico manifesto) para aquilo que é seu conteúdo latente, onde, via de regra, encontra-se o sentido ou significado do sonho. Nas "*Conferências*" Freud afirma que "o sonho como um todo é o substituto disfarçado de alguma outra coisa, inconsciente e a tarefa da interpretação dos sonhos é encontrar esse inconsciente" (FREUD 1916-17, p. 128).

O inconsciente encontrado -os atos psíquicos inconscientes- é o que Freud chama de pensamento onírico latente, obtido pela técnica psicanalítica da interpretação (cf. idem, p.189).

Como conceito de ação, o inconsciente é aquilo que se dá como um fato na tarefa prática da interpretação. Como conceito de ação, o inconsciente é o fato do propósito oculto do ato. É evidente que a afirmação da existência de atos psíquicos inconscientes e a possibilidade de descobri-los pressupõe uma concepção de psíquico que se opõe à tese dos filósofos da consciência, que afirma ser o psíquico idêntico à consciência (tese da evidência da intenção dos atos psíquicos). É a concepção psicanalítica de psíquico como em si mesmo inconsciente, incognoscível, não experienciável, que impõe a determinação do conceito por meio de construções analógicas.

Sabemos que da comparação entre o conteúdo manifesto do sonho e o conteúdo onírico latente, Freud isola e descreve quatro realizações psíquicas do trabalho onírico: a condensação, o deslocamento, a figurabilidade, o trabalho secundário. Mas não é só. Da análise dos sonhos chega-se também aos seguintes resultados: o sonho é um ato psíquico pleno, sua força pulsional é um desejo a ser realizado, o disfarce do desejo e os absurdos oníricos têm a ver com a censura. A tarefa da formação onírica é vencer a censura (cf. FREUD 1900, p. 510 e 1905, p. 154). Diante destes resultados teóricos, qual seria a função das elaborações do capítulo sete da "*Interpretação dos sonhos*", onde Freud declara o inconsciente como realidade psíquica incognoscível? Em outras palavras, qual seria a função da idéia de um inconsciente como atividade de dois sistemas

especiais organizados de modo que as excitações do sistema Inc. são incapazes de atingir a consciência, ao passo que as excitações do sistema Pct podem chegar até ela? (cf. FREUD 1900, p. 580 e p. 582).

Em sua introdução ao capítulo sete, Freud escreve:

"Não é possível explicar o sonho como processo psíquico, pois explicar significa reduzir ao conhecido e não existe, no momento, nenhum conhecimento psicológico ao qual nós poderíamos subordinar, o que se pode inferir do exame psicológico dos sonhos como base explicativa. Ao contrário, nós seremos obrigados a colocar uma série de novas suposições, que passam por conjecturas acerca da construção do aparelho anímico e o jogo de forças que nele operam" (idem, p. 490).

Parece-nos que é nesta passagem que Freud nos informa sobre o propósito que tem em mira e é este propósito que deve determinar o entendimento da função de sua teoria tópico/dinâmica dos processos psíquicos inconscientes. Visto não existir nenhum conhecimento psicológico ao qual se possa sujeitar as novidades obtidas como resultado da investigação clínica, como articular as diferentes descobertas empíricas sem um princípio ordenador? Segundo Freud, esta tarefa está por ser realizada e passa pela criação de conjecturas atinentes à estrutura e funcionamento do aparelho psíquico. A função do modelo é examinar a relação entre a força do desejo e o trabalho de condensação, deslocamento, representabilidade e elaboração secundária, bem como as

inter-relações entre essas quatro condições da formação onírica (cf. FREUD 1900, p. 510).

Mais adiante Freud dirá com certo orgulho que "através da novidade em nossa teoria dos sonhos, conectada conforme uma unidade mais elevada, encontramos incluído em nosso edifício os mais variados e contraditórios resultados de outros autores..." (idem, p. 562).

Não parece haver dúvida de que as idéias especulativas têm, para Freud, a função de sistematizar num todo unitário e coerente os diferentes achados de uma certa classe de fenômenos.

Entre as idéias que orientam a modelação do funcionamento psíquico, destacam-se:

- a idéia do determinismo psíquico: o curso das representações involuntárias é determinado por representações-meta desconhecidas (cf. 1900, p.505).

- a idéia de uma localidade: "a cena de ação dos sonhos é diferente daquela da vida ideacional de vigília" (idem, p. 512).

- a idéia de que o aparelho psíquico funciona por meio de deslocamentos de quantidade em seu interior. O funcionamento quantitativo ou energético é regulado por percepções de prazer e desprazer (cf. idem, p. 584).

- a idéia de um aparelho intacto capaz de produzir efeitos patológicos "pelo fortalecimento e enfraquecimento dos componentes do jogo de forças". Do ponto de vista metodológico, Freud não faz senão seguir o preceito

científico de sua época: os fenômenos devem ser explicados em termos dinâmicos (sie [die Krankheit] ist *dynamisch* aufzuklären) (idem, p. 577).

Segundo Freud, a idéia de uma localidade psíquica é útil especialmente para compreender propriedades especiais da vida onírica. Esta idéia, esquematizada por analogia com aparelhos ópticos, fornece uma representação tópica do aparelho psíquico. Tal representação, adverte Freud, não tem nenhum sentido realista, sendo considerada nada mais que andaimes em relação à construção. É uma representação descartável, portanto. Freud usa também a expressão "representação auxiliar" cuja função é permitir uma primeira aproximação em relação a algo totalmente desconhecido (cf. idem, pp. 512-513).

A representação tópica informa que o aparelho psíquico é constituído por sistemas, cujas posições são determinadas segundo as relações que mantêm com a consciência (cf. idem, p. 517).

Próximo da extremidade motora fica situado o sistema pré-consciente (Pcs), nome escolhido para indicar que os processos de excitação que ocorrem nesse sistema têm condições de chegar à consciência. Além disso, o sistema Pcs é o sistema que detém o controle do movimento voluntário. Atrás do sistema Pcs encontra-se o sistema inconsciente (Inc) cujo nome é escolhido para indicar que existem processos de excitação que, em si mesmos, não podem atingir

a consciência exceto pela via do pré-consciente (cf. idem, p. 517).

Embora Freud determine a posição dos dois sistemas em relação à consciência, esta não aparece representada, enquanto tal, no seu esquema. No esquema completo, o aparelho é composto por uma extremidade perceptiva e, na outra ponta, uma extremidade motora. O ponto de partida para a determinação do funcionamento do aparelho é dado pela analogia com o processo reflexo, ou seja, o aparelho funciona como resposta à estimulação no aparelho, numa seqüência temporal definida: do estímulo para a ação (descarga motora). Entre os dois extremos perceptivo e motor, encontram-se os diferentes traços de memória dispostos em uma seqüência temporal.

Segundo Freud, a idéia de uma localidade psíquica é a única que permite compreender propriedades especiais da vida onírica. Entre essas propriedades, Freud cita a transformação da idéia em cena objetivada e a perda das relações lógicas de pensamento características da vida normal desperta. A luz do esquema tópico proposto, tais propriedades passam a ser descritas de modo mais genérico como caráter regressivo do sonho. O termo regressivo não tem nada de arbitrário, segundo Freud. Ele é escolhido porque conecta propriedades conhecidas do sonho (idéias transformadas em imagens e a perda das relações de pensamento pela elaboração onírica) ao esquema de um

aparelho anímico que funciona segundo uma direção (progressiva e regressiva) (cf. idem, p. 519).

Embora o esquema tópico se mostre útil para fixar, através do conceito de regressão, a diferença entre os sonhos e a vida normal de vigília, o esquema não é suficiente para elaborar as condições de ocorrência de uma regressão e conseqüentemente uma produção onírica.

É para responder à questão "qual modificação que torna possível uma regressão que não pode ocorrer durante o dia", que Freud introduz o ponto de vista dinâmico/energético. A idéia é ver essa modificação como "alterações de energia nos sistemas isolados, de modo que por meio de tais alterações os sistemas possam ser percorridos ou não pelo decurso das excitações" (idem, p. 519).

O ponto de partida para pensar as trocas de energia no interior do aparelho é dado pelo sistema pré-consciente, que no sono se encontra paralisado: "não posso dizer qual a modificação que o estado de sono provoca no sistema pré-consciente, porém não há dúvida de que a característica psicológica do sono deve ser procurada essencialmente nas modificações de investimento desse sistema particular, um sistema que se acha também no controle do acesso à motilidade que no sono se acha paralisada" (idem, p. 529).

Entretanto, um dado que não pode ser esquecido no presente contexto é a ocorrência de regressões nos estados patológicos de vigília. Nestes casos a regressão ocorre, a despeito da não-interrupção da corrente sensível na direção

progressiva. A explicação, nestes casos, é que as alucinações dos histéricos, da paranóia etc. correspondem, de fato, a regressões, isto é, são pensamentos transformados em imagens. A partir destes casos, uma nova condição é introduzida, a saber, "que os únicos pensamentos que sofrem essa transformação são aqueles que se acham intimamente ligados a lembranças que foram reprimidas ou ficaram inconscientes" (idem, p. 520).

Segundo Freud, a propriedade regressiva do sonho, trazida à luz pelo esquema tópico do aparelho psíquico remete a implicações desconhecidas no funcionamento do aparelho. Levando em conta as condições que tornam possível uma regressão, dá-se um passo em direção a um modelo dinâmico do funcionamento psíquico:

"a regressão, onde quer que ocorra, é um efeito da resistência, que se opõe ao avanço de um pensamento na consciência, ao longo do caminho normal e de uma atração simultânea exercida sobre ele pela presença de lembranças dotadas de força sensorial" (idem, p. 523).

No estado de sono, as excitações do Pct. não podem ser descarregadas no sentido da ação, pois neste caso cessa a corrente na direção progressiva. Pela lógica do esquema tópico, essas excitações devem percorrer os mesmos caminhos das excitações de desejo provenientes do sistema Inc. (idem, p. 529) que também não podem ser descarregadas em motilidade. Pelo princípio de constância, o sistema não pode tolerar acúmulo de excitação. Portanto, se no sono as

excitações não podem ser descarregadas na direção da ação motora, elas devem ser descarregadas de alguma outra maneira. Esta outra maneira é, no sono, a formação onírica.

Um determinado processo de excitação inconsciente tem duas saídas: ou o processo é abandonado a si mesmo, se rompe e então consegue descarga em motilidade, ou o processo fica sob a influência do pré-consciente e sua excitação torna-se ligada, em vez de descarregada. No processo onírico, ocorre o segundo caso, sendo esta a função do sonho - comandar a descarga de excitação inconsciente, colocando a energia livre deste sob o comando do pré-consciente. Um sonho é, assim uma formação de compromisso entre o desejo de dormir do pré-consciente e o desejo de descarga livre do inconsciente (cf. *idem*, pp. 550-1).

Entre os pensamentos oníricos observam-se, com freqüência, pensamentos cujas relações lógicas parecem completamente perdidas, formando seqüências de pensamento completamente anormais. É principalmente para dar conta desta propriedade onírica que Freud esquematiza o funcionamento do aparelho psíquico a partir do conceito de descarga e formula as duas propriedades teóricas do funcionamento psíquico: os processos primários e os processos secundários, que correspondem à produção de pensamentos incorretos e corretos respectivamente.

Freud retoma uma idéia que já havia introduzido no texto das "*Neuropsicoses de defesa*" - a idéia de uma carga elétrica que se expande na superfície de um corpo - para

ilustrar o curso das representações e com isso chegar a uma idéia aproximada dos dois modos do funcionamento mental.

Segundo Freud, a partir de uma representação-meta partem cargas (energia de ocupação), que se deslocam por caminhos associativos escolhidos pela representação-meta. A direção da carga é determinada pela representação da meta a atingir, pela sua finalidade. Um pensamento abandonado carece dessa carga. Um pensamento reprimido, a carga lhe foi retirada. Nos dois casos, o pensamento ficou entregue às próprias excitações - não possuem cargas da representação-meta, não possuem finalidades. Um pensamento "ocupado de objetivo" (a carga é a metáfora para finalidade) atrai, em certas circunstâncias, a atenção da consciência e recebe, assim, um super-investimento. O pensamento excitado está, pois, no pré-consciente e pode espontaneamente se apagar ou se manter. Entretanto, no pré-consciente estão à espreita outras representações-meta sempre ativas e provenientes de fontes de desejo inconscientes. Essas representações-meta podem apoderar-se das excitações do círculo de pensamentos deixados a si mesmos. Então produzem a ligação entre os pensamentos e o desejo inconsciente, transferem aos pensamentos a própria energia do desejo inconsciente. Pode-se dizer que o que era um pensamento pré-consciente foi agora atraído para o inconsciente. Neste caso, o pensamento pré-consciente está ocupado ou carregado com uma energia de desejo inconsciente. A partir de então um pensamento normal sofre tratamento anormal (compressão ou condensação,

formação de representações intermediárias, relações superficiais, acordos entre pensamentos contraditórios) (cf. idem, pp.564-5).

Como vemos, é a partir da idéia de uma dinâmica energética intencional que Freud constrói um modelo para a produção de pensamentos normais e anormais, sob o pressuposto convencional de que o segundo sistema consegue manter grande parte das energias de ocupação em repouso e aplicar apenas uma pequena parte no deslocamento. Entender como funciona este mecanismo no segundo sistema não é algo que interesse a Freud investigar. Basta a idéia de dois tipos de mecanismo diferentes (a atividade do primeiro sistema está dirigida para a livre descarga das quantidades de excitação) para dar conta, no plano teórico, dos diferentes tipos de produção de pensamentos oníricos. Por meio do modelo energético da transferência de quantidades de uma representação para outra, podemos entender como um pensamento pode estar realizando desejo originalmente vinculado a outro tipo de representação.

O valor metafórico dos conceitos energéticos fica sugerido na articulação dos conceitos energéticos via regras de reflexão mentalistas, de sorte que os conceitos energéticos comportam-se no interior da teoria como se fossem algo de natureza mental. Tomemos alguns exemplos: "o trabalho do aparelho psíquico primitivo é regulado pelo esforço (*Bestreben*) em evitar acúmulo de excitação e manter-se quanto possível sem excitação" (1900, p. 568). "É um

desejo que coloca o aparelho em movimento" (idem, p. 568). Desejo, conceito mental, é tratado como se fosse uma força física que é causa do movimento. "Percepções de prazer e desprazer é que regulam automaticamente o curso das excitações" (idem, p. 588). Nas passagens citadas, não passa despercebido o fato de se atribuir ao mental o fator que regula o curso de processos, que pela terminologia parecem ser físicos. O aparelho primitivo é dotado de uma tendência (*Neigung*) de abandonar lembranças penosas e nenhuma tendência de reinvestir a percepção da fonte de dor (cf. idem, p. 570). O sistema-psi primário só pode desejar (cf. idem, p. 570). "O processo primário ambiciona (*strebt nach*) a descarga de excitação, a fim de que, com o auxílio da descarga de excitação assim acumulada, possa estabelecer uma *identidade perceptiva*" (idem, p. 571). "O processo secundário abandonou este propósito (*Absicht*) e tomou outro em seu lugar - obter uma *identidade de pensamento*" (idem, p. 571).

O aparelho psíquico é, portanto, construído sobre a noção de um jogo de forças dotadas de intenção e propósito. A nossa vida psíquica é função desse aparelho, cuja causa motora é um desejo. Ora, o modelo de funcionamento psíquico proposto para compreender as manifestações psíquicas, patológicas ou não, é um modelo que coloca o indivíduo como sujeito de suas ações, inclusive de seu padecimento. Assim, se por razões metodológicas o inconsciente é caracterizado força, é por razões práticas que essas forças são

caracterizadas por meio de propriedades essencialmente humanas: o modelo deve dar conta da ação do desejo na produção do sintoma.

Para representar o mecanismo das diferentes manifestações do desejo e evidenciar algumas de suas propriedades, Freud utiliza-se de símbolos fisicalistas e mentalistas, justificados pelo seu poder intuitivo e pela sua precisão. Ele afirma que em qualquer ramo da ciência estamos a operar com uma linguagem figurativa, seja ela mentalista (a linguagem da psicologia), ou fisicalista (a linguagem da química ou da fisiologia). Segundo Freud, a linguagem fisicalista é mais vantajosa em relação à linguagem mentalista por ser menos ambígua, mais simples e menos obscura e por isso onde e quando for possível deve-se substituir os termos psicológicos por termos fisiológicos ou químicos (cf. FREUD 1920, p. 263 e p. 268):

Embora pagando o preço de nos afastarmos do tema principal deste capítulo, o modelo combinado do aparelho psíquico, não podemos deixar de apresentar a existência de um outro conjunto de razões que levam à necessidade de uma figuração fisicalista, que é uma exigência própria do ponto de vista econômico. Por um lado, o ponto de vista econômico se impõe por razões metodológicas:

"Presumimos, como estamos habituados a presumir a partir das outras ciências naturais, que na vida mental esteja em ação alguma espécie de energia, mas não temos nada em que nos basear que nos capacite a aproximarmo-nos de um

conhecimento dela através de analogias com outras formas de energia" (FREUD 1938a, p. 29).

Por outro lado, desde muito cedo Freud reconheceu na experiência clínica certos dados na fala do sujeito, que deveriam ser levados em conta e que só uma apresentação energética poderia expressar, como é o caso da *diferença de intensidade das representações*, que nem sempre se pode compreender levando em conta somente a diferença de conteúdo das representações. Assim é que certas representações aparecem com uma intensidade afetiva que não corresponde ao seu conteúdo insignificante. Outras representações aparecem com incompreensível neutralidade, mas seu conteúdo justificaria sentimentos de intenso desprazer. Em relação ao conflito psíquico, Freud também se defrontou com o problema de determinar as condições que levam do conflito ao recalque, pois como ele mesmo afirma, "os conflitos psíquicos são excessivamente freqüentes; observa-se com muita regularidade o esforço do eu para se defender de recordações penosas, sem que isso produza a divisão psíquica" (FREUD 1909, p. 68). Na série das "*Conferências introdutórias sobre a psicanálise*", Freud volta a destacar esse duplo aspecto do conflito:

"Não basta uma análise puramente qualitativa das condições etiológicas. Ou, expressando-o de outra maneira, é insuficiente uma visão simplesmente *dinâmica* desses processos mentais; requer-se também um ponto de vista *econômico*. Devemos dizer para nós mesmos que o conflito

entre dois propósitos não irrompe senão quando forem atingidas determinadas intensidades de investimentos, ainda que por muito tempo tenham estado presentes as condições quanto ao conteúdo" (FREUD 1916-17, pp. 364-5).

Exigências metodológicas aliadas a exigências da observação clínica impõem ao modelo do objeto da idéia de inconsciente certas propriedades mutuamente incompatíveis. O inconsciente, como lugar da ação das forças às quais devem ser reduzidos todos os processos psíquicos, deve representar não só a propriedade essencialmente humana da intencionalidade, o visar aos objetos, sejam eles reais ou fantasmáticos, mas deve representar também a presença de uma qualidade quantitativa que designamos por colorido afetivo das idéias. É esta característica que torna o objeto do conceito de inconsciente um análogo de objetos físicos, segundo o fator quantitativo do afeto, mas incompatível com a representação intencional das forças que "ajudam ou inibem umas a outras, se combinam, formam compromissos etc." (Freud 1926, p. 301).

Retomando as "*Lembranças*" de Binswanger, "*o inconsciente é metapsíquico, nós simplesmente o colocamos como real*", podemos concluir dizendo que, sendo o inconsciente um objeto da idéia, os conceitos fisicalistas de estrutura e funcionamento só podem ser interpretados como metáforas necessárias para visualizar acontecimentos da vida mental humana. Processos mentais, por natureza não visualizáveis, passam a ter uma intuição sensível quando

esquematizados em termos de relações quantitativas em um espaço definido. O caráter científico da construção psicanalítica está justamente no fato de Freud ter consciência de que as metáforas, tomadas como símbolos, são bem vindas no processo de construção de teorias. Não científico seria o pensamento que tomasse tais metáforas pelo seu sentido literal, reificando seus conceitos. Essa consciência metodológica está registrada, entre outras passagens, no seguinte trecho de 1905:

"Os conceitos de 'energia psíquica' e de 'descarga', bem como o tratamento da energia psíquica como uma quantidade, têm sido habituais em minhas reflexões desde que comecei a *organizar os fatos da psicopatologia filosoficamente* e já no meu livro "*A Interpretação dos sonhos*" tentei estabelecer, no mesmo sentido de Lipps, *os processos psíquicos em si mesmos inconscientes como aquilo que é propriamente efetivo (Wirkungsfähig) psiquicamente*, não o conteúdo da consciência. Somente quando falo do 'investimento dos trajetos psíquicos' é que pareço me afastar das *analogias (Gleichnissen)* comumente usadas por Lipps" (FREUD 1905, pp. 138-139, grifo nosso).

Não parece haver dúvida, portanto, de que a utilização de uma linguagem fisicalista para expressar teoricamente certas vivências psíquicas não implicava para Freud assumir a existência dos referentes dessa linguagem. A opção pelas explicações de natureza psicológica faz dos conceitos energéticos meras convenções ou metáforas, que Freud

acreditava serem adequados para representar simbolicamente os fatos psíquicos experimentados na clínica. E se podemos falar de explicação causal psicológica, só pode ser no sentido analógico, porque os sintomas sendo determinados por representações com fins contrários, temos um conceito de causalidade que contrasta com a causalidade eficiente.

11. Esquematismo analógico do conceito de pulsão.

Nos dois capítulos precedentes, focalizamos a nossa atenção no aspecto estrutural do modelo fisicalista. Procuramos destacar o caráter convencional do conceito de aparelho físico e de certos elementos que o compõem.

Neste capítulo, trataremos especificamente de um elemento dinâmico/energético dessa estrutura: o conceito de pulsão.

A pulsão foi reconhecida por Freud como um conceito convencional. Procuraremos ilustrar como esse conceito é provido de uma interpretação intuitiva por meio do emprego do procedimento do esquematismo analógico. Ora, uma vez constatado o seu uso, torna-se ocioso criticar a "teoria da energia psíquica" como internamente contraditória. Pois, se Freud representa as pulsões por meio de símbolos mistos e mutuamente excludentes, é porque, para ele, a ficção da força pulsional não pode desempenhar adequadamente sua função heurística por meio de símbolos exclusivamente fisicalistas ou exclusivamente mentalistas.

A fim de contextualizar o exame propriamente dito da aplicação do esquematismo analógico, convém retomar alguns textos freudianos indicadores de sua consciência de que ao introduzir o inconsciente como uma força psíquica, ele

lidava com um objeto ideal, cujo uso era justificado heurísticamente.

Contrariamente a Janet, para quem o inconsciente não é mais do que *une façon de parler*, Freud considera o inconsciente um conceito necessário para o avanço da pesquisa psicológica. O conceito é necessário porque os dados da consciência são insuficientes para preencher as lacunas de classes de manifestações psíquicas, tais como os sonhos, sintomas neuróticos e atos falhos.

Quando as causas empíricas deixam de ser suficientes para entender os fenômenos, escreve Kant, "somos obrigados a inventar forças materiais que obedecem a leis invisíveis e são incapazes de receber qualquer sustentação empírica. Nestes casos, nós nos movemos para além da ciência natural e entramos na metafísica" (*apud* Loparic' 1985b, p. 18). A metafísica também tem a ver com conceitos da razão, que nunca são dados em qualquer experiência possível. Portanto, tem a ver com conceitos cuja realidade objetiva e com afirmações cuja verdade ou falsidade não podem ser confirmadas ou refutadas (cf. EISLER 1964, p. 358).

Como vimos, as idéias colocadas pela razão são especulações necessárias para o avanço da pesquisa empírica e são justificadas heurísticamente, pela sua eficácia na solução de problemas, tanto empíricos como teóricos. É evidente, então, que o objeto deste nosso estudo não são as histórias individuais, mas diz respeito não só ao conceito

de pulsão mas também ao conceito de estrutura do aparelho psíquico, que tratamos no capítulo anterior.

A leitura dos textos freudianos revela que não é por outras razões além de razões heurísticas que se justifica a necessidade do conceito de inconsciente na psicologia. Não é por acaso, escreve Freud, que só depois de ter sido efetuada uma mudança na definição do psíquico, se tenha tornado possível construir uma teoria abrangente e coerente da vida mental (cf. FREUD 1938b, p. 286). A hipótese psicanalítica de um inconsciente psíquico justifica-se pelo fato de, por meio dela, ter sido possível traduzir e dar sentido a milhares de sonhos e usá-los para iluminar os detalhes íntimos da vida humana (cf. FREUD 1913, p. 107). Ganho em sentido e contexto é um motivo perfeitamente justo para podermos avançar para além da experiência direta. Se não tivermos um conceito de inconsciente, não avançamos um passo além na compreensão de várias manifestações psíquicas (cf. FREUD 1915b, p. 126).

Para que uma idéia da razão possa desempenhar sua eficácia heurística, deve ser esquematizada, isto é, deve ser provida de algum conteúdo intuitivo. Este conteúdo é formado por representações que são análogos de coisas reais, de modo que possamos "ver" no objeto da idéia (idéia da razão esquematizada) algumas propriedades que devem corresponder a propriedades não perceptíveis dos fenômenos.

A suposição de um aparelho psíquico extenso no espaço, escreve Freud, que dá origem ao fenômeno da consciência

somente em um determinado lugar, sob certas condições, colocou a psicologia sobre bases semelhantes às das outras ciências naturais. A tarefa das ciências naturais é descobrir por trás das propriedades perceptíveis do objeto de pesquisa outras propriedades não perceptíveis, que são mais independentes dos nossos órgãos dos sentidos e estão mais próximas do suposto estado de coisas real (cf. FREUD 1938a pp.72-3).

Consideremos como exemplo a produção de pensamentos oníricos. São pensamentos que nos aparecem como absurdos, ilógicos e incorretos. A análise dos sonhos, que para ser levada a cabo precisa supor a existência de duas forças psíquicas em oposição (cf. FREUD 1900, p. 160), revela que aquilo que chamamos de pensamento anormal é resultado de algumas propriedades do funcionamento psíquico, tais como a condensação, o deslocamento, a substituição, que não são diretamente perceptíveis. Tais propriedades são apresentadas teoricamente ou visualizadas por meio de representações energéticas, como os deslocamentos de quantidades entre idéias e por meio de representações mentalistas, como as formações de compromisso entre sistemas ou instâncias, que delimitam a área de atuação de forças de desejo com propósitos contrários.

Sob a égide da principal regra metodológica de seu tempo, que prescreve que a compreensão científica do mundo deve pressupor a dinâmica das forças naturais como causa dos fenômenos, Freud procura descrever e organizar

conceitualmente as diferentes manifestações psíquicas observadas na clínica. É o monismo metodológico de Freud, que ajuda-nos a entender como é que da observação do fenômeno da resistência chega-se à suposição da existência de forças inconscientes de repressão, de modo que o sintoma neurótico seria o resultado da ação de duas forças fundamentais, as forças resistidas (estado de recalque) e as forças de resistência. A suposição de forças inconscientes de repressão é uma conseqüência lógica da opção metodológica por explicações dinâmicas, que supõem por trás das aparências psíquicas a existência de forças ou tendências dirigidas para fins e que trabalham umas de acordo com as outras ou umas contra as outras.

Nas conferências de 1909, pronunciadas na "Clark University", Freud afirma ser o conflito a expressão de uma incompatibilidade entre o aparecimento de um desejo violento, que contrasta com os demais desejos do indivíduo e é incompatível com as aspirações morais e estéticas da própria personalidade (*as forças recaladoras*). A aceitação do impulso desejoso incompatível ou o prolongamento do conflito teriam despertado intenso desprazer, que o recalque teria como finalidade evitar (cf. FREUD 1909, p. 66). Portanto, a existência de grupos psíquicos dissociados observados tanto por Janet como por Breuer, recebe em Freud uma interpretação consoante com a lógica das explicações científicas de seu tempo. São forças inconscientes que favorecem ou inibem umas às outras que, segundo Freud, são a

causa ou origem da vida psíquica (cf. FREUD 1910, p. 209). O inconsciente é, portanto, uma força, uma força psíquica, é bem verdade, mas nem por isso menos natural do que as supostas forças físicas que são a causa dos movimentos.

São propriedades dinâmicas intencionais (quantidades dotadas de sentido e intencionalidade) do inconsciente que o tornam irreduzível aos objetos teóricos físicos. As forças inconscientes, diferentemente das forças físicas, se ajudam ou inibem umas a outras, se combinam, formam compromissos etc..

Essas forças humanas, demasiadamente humanas, "são originalmente da natureza das pulsões, portanto, de origem orgânica" (FREUD 1926, p. 301) e, "embora sejam a *causa última de toda atividade*, elas são de natureza conservativa" (FREUD 1938a, p. 10, grifo nosso).

Parece-nos que afirmações deste tipo e similares, quando tomadas isoladamente, contribuem para imputar às hipóteses metapsicológicas a função de hipótese explicativa causal. Se fosse esta de fato a intenção de Freud, justificar-se-ia o trabalho de purificação conceitual pela eliminação do fantasma da energia e pelo encaminhamento do conceito de pulsão aos laboratórios da fisiologia. Neste caso, o preço a pagar seria o desaparecimento da psicanálise. Mas, se considerarmos o processo como Freud desenvolve o conceito de pulsão, veremos que tomá-la como causa última de toda atividade não pode ser entendido no sentido literal e, se podemos falar de causa, só pode ser no

sentido analógico. Neste caso, paga-se o preço da impossibilidade de decidirmos objetivamente entre as diferentes representações analógicas da pulsão.

Quanto ao estatuto cognitivo, Freud define a pulsão como conceito convencional, equivalente no plano lógico aos conceitos básicos da física, por exemplo. Ora, os conceitos básicos são aquelas idéias de objetos incondicionados cuja fonte não é a experiência (cf. FREUD 1915a, p. 81), mas a razão que controla as operações do entendimento. Todavia, antes que as idéias da razão possam desempenhar a função de guias para o entendimento, antes que possam ser eficazes como programas de pesquisa, elas precisam ser providas de algum conteúdo intuitivo, isto é, precisam ser esquematizadas.

Como as pulsões são forças incondicionadas, elas referem-se a entidades que não podem ser dadas em nenhuma experiência e por isso não é possível encontrar na intuição um esquema para o conceito, como é o caso das categorias do entendimento. A impossibilidade de encontrar na intuição um esquema e a necessidade de prover as idéias da razão com alguma representação intuitiva fazem com que seja necessariamente permitido um análogo de um tal esquema intuitivo, para dar algum conteúdo à idéia. A idéia da razão é um análogo de um esquema de sensibilidade, um análogo de coisas reais, mas com a diferença de que a aplicação dos conceitos do entendimento ao esquema da razão não é do mesmo modo um conhecimento do próprio objeto (cf. KANT, KRV B

693). Desta sorte, aplicar a causalidade (conceito do entendimento) à pulsão não faz dela uma hipótese causal (conhecimento do próprio objeto) mas indica somente uma regra ou um princípio da unidade sistemática de todo uso do entendimento (cf. *ibid.*), isto é, indica somente uma direção de pesquisa.

A luz da lógica das idéias da razão, o primeiro parágrafo do capítulo metapsicológico "*Pulsões e destinos da pulsões*" pode ser lido como uma advertência para não tomar por absoluta uma suposição incondicionada, que só pode ser relativa. Por isso, fica assegurado que a atividade de dar um conteúdo às pulsões é um procedimento que não gera um novo objeto de conhecimento, mas somente análogos de coisas reais ou modos parciais e inadequados de representação. Este é um dos artigos de Freud onde podemos encontrar exemplos evidentes da transferência de intuições empíricas aos dados que representam o objeto da idéia de pulsão.

Um exemplo particularmente interessante de condições físicas impostas às pulsões é dado pela esquematização analógica da ação de uma excitação (*Reiz*) sobre um aparelho reflexo. Por meio desse procedimento toma-se o conceito empírico de excitação física e aplica-se à idéia de pulsão. O conceito empírico de excitação física é idealizado, omitindo-se todas as condições que possam limitar o ideal simbolizado. A excitação é uma força constante (idéia de impacto contínuo que não encontramos na experiência), cuja origem encontra-se em necessidades orgânicas mas não se

reduzem a necessidades fisiológicas. Deste modo podemos conceber a pulsão como uma força que exerce impacto constante, proveniente do interior do corpo. Algumas das forças pulsionais e todas as sexuais têm características que diferem profundamente de certas necessidades físicas, como a fome e a sede, por exemplo. Ao contrário destas que são inflexíveis, não admitem atrasos, são imperiosas, as pulsões sexuais são plásticas, variam de objeto, de objetivos, podem ser inibidas em sua satisfação direta. Tais características não encontramos nas necessidades puramente orgânicas (cf. FREUD 1933, p. 531)

A relação da excitação física com o aparelho reflexo faz parte do modelo intuitivo das relações teóricas, que caracterizam a pulsão e a vida mental, que conhecemos como o princípio de constância: "o sistema nervoso é um aparelho que tem por função livrar-se dos estímulos que lhe chegam, ou reduzi-los ao nível mais baixo possível; ou que, caso isso fosse viável, se manteria numa condição inteiramente não estimulada" (FREUD 1915a, pp. 83-84).

Se concebemos a pulsão como uma excitação proveniente do interior do organismo e o sistema nervoso como um aparelho cuja finalidade é descarregar excitações, então podemos imaginar a pulsão como uma necessidade que impele o organismo na direção da satisfação dessa necessidade. Mas certamente, segundo o modo de satisfação de uma necessidade e de uma pulsão, existem certas notas mutuamente incompatíveis, como a característica da pulsão de poder se

satisfazer com objetos tanto reais como fantasmáticos, objetos externos ou partes do próprio corpo, mudar de objetos e/ou finalidades. As pulsões são entidades capazes de produzir uma história, ou seja, as pulsões, como os seres humanos, são capazes de *experimentar destinos* diferentes (cf. FREUD 1915a, p. 89).

Este conjunto de representações leva-nos ao segundo grupo de analogias, que são utilizadas na construção do modelo de pulsão - os símbolos mentalistas. Esse procedimento, conhecido como "antropomorfismo simbólico", toma os nossos atos intencionais conscientes como símbolos, de modo que podemos pensar as pulsões como uma entidade real caracterizada pelo visar aos objetos.

E por fim, por analogia com realidades no mundo, isto é, com as quantidades do mundo físico, podemos pensar a pulsão como uma energia que deve ser escoada.

O modelo das pulsões é esquematizado por meio de símbolos, tanto psíquicos como físicos, de sorte que encontramos na energia libidinal da pulsão sexual características de sistemas físicos de energia, bem como características que são reconhecidas como propriedades e comportamentos considerados como atributos específicos dos seres humanos e das relações sociais. O conceito de libido, por exemplo, é um conceito essencialmente energético. Definida como a energia própria das pulsões sexuais, esta energia *vinga-se* quando é impedida de maior expansão psíquica, devido ao recalque: *é a vingança a indenização da*

pulsão recalçada (FREUD 1910, p. 211). Através de símbolos fisicalistas, podemos então visualizar melhor a vingança dessa energia humana: quando frustrada pelos caminhos normais, "a libido comporta-se como uma corrente cujo leito central é bloqueado. Ela preenche os caminhos colaterais que até o momento estavam vazios" (FREUD 1905b, p. 78). São sentimentos de vergonha, a repugnância e exigências estéticas e morais do indivíduo, que impedem o curso da libido e, como barreiras, restringem seu fluxo (cf. FREUD 1905b, p. 85).

Para diferenciar a pulsão de uma mera excitação física endossomática, "deve-se entender a pulsão como o representante psíquico (*psychische Repräsentanz*) de uma fonte endossomática e contínua de excitação em contraste com uma 'excitação', que é estabelecida por estímulos simples vindos de fora. O conceito de pulsão é um dos que se situam na fronteira entre o psíquico e o físico (...). No que concerne à vida psíquica, deve ser considerada apenas como uma medida da exigência de trabalho feita à mente. O que distingue as pulsões umas das outras e as dota de qualidades específicas é sua relação com suas *fontes* somáticas e com seus *objetivos*. A fonte de uma pulsão é um processo de excitação que ocorre num órgão e o objetivo imediato da pulsão consiste na eliminação desse estímulo orgânico" (FREUD 1905b (1915), pp. 76-77).

O representante psíquico (pulsão) é apresentado como se fosse uma quantidade, a medida de exigência de trabalho

feita à mente ou imaginada como uma determinada quantidade de energia, que faz pressão em determinada direção (cf. FREUD 1933, p. 530). Ainda segundo Freud, "estabelecemos o conceito de libido como uma força quantitativamente variável, que poderia medir processos e transformações no campo dos estímulos sexuais (*Sexualerregung*). Distiguimos esta libido da energia que se deve supor subjacente aos processos mentais em geral, com relação a suas origens especiais e emprestamo-lhes assim um caráter qualitativo. Na distinção entre energia libidinosa e outra energia psíquica, expressamos o pressuposto de que os processos sexuais do organismo diferem por uma química especial dos processos de nutrição(...). Nós construímos, portanto, a representação (*Vorstellung*) de um quantum de libido, cujo representante psíquico (*psychische Vertretung*) chamamos de libido do eu, cuja produção, aumento ou diminuição, distribuição ou deslocamento, deve nos oferecer as possibilidades de explicação para os fenômenos psicosexuais observados" (FREUD 1905b (1915), p. 121).

Deste último grupo de citações, duas idéias aparecem-nos como particularmente interessantes. A primeira delas diz respeito à distinção entre as excitações que se originam dos órgãos somáticos e que leva à introdução do conceito de libido (tese dualista das pulsões). A segunda diz respeito ao fato de ser uma *quantidade ou energia* a entidade a desempenhar o papel de *representante psíquico* de uma excitação endosomática, o que faz dessa energia (pulsional)

uma entidade mítica, um análogo ao mesmo tempo físico e psíquico de coisas reais, cujas propriedades ou são físicas ou são psíquicas.

Não é difícil mostrar que a distinção entre uma energia de natureza sexual (libido) e uma energia psíquica não significa muito mais do que uma regra para interpretar os fatos observados. Por conseguinte, a tese dualista não determina uma propriedade objetiva das pulsões, mas determina tão somente uma direção de pesquisa. Esta direção seria o único critério para decidir quais propriedades especulativas das pulsões são teoricamente aceitáveis, justamente porque refletem o dualismo e quais propriedades colocariam o dualismo em colapso. E fechando o círculo, o dualismo pulsional, por sua vez, é justificado pela sua eficácia organizativa. Estas idéias aparecem bem expressas quando Freud afirma que "a tarefa de uma teoria da libido das perturbações neuróticas e psicóticas é expressar todos os fenômenos observados e processos inferidos nos termos de uma economia da libido" (1905b, p. 122) ou quando afirma que "a diferenciação da libido numa espécie que é adequada ao eu e numa outra que está ligada a objetos, é o corolário inevitável de uma hipótese original, que estabelecia a distinção entre as pulsões sexuais e as pulsões do eu. Seja como for, a análise das neuroses de pura transferência (neurose de histeria e obsessiva) compeliu-me a fazer essa distinção, e sei apenas que todas as tentativas para dar conta desses fenômenos por outros meios falharam

completamente" (FREUD 1914a, p.45). Ou ainda, quando Freud diz que as idéias especulativas acerca das pulsões de vida e de morte introduzidas em "*Além do princípio do prazer*" "são teoricamente muito mais úteis do que quaisquer outras possíveis: produzem aquela simplificação, sem ignorar ou violentar os fatos, pela qual nos esforçamos no trabalho científico" (FREUD 1930 (1929), p.247).

Freud reconhece que a distinção entre uma libido do eu e outras formas de energia que atuam no eu é impossível de ser justificada empiricamente, por isso conclui que "um desenvolvimento da teoria da libido só é possível pelo caminho da especulação" (FREUD 1905b (1920), p. 122).

Com a introdução do conceito de narcisismo, a distinção entre uma energia sexual e uma energia do eu com propósitos contrários deixa de ter sentido visto que agora o termo libido passa a ser entendido como energia do eu, que se lança para objetos ou retorna para o eu. Segundo Freud, Jung teria tentado, por caminhos especulativos, superar a obscuridade relativa às pulsões do eu, propondo uma única libido original, que mais tarde poderia ser sexualizada ou dessexualizada. Em essência, teríamos somente uma energia em geral (cf. FREUD 1923, p. 230). Os argumentos de Freud capazes de contraporem-se ao monismo de Jung estão longe de uma base objetiva como podemos observar nas seguintes afirmações: "o fato das pulsões autopreservativas do eu serem reconhecidas como libidinais não prova necessariamente que não existam outras pulsões funcionando no eu" (FREUD

1923, p.232) ou então, "se as pulsões de auto-conservação são também de natureza libidinal, talvez não existam quaisquer outras pulsões, a não ser as libidinais? De qualquer modo não existem outras visíveis" (FREUD 1920, p. 261). "Permanece a dificuldade de que a psicanálise até aqui não nos permitiu indicar quaisquer pulsões (do eu) que não sejam as libidinais. Isso, contudo, não constitui razão para concordarmos com a conclusão de que nenhuma outra realmente existe" (FREUD 1920, p. 262). Qualquer que seja a opção, monista ou dualista, ela é arbitrária, convencional, por isso a distinção dualista só pode representar uma *direção de pesquisa* (cf. FREUD 1916-7, p. 414). A concepção do conceito de libido como convenção e a concepção heurística dos conceitos especulativos estão resumidamente apresentadas no seguinte trecho: "a única afirmação que *não constitui um precipitado imediato da nossa experiência analítica* é no sentido de que a libido permanece libido, seja ela orientada para objetos, seja para o próprio eu da pessoa e de que ela jamais se transforma em interesse egoísta, sendo que o inverso também procede. Esta afirmação tem, no entanto, o mesmo valor da separação entre pulsões sexuais e pulsões do eu, que já avaliamos sob um ponto de vista crítico e a qual continuaremos a aderir *por motivos heurísticos* até sua possível falência" (FREUD 1916-7, p. 405, grifo nosso).

Para tratar de uma entidade incognoscível em si, Freud é obrigado a fazer uso de diferentes metáforas. Utilizando-

se de símbolos tanto fisicalistas como mentalistas, pouco a pouco vamos podendo formar uma imagem do desconhecido suposto. Como essa imagem, pela própria natureza de sua formação, é composta por representações parciais e inadequadas, o modelo (imagem) não pode descrever, adequada e completamente, a realidade suposta como existente. Freud evidencia sua consciência metodológica quando afirma que suas construções nada mais são do que *aproximações* da realidade desconhecida (cf. 1900, p. 578; 1938a, pp. 72-3). Isto significa expressar de forma elíptica a essência da epistemologia kantiana.

Para finalizar, vamos destacar alguns exemplos de esquemas mentalistas e fisicalistas, que aparecem relativamente ao conceito de pulsão, de modo que esta possa ter algum conteúdo intuitivo, não obstante parcial e incompleto.

Já vimos que as pulsões são imaginadas como uma certa cota de energia (símbolo fisicalista), à qual se atribuem propriedades que são análogos de coisas físicas e psíquicas. Do lado das propriedades físicas, as pulsões apresentam características como: ser a causa de toda atividade, força que impulsiona ao movimento (cf. 1938a, p.10), pressão da energia em uma dada direção (cf. 1933, p. 530), ocupação de caminhos colaterais, quando o leito principal por onde passa a energia é bloqueado (cf. 1905b, p. 78). Na segunda teoria das pulsões, estas possuem algumas propriedades químicas, como a fusão e a des fusão (*Mischung e Entmischung*). Através

das metáforas fisicalistas de fusão e des fusão Freud pôde apresentar um modelo intuitivo (*anschaulich*) para a ambivalência amor-ódio. Esta passa a ser concebida como o resultado de uma des fusão ou uma fusão de Eros e agressão, que não se realizou (cf. 1923b, p. 309). Modificações nas proporções das pulsões que compõem a mistura produzem diferentes manifestações observadas na vida sexual do indivíduo (cf. 1938a, p. 12).

Do lado das propriedades psicológicas humanas, a pulsão é caracterizada pela intencionalidade, pelos objetos aos quais tendem, e suas finalidades. Encontramos certos atributos humanos na energia pulsional, como uma pulsão ser expulsa por outra, ou voltar-se do eu para o objeto; a pulsão de morte trabalhar silenciosamente; os propósitos de união característicos de Eros e os propósitos de destruição da pulsão de morte (cf. 1938a, p.11).

Com a introdução do conceito de narcisismo, Freud concebe a libido como uma energia capaz de, a partir do eu, se deslocar para objetos e dos objetos voltar-se para o eu, à semelhança de uma ameba que emite seus pseudópodes. Uma das dificuldades de Freud foi encontrar uma imagem visualizável para este movimento da libido do eu para o objeto e do objeto para o eu. A luz da segunda teoria pulsional, o sadismo é visto como uma pulsão de morte, que sob influência da libido narcisista foi expulsa do eu e conseqüentemente só surgiu em relação ao objeto. Ele aparece então à serviço da função sexual, mas não como derivado de

Eros. A teoria da sexualidade pode ser transcrita segundo a nova concepção pulsional, tomando o sadismo como pulsão de morte expulsa do eu e voltada para o objeto. Ora, segundo Freud, essa concepção *está longe de ser visualizável, e cria uma impressão positivamente mística* (cf. FREUD 1920, p. 263). Freud dá a entender que o caráter místico da pulsão é devido à impossibilidade, no momento, de poder esquematizar o movimento da energia pulsional por meio de uma linguagem fisicalista (cf. idem, p. 268). Neste caso, não se pode evitar um certo antropomorfismo, característico do esquematismo psíquico, se quisermos fazer alguma representação do objeto da idéia (cf. ibid.).

Acompanhando a modelação da teoria das pulsões, podemos concluir que Freud jamais pretendeu atribuir-lhe o papel de verdadeira hipótese explicativa-causal. Meio físicas, meio psíquicas, porque nem sempre é possível uma descrição em termos de uma única linguagem, ou porque nenhuma das duas representações sózinha é suficiente para descrever e organizar os fatos, as pulsões são *entidades míticas magnânimas em sua indefinição* (cf. FREUD 1933, p. 529), mas nem por isso menos necessárias para sistematizar os fatos e ampliar o nosso conhecimento da nossa vida mental cotidiana.

CONCLUSÃO

Neste trabalho nos propusemos abordar o componente fisicalista do discurso metapsicológico, sobretudo os aspectos energético e estrutural, segundo a interpretação kantiana do estatuto cognitivo das idéias da razão.

De acordo com Kant, as idéias colocadas pela razão são especulações necessárias para o avanço da pesquisa empírica e são justificadas heurísticamente pela sua eficácia na solução de problemas, tanto empíricos como teóricos.

Vimos também em Kant que, para uma idéia da razão desempenhar sua eficácia heurística, deve ser esquematizada, isto é, deve ser provida de algum conteúdo intuitivo. Este conteúdo é formado por representações, que são análogos de coisas reais e convenientemente escolhidos para evidenciar e organizar aspectos relevantes da experiência.

Essas propriedades das idéias da razão, que podemos encontrar nos conceitos metapsicológicos, justificam questionar as representações pós-freudianas da metapsicologia como uma teoria explicativo-causal do comportamento humano.

Ao iniciar este trabalho, uma das questões que mais nos interessavam era verificar se Freud apresentava uma concepção reducionista das teorias científicas. A análise da defesa freudiana da cientificidade da psicanálise fez-nos

perceber que o seu compromisso científico-natural era metodológico e não ontológico.

O monismo metodológico de Freud tem como condição imprescindível a concepção dinâmica dos fenômenos, de sorte que o fundamento incondicionado da existência condicionada dos fenômenos psíquicos é pensado como sendo uma força. O inconsciente como uma força refere-se à premissa incondicionada dos fenômenos psíquicos, que Freud interpreta como caracterizando objeto ideal.

As representações do inconsciente quantitativo e, ao mesmo tempo, dotado de intencionalidade e sentido são *aproximações da realidade incognoscível* que, em Freud, é sinônimo de metaforizações. Estas, por sua vez, são justificadas pelo seu poder intuitivo e pela sua suficiência para evidenciar aspectos relacionais das várias vivências psíquicas observadas na prática clínica.

Ao afirmar que as hipóteses relativas à estrutura e funcionamento do aparelho psíquico são aproximações da realidade desconhecida, Freud se isenta de assumir qualquer compromisso ontológico com as entidades que postula. Por conseguinte, o mero uso da terminologia energética não implica, em Freud, na afirmação da existência dos referentes das expressões lingüísticas.

Como a base são as observações e aquilo que se observa é o sujeito agindo segundo propósitos (conscientes ou inconscientes), são regras mentalistas de reflexão, que convencionam o significado específico dos símbolos

energéticos empregados na teoria para representar os processos psíquicos inconscientes (incognoscíveis).

As regras mentalistas de reflexão fazem da energia psíquica uma entidade mítica, ficcional. As forças inconscientes são forças desejantes, voluntariosas. Meio burras, meio espertas, elas não são totalmente idênticas às forças físicas, que são cegas. Também não são totalmente diversas entre si: ambas são símbolos da causa incondicionada (incognoscível) dos fenômenos psíquicos e físicos, respectivamente.

A tarefa que realizamos foi, em última análise, retomar algumas afirmações de Freud que, ao mesmo tempo que enfraquecem interpretações realistas da metapsicologia, dirigem nossa atenção para a questão do uso de metáforas na psicanálise.

O uso de metáforas foi criticado como um procedimento pré-científico, caracterizando a imaturidade de uma ciência. Tão logo a jovem ciência passe a conhecer melhor os seus referentes, as metáforas devem ser substituídas por termos teóricos, que possam ser operacionalmente ligados aos fenômenos observáveis.

Acreditamos ter conseguido mostrar que, da perspectiva kantiana, o uso de esquemas analógicos não só é imprescindível como também perfeitamente justificado para o avanço da pesquisa empírica. Sendo análogos de coisas reais, os símbolos energéticos não podem ser adequadamente interpretados pelo material clínico ou qualquer outro

material da experiência. Mas, se Freud representa aspectos da experiência psíquica por meio de símbolos energéticos, é porque o objeto da experiência clínica não é totalmente diverso do conceito. Se o caráter analógico dos conceitos energéticos não permite encontrar uma relação unívoca entre metapsicologia e experiência, ele também proíbe descartar a energética com base no argumento dela representar um equívoco cientificista de Freud.

Por meio de certos textos representativos da construção, em *status nascendi*, da estrutura e funcionamento do aparelho psíquico, acreditamos ter mostrado que a própria máquina fisicalista é modelo ficcional heurístico. Por esse motivo, um dos principais elementos dessa máquina, a força pulsional, pode ser legitimamente aceita como quantidade orientada segundo finalidades - suposição que seria inaceitável em um modelo com pretensões realistas.

É evidente, portanto, que além do problema da função da metapsicologia - o fato de ela ter uma função heurística não exclui uma interpretação realista - foi necessário abordar o problema da natureza epistemológica do modelo fisicalista, pois é esta que decide a natureza da função da metapsicologia.

Por paradoxal que possa parecer, é justamente no reconhecimento do caráter ficcional, especulativo das entidades metapsicológicas, que o aspecto mais polêmico do edifício psicanalítico pode ser acolhido como exemplo de observância das regras do pensar científico.

REFERÊNCIAS.

- ASSOUN, P. L. (1963): *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago.
- BERNFELD, S. (1944): Freud's Earliest Theories and the School of Helmholtz. *The Psychoanalytic Quarterly*, 13: 341-62.
- BINSWANGER, L. (1970): Souvenirs sur Sigmund Freud, em _____ *Discours, Parcours et Freud*. Paris: Gallimard.
- BREUER, J. & FREUD, S. (1893): Estudos sobre a histeria. *Edição Standard Brasileira*, vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- DEMOS, R. (1959): Psychoanalysis: Science and Philosophy, em Hook, S., ed. *Psychoanalysis, Scientific Method, and Philosophy. A Symposium*. New York: Grove Press, Inc.
- EISLER, R. (1964): *Kant Lexicon*. Darmstadt: Georg Olms Verlagsbuchhandlung.
- ELLIS, A. (1956): An Operational Reformulation of Some of the Basic Principles of Psychoanalysis, em Feigl, H. e Scriven, M., eds. *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, vol. I. Minnesota: University of Minnesota Press.
- FORRESTER, J. (1983): *A linguagem e as origens da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1894): As neuropsicoses de defesa. *Edição Standard Brasileira*, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1896): Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa. *Edição Standard Brasileira*, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1897): Sinopses dos escritos científicos do Dr. Sigm. Freud (1877-1897). *Edição Standard Brasileira*, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1923): "Psychoanalyse" und "Libidotheorie".
Gesammelte Werke, vol. XIII. London: Imago, 1940.

FREUD, S. (1923b): Das Ich und das Es. *Studienausgabe*, vol. III. Frankfurt am Main: Fischer, 1982.

FREUD, S. (1925a): "Selbstdarstellung", em _____
"Selbstdarstellung". *Schriften zur Geschichte der Psychoanalyse*. Frankfurt am Main: Fischer, 1987.

FREUD, S. (1925b): Die Widerstände gegen die Psychoanalyse,
em _____ "Selbstdarstellung". *Schriften zur Geschichte der Psychoanalyse*. Frankfurt am Main: Fischer, 1987.

FREUD, S. (1926): Psycho-Analysis. *Gesammelte Werke*, vol. XIV. London: Imago, 1948.

FREUD, S. (1926b): Die Frage der Laienanalyse: Unterredungen mit einem Unparteiischen. *Studienausgabe*, vol. complementar. Frankfurt am Main: Fischer, 1982.

FREUD, S. (1927): Die Zukunft einer Illusion.
Studienausgabe, vol. IX. Frankfurt am Main: Fischer, 1982.

FREUD, S. (1930 [1929]): Das Unbehagen in der Kultur.
Studienausgabe, vol. IX. Frankfurt am Main: Fischer, 1982.

FREUD, S. (1933): Neue Folge der Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse. *Studienausgabe*, vol. I. Frankfurt am Main: Fischer, 1982.

FREUD, S. (1937): Die endliche und die unendliche Analyse.
Studienausgabe, vol. complementar. Frankfurt am Main: Fischer, 1982.

FREUD, S. (1938a): *Abriss der Psychoanalyse*. Frankfurt am Main: Fischer, 1963.

FREUD, S. (1938b): Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis. *Standard Edition*, vol. XXIII. London: Hogarth Press.

FREUD, S. (1950): *Aus den Anfängen der Psychoanalyse: Briefe an Wilhelm Fließ, Abhandlungen und Notizen aus den Jahren 1887-1902.* Bonaparte, M., Freud, A. e Kris, E., eds. Frankfurt am Main: Fisher, 1962.

GILL, M. (1976): Metapsychology is not Psychology. *Psychological Issues*, vol. IX, n. 4, Monograph 36. New York: International Universities Press.

GILL, M. (1977): Psychic Energy Reconsidered. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 25 (3): 581-597.

HARTMANN, H. (1959): Psychoanalysis As a Scientific Theory, em Hook, S., ed. *Psychoanalysis, Scientific Method, and Philosophy. A Symposium.* New York: Grove Press, Inc.

HELMHOLTZ, H. (1878): Die Tatsachen in der Wahrnehmung, em Hertz, P. e Schlick, M., org. *Schriften zur Erkenntnistheorie.* Berlin: Verlag von Julius Springer, 1921.

HEMPEL, C. G. (1974): *Filosofia da ciência natural.* Rio de Janeiro: Zahar.

JONES, E. (1976): *Vida y obra de Sigmund Freud*, vol. I. Buenos Aires: Horme.

KANT, I. (1781): *Kritik der reinen Vernunft* (KRV A). Segunda edição (KRV B) em 1787. Suhrkamp, 1974. Segunda edição traduzida para o português por Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger, Nova Cultural, 1987.

KANT, I. (1783): *Prolegômenos* (PROL.). Tradução de Tania Maria Bernkopf, Abril Cultural, 1974.

KANT, I. (1786): *Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft* (MAN), em Buchenau, A. e Cassirer, E., org. *Immanuel Kants Werke*, vol. IV. Berlin, 1922.

KANT, I. (1793): *Crítica da faculdade do juízo* (CFJ B). Tradução de Valerio Rohden e António Marques, Forense Universitária, 1993.

- KANZER, M. (1981): Freud, Theodor Lipps, and «Scientific Psychology». *Psychoanalytic Quarterly*, 50: 393-409.
- KAPLAN, A.H. (1981): From discovery to validation: a basic challenge to psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 29 (1): 3-26.
- KÖNIG, G. (1968): Der Wissenschaftsbegriff bei Helmholtz und Mach. *Studien zur Wissenschaftstheorie*, 1: 90-114.
- LIPPS, T. (1897): Der Begriff des Unbewussten in der Psychologie. *Records of the Third International Congress of Psychology*, pp: 146- 164.
- LOPARIC´, Z. (1983): Heurística Kantiana. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 5: 73-89.
- LOPARIC´, Z. (1984): Resolução de Problemas e Estrutura de Teorias em Mach. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 6: 35-62.
- LOPARIC´, Z. (1985): Resistências à Psicanálise. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 8: 29-49.
- LOPARIC´, Z. (1987): Kant's Dialectic. *Noûs*, 21: 573-593.
- LOPARIC´, Z. (1988): System-problems in Kant. *Synthese*, 74: 107-140.
- MACH, E. (1905): *Erkenntnis und Irrtum*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968.
- MISCHEL, T. (1969): Kant and the Possibility of a Science of Psychology, em Beck, L. W., ed. *Kant Studies Today*. Illinois: Open Court Publishing Co.
- MODELL, A.H. (1981): Does metapsychology still exist? *Int. J. Psycho-Anal.*, 62:391-402.
- MONZANI, L. R. (1989): *FREUD. O movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da UNICAMP.

MONZANI, L. R. (1991): Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas, em Prado Jr., B. org. *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.

NAGEL, E. (1959): Methodological Issues in Psychoanalytic Theory, em Hook, S., ed. *Psychoanalysis, Scientific Method, and Philosophy. A Symposium*. New York: Grove Press, Inc.

NAGEL, E. (1968): *La Estructura de la Ciencia. Problemas de la lógica de la investigación científica*. Buenos Aires: Paidós.

PAP, A. (1959): On the Empirical Interpretation of Psychoanalytic Concepts, em Hook, S., ed. *Psychoanalysis, Scientific Method, and Philosophy. A Symposium*. New York: Grove Press, Inc.

PARKIN, A. (1979): Meaning and mechanism in psychoanalysis. *Int. J. Psycho-Anal.*, 60: 481-487.

POPPER, K. R. (1982): *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

PRIBRAM, K. & GILL, M. (1976): *O "Projeto" de Freud. Uma Reavaliação*. São Paulo: Cultrix.

RICOEUR, P. (1970): *FREUD: Una interpretación de la cultura*. México: Siglo Veintiuno.

RICOEUR, P. (1977): The question of proof in Freud's psychoanalytic writings. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 25 (4): 835-871.

ROSENBLATT, A.D. & THICKSTUN, J.T. (1977): Energy, information, and motivation: A revision of psychoanalytic theory. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 25 (3): 537-558.

SHAKOW, D. & Rapaport, D. (1964): Nineteenth and Early Twentieth Century Background, em _____ The Influence of Freud on American Psychology. *Psychological Issues*, 14 (1). Monograph 13. New York: International Universities Press Inc.

STEGMÜLLER, W. (1976): *A Filosofia Contemporânea*, vol. 1.
São Paulo: EDUSP.

SUPPE, F. (1977): *The Structure of Scientific Theories*.
University of Chicago.

SWANSON; D.R. (1977): A critique of psychic energy as an
explanatory concept. *Journal of the American Psychoanalytic
Association*, 25 (3): 603-633.

WURMSER, L. (1977): A defense of the use of metaphor in
analytic theory formation. *The Psychoanalytic Quarterly*,
46(3): 465-497.